

# *Estudos*

**Revista da Faculdade de  
Ciências Humanas da Unimar**

ISSN 1415-8108



PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

*REITOR*

*Dr. Márcio Mesquita Serva*

*PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL*

*Prof. Nery Aguiar Porchia*

*PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO*

*Prof. Dr. Walter Rino*

*PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO*

*Bel Emivaldo Alberto*

*PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO*

*Profª Maria Beatriz de Barros Moraes Trazzi*

*PRÓ-REITORA DE AÇÃO COMUNITÁRIA*

*Profª Regina Lúcia Ottaiano Losasso Serva*

Coordenador da Revista: ANTÔNIO DOS REIS LOPES MELLO

Revisora: AYAKO ROSA BISSOLI

Preparação de texto: ANTÔNIO DOS REIS LOPES MELLO

Capa: JEFFERSON CORTINOVE DE OLIVEIRA

Endereço para correspondência

*Estudos*

Revista da **Faculdade de Ciências Humanas da Unimar**  
**Volume 01 - Número 01 - 1997**

UNIMAR – Faculdade de Ciências Humanas

Av. Hygino Muzzi Filho, 1001

Marília – SP – CEP – 17525 – 902 Brasil

Telefones: (014) 4338088 / (014) 421 4078 / fax (014) – 433 8691

<http://www.unimar.br> / E-mail – [erino-fch@unimar.br](mailto:erino-fch@unimar.br)

Publicação anual

Órgão financiador da Publicação: UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

Editora UNIMAR

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca de F.C.L. - Assis - UNESP)**

ESTUDOS - Revista da Faculdade de Ciências Humanas da UNIMAR  
(Universidade de Marília) – Marília, SP: Ed. UNIMAR; São Paulo:  
Arte & Ciência, 1997.

Anual - v.1, n.1, 1997

ISSN 1415-8108

1. Ciências Humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. 3.  
Educação - Periódicos. 4. Universidades e Faculdades - Periódicos. I.  
Universidade de Marília. II. Faculdade de Ciências Humanas da  
UNIMAR.

CDD - 300.5

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Periódicos: Ciências Humanas	300.5
2. Revistas: Ciências Sociais	300.5
3. Brasil: Revistas: Ciências Humanas	300.5



**Editora Arte & Ciência**

Rua dos Franceses, 91 – Bela Vista

São Paulo – SP - CEP 01329-010

Tel: (011) 288-2676 – Fax: (011) 253-0746

Na internet: <http://www.arteciencia.com.br>

SUMÁRIO / CONTENTS

**APRESENTAÇÃO**

**ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES**

**UMA PALAVRA SOBRE ÉTICA E AÇÃO PEDAGÓGICA.**

A Word About Ethics and Pedagogic Action

Prof. Dr. Paulo GHIRALDELLI JR. .... 11

**A EDUCAÇÃO FEMININA CATÓLICA NO BRASIL – COLÔNIA**

Catholic woman's education during Colony - Brazil

Myrian Lucia Ruiz CASTILHO ..... 17

**NÚCLEO FUNDAMENTAL DA TEORIA CONTÁBIL**

Fundamental nucleus of accounting theory

Adalberto Pablo dos Santos GÉLAMO; Ademir de OLIVEIRA;

Edmir Barbosa VIANA; José Augusto Meirelles REIS

Jurandyr Alves de OLIVEIRA ..... 25

**UMA LEITURA DO TEXTO DE ADORNO: “EDUCAÇÃO APÓS  
AUSCHWITZ”**

A reading of Adorno's text : “Education after Auschwitz”

Antônio dos Reis Lopes MELLO ..... 43

**OMUNDO DA ESCRITA E SUA CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA.**

The world of writing and its social-historical conception.

Sônia Maria Coelho MÓRE ..... 69

**ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA:  
O COMPORTAMENTO DA ELASTICIDADE EMPREGO-PRODUTO,  
ENTRE 1960 E 1994, PARA OS PAÍSES DO “GRUPO DOS SETE” (G7).**

Absorption of Labor In The Manufactory Industry: the behavior of the

elasticity employment-product, from 1960 to 1994, for the countries of the “Group of the Seven”.

Leonardo Ferreira NEVES JR. .... 89

### **A INSERÇÃO DO BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E A DINÂMICA INDUSTRIAL LOCAL.**

The insertion of Brazil in the local industrial economical globalization and dynamics.

Paulo Fernando Cirino MOURÃO. .... 105

### **SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, POLÍTICA ECONÔMICA E PRINCIPAIS PROPOSTAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA**

Brazilian Tributary System, Economic Politics and main Tributary Reform Proposals.

Marisa ROSSINHOLI. .... 121

### **O PROJETO PEDAGÓGICO COMO RECURSO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA I.E.S.**

*The pedagogic project as training resource and human resources development to I. E. S.*

Lucy Daun QUEIROZ ..... 149

### **MOTIVAÇÃO HUMANA NO TRABALHO**

Human motivation in the work

Cícero Félix da SILVA ..... 161

### **RESENHAS/REVIEWS**

### **CIÊNCIAS COGNITIVAS X CIBERNÉTICA: UMA GENEALOGIA CONTURBADA**

Cognitive Sciences X Cybernetics: a Problematic Genealogy

Cirene PEREZ ..... 181

### **AS INTERFACES EPISTEMOLÓGICAS DO HIPERTEXTO: PIERRE LÉVY E O PENSAMENTO DE ESTRUTURA CIBERNÉTICA.**

*The epistemological interfaces of the hipertext: Pierre Lévy and the thoughts of the cybernetical structure.*

Maria das Graças Tavares RODRIGUES ..... 191

**ÍNDICE DE AUTORES/AUTHOR INDEX** ..... 199

## A P R E S E N T A Ç Ã O

A missão de apresentar o primogênito se reveste de grande cumplicidade, pois na sua concepção projetamos nossos ideais e expectativas. Vemos nele a continuidade de nossa obra, esforço e dedicação.

É assim, prezado leitor, que apresentamos este primeiro número da *ESTUDOS* - Revista da Faculdade de Ciências Humanas da Unimar; um filho esperado, concebido com carinho e como tal, esperamos que seja bem aceito pela comunidade que o recepcionará.

Sua produção já é rica e diversificada, mas promete continuar produzindo mais, de tal forma que possa se transformar em obra de referência da área.

A Universidade de Marília – UNIMAR, parabeniza o Professor Eduardo Rino, Digníssimo Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, que com seu entusiasmo e experiência conseguiu arregimentar esse exército que comanda, para uma literatura tão profícua e necessária.

**Maria Beatriz de Barros Moraes Trazzi**  
**Pró-Reitora de Graduação**  
**UNIMAR**



## UMA PALAVRA SOBRE ÉTICA E AÇÃO PEDAGÓGICA

### *A WORD ABOUT ETHICS AND PEDAGOGIC ACTION*

Paulo GHIRALDELLI JR.<sup>1</sup>

José Carlos Libâneo e eu mantemos uma amizade que já gira em torno de 15 anos. Se ele passa por Bauru, onde (ainda) estou residindo, saímos para jantar juntos e conversar. Desta última vez foi ainda mais gostoso. Saímos em cinco, Lana e ele, Marta, minha filha Paula e eu (o Paulo Francisco, que só tem quatro anos, ficou dormindo no carro). Fomos ao Diba's, um restaurante de cozinha árabe na avenida Nações Unidas, um lugar gostoso onde o garçom sempre nos espera com um vinho Marcus James e uma porção de kibe cru. Em geral a conversa flui bastante: sobre os filmes da temporada, sobre as nossas idades e o quanto isso pode determinar nossos projetos etc.. É claro que não deixamos de conversar sobre os livros que lemos ou estamos lendo, entre estes, os mais ligados à profissão  $\frac{3}{4}$  somos todos, com exceção da Paula, professores (bem, acho que devo considerar que ela também é professora, na escolinha na qual alguns gatos e o Paulo Francisco são alunos, lá no quintal de casa). Nesta troca de leituras, Libâneo me dizia estar cada vez

---

<sup>1</sup> Paulo GHIRALDELLI JR. é professor livre-docente pela UNESP e trabalha no Campus de Marília, com Filosofia Contemporânea no Curso de Filosofia e com Filosofia da Educação no Curso de Pedagogia e no Curso de Pós-graduação em Educação.

mais preocupado com o que ele chamou de “questões de valores” na escola, enfim, questões éticas.

Em geral, nas nossas conversas  $\frac{3}{4}$  como, aliás, nas minhas conversas com meu outro bom amigo, o Celestino Alves da Silva Jr.  $\frac{3}{4}$ , minha fala reflete muito os livros que leio, enquanto que meu parceiro de bate-papo prefere as “experiências vividas”. Todavia, neste dia, com o Libâneo, foi um pouco diferente. Ele dizia da sua preocupação com questões éticas. E eu exemplifiquei o que pensava com um episódio caseiro. Conteí um caso que aconteceu com a minha filha Paula, ali presente. Ela estuda na sexta série de uma escola particular em São Carlos. É boa aluna. Parece um pouco diferente das colegas ... mais, digamos, despreocupada com a aparência. Mais “moleca”. Mas não é uma menina insensível, pelo contrário. Por isso mesmo ficou chocada quando alguns garotos e garotas acharam uma taturana no pátio da escola e, tendo levado o bichinho para a professora de Ciências, voltaram com a incrível ordem de que deveriam “executar” o animal. Por quê? Parece que a professora ainda conseguiu uma justificativa: “trata-se de um bicho perigoso, venenoso”. E, no fim das contas, o bicho foi mesmo sacrificado e oferecido no altar das abobrinhas dentro de um vidro com álcool, “para o laboratório da escola”, como quis a tal professora de Ciências. Quando a Paula, uma vez de férias, me contou isso, minha reação foi imediata: “Paula, por que você não impediu?”. E ela me disse que não tinha poder para tal, que sofreu demais com a morte da taturana, mas que não seria ouvida, se protestasse. Conteí para o Libâneo isso, junto com a seguinte avaliação: estudei na escola pública, e jamais fui incentivado à crueldade, agora, pago (e como pago!) uma escola para que ela ensine minha filha a banalizar a crueldade. Pago para que haja deseducação!

O Libâneo concorda comigo que seu discurso, aquele da ênfase “nos conteúdos”, dos anos 80, não se sustenta mais. Não naquelas bases. Concorde comigo que precisamos retomar a dicotomia instrução-educação de modo a reavaliar o segundo pólo, alinhá-lo às preocupações éticas do nosso tempo. Mas, nas nossas conversas (apesar de na última estarmos muito mais de acordo

do que em muitas outras) sinto um pouco de vazio no ar quando ele fala. Sinto que seu novo discurso ainda não emergiu. Que muito do que ele fala são tentativas de criação de um novo discurso sobre a escola, mas que este discurso não está pronto e, por isso mesmo, posições velhas e abandonadas, classificações já tomadas por ele mesmo como caducas, voltam à cena em momentos cruciais. Talvez eu esteja errado, e aí o Libâneo vai ter que, mais uma vez, me perdoar. Mas eu sinto que sua formação marxista ainda atrapalha suas novas preocupações com a “questão dos valores” na escola pública, com a questão de uma educação com “conteúdo ético”, como ele diz. Porque me parece que para que ele possa se ombrear comigo na luta por uma escola que ensine as crianças, antes de qualquer coisa, a prestarem atenção na dor alheia, a serem sensíveis com os mais fracos, ele precisa de um *fundamento* que garanta que ele e eu estamos no caminho certo. E eu talvez não possa lhe dar esse fundamento.

Ora, mas se eu não posso dar esse fundamento, então, como me arranjo? Como eu mesmo encaminho essa minha preleção por uma ação pedagógica que acredita que só deveria se entender como ação pedagógica se atuasse contra a “banalização a mal”?

Tenho escolhido concordar, em várias coisas, com o filósofo que venho estudando e traduzindo há alguns anos: Richard Rorty. “Não existe essa coisa chamada *natureza humana*”, ele diz, “no sentido profundo em que Platão e Strauss [filósofo político americano] empregam essa expressão. Tão pouco existe essa coisa chamada alienação da condição humana essencial de alguém por força da repressão social, no sentido profundo vulgarizado por Rousseau e pelos marxistas. O que existe é apenas a moldagem de um animal num ser humano graças a um processo de socialização, seguido (com sorte) pela auto-individualização e autocriação desse ser humano através de sua própria e posterior revolta contra esse mesmo processo” (isto está em um artigo com o título “Educação sem Dogma”, que vai sair publicado no anuário *Filosofia, sociedade e educação*, uma revista-livro do Grupo de Estudos e Pesquisas que coordeno junto a este nosso curso de Pós-graduação).

Parece uma observação banal esta do Rorty. Mas não é. O que ele faz com esta frase é romper com algo que a modernidade, de Montaigne e Rousseau, até, de certo modo, a Adorno, passando por Marx certamente, quis fazer, mas que não levou às últimas conseqüências. Ou seja, derrubar de uma vez por todas a velha “teoria do homúnculo”. A idéia de que a criança contém dentro dela o homem. A idéia do homem dentro do homem. Essa idéia foi várias vezes criticada, mas jamais totalmente abandonada. Mesmo o mais radical dos historicistas e nominalistas nunca levou a crítica disto até o fim, sempre estancando em um determinado momento. A palavra educação espelha bem o problema: educação vem de *educere*, que quer dizer “conduzir para o exterior”. Em outras palavras: fazer o homem sair de dentro, de dentro de si mesmo. Platão queria fazer o *verdadeiro* homem sair de dentro de si mesmo, daí que a saída da Caverna nada mais era que uma alegoria a tal saída de dentro de si mesmo. E os marxistas confiam que o *verdadeiro* homem vai poder sair de dentro do homem, só quando uma outra sociedade for a educadora de todos os homens. Cada professor, na escola de primeiro e segundo graus, mas, de certo modo, também na Universidade, acredita que *está certo* em sua ação pedagógica, na medida em que consegue ir fazendo brotar o homem que existe dentro de cada indivíduo que passa pelas suas salas de aula. A velha “teoria do homúnculo”, que muitos pensaram estar superada, está aí, de certo modo firme, conduzindo a Administração Escolar, a Didática e a Política Educacional. Mesmo quando o produto final que obtemos do processo de ensino pouco se parece com o que imaginávamos ser um indivíduo humano  $\frac{3}{4}\frac{3}{4}$  como o caso das muitas gerações de estudantes idiotizados que produzimos nas nossas faculdades  $\frac{3}{4}\frac{3}{4}$ , ainda assim nossa idéia é a de que o tal produto “veio de dentro”, por obra de nossa força parideira. Educar, neste paradigma, é parir, ou descascar, ou ainda desalienar, desideologizar, nunca edificar.

Rorty convida-nos a radicalizar o movimento iniciado com a modernidade e abandonar de vez a “teoria do homúnculo”.

Convida-nos a imaginar o *sujeito* apenas como *a rede de crenças e desejos que devemos postular como causas internas da conduta lingüística de um organismo*. Sendo assim, a educação nada mais é que o trabalho de colaboração na reconfecção contínua dessa rede de crenças e desejos, ajudando o indivíduo a alinhar retalhos de crenças e desejos novos com retalhos de crenças e desejos velhos; alinhar crenças e desejos que parecem imutáveis (aquelas que de fato serão imutáveis, porque não teremos tempo de desistir delas, pois morreremos antes) com crenças e desejos efêmeros, descartáveis (e que talvez durem tanto quanto as outras). Educar, nesse sentido, é construção imaginativa, formação  $\frac{3}{4}\frac{3}{4}$  *edificação*, para ficarmos com o termo do próprio Rorty.

Com um modelo desse tipo, minha ação pedagógica contra a crueldade não ganha fundamentos, mas certamente ganha motivação. Se imagino o sujeito dessa maneira, imagino também que sensibilizá-lo para a dor alheia não é algo impossível, basta que eu possa contar histórias que colaborem na reconfecção da sua rede de crenças e desejos, transformando-a em um tecido capaz de acolher pessoas diferentes como “um de nós”, isto é, como pessoas tão próximas, por alguns aspectos, quanto um filho, um pai, um irmão e uma esposa  $\frac{3}{4}\frac{3}{4}$  pessoas cujas idéias e ações estamos sempre dispostos a, no mínimo, tolerar, e na maior parte das vezes, seguir. Como se vê, imaginando o sujeito assim, completamente historicizado, não tenho “fundamentos” (nem filosóficos nem científicos) para uma ação em prol do *meu* objetivo ético, mas tenho uma estratégia eficaz. Sei que não estou oferecendo o que o Libâneo me pede, mas estou oferecendo algo que não lhe será inútil.

Bauru/Marília, 27 de julho de 1997



A EDUCAÇÃO FEMININA CATÓLICA NO BRASIL-COLÔNIA  
*CATHOLIC WOMAN'S EDUCATION DURING COLONY - BRAZIL*

Myrian Lucia Ruiz CASTILHO<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** A Educação Feminina teve início no Brasil muito tempo depois de iniciada a sua colonização, através do mutualismo existente entre a Igreja Católica e a Oligarquia que se contrapunham às escolas públicas de baixa qualidade na época. O Conservadorismo é um traço do Colonialismo Escravista que temia a modernidade. A Oligarquia custeava os Colégios Católicos, onde as suas filhas estudavam.

---

**UNITERMOS**

Educação Feminina, Igreja Católica, Sociedade patriarcal, Oligarquia, Educação no período Colonial, Colonialismo, Conservadorismo, Colégios Católicos.

**ABSTRACT**

Woman's Education started in Brazil a long time after initiate its colonization beginning, through the existent mutualism between the Catholic Church and the Oligarchy that were opposed to low quality the public schools, at that time. The Conservativeness is a proslavery Colonialismo which feared modern age. The Oligarchy beared Catholich Church's high School expenses where the rich man's daughters studied.

---

<sup>2</sup> Myrian Lucia Ruiz CASTILHO é Professora de História da Educação no Curso de Pedagogia da Universidade de Marília, mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação - UNESP - Marília - SP- Brasil.

**UNITERMS:**

Woman's education, Catholic Church, patriarchal Society, Oligarchy, Education in the Colonial period, Colonialism, Conservativeness, Catholic Schools.

O valor educacional da sociedade brasileira, durante o período imperial, consistia em oferecer uma educação pobre aos filhos dos colonos e aos gentios com o propósito de conquistá-los para a fé cristã.

A Educação iniciou-se no Brasil com as escolas elementares. Para tanto criaram-se colégios para doutrinar os meninos. As meninas eram doutrinadas nas Igrejas.

Era ensinado às mulheres a sua sujeição à Igreja e ao marido, tornando-as submissas, com pouca ou nenhuma participação cultural, limitando-se a lavar, a coser e a outras obrigações do lar, sempre rodeadas pelos filhos e escravos, como se lê em Saffioti: “*O ideal da Educação Feminina no Império se resumia nas prendas domésticas. A obtenção da instrução pela mulher era considerada heresia social*”.<sup>3</sup>

A posição da Igreja Católica em relação à mulher, durante o período colonial era condizente com os interesses da ordem vigente, na qual ela aparecia como um ser inferior, completamente fora do desenvolvimento e evolução social.

Não se pode negar o empenho da Igreja em extinguir a concepção de que a mulher era submissa ao homem. Contudo, algumas encíclicas demonstram que este movimento não está tão claro.

No trato com a mulher, na encíclica *Rerum Novarum*, 1981, Leão XIII, no item 60 da parte III pode-se ler que : “ (...) *enfim, o que um homem válido na força da idade pode fazer, não será eqüitativo exigi-lo de uma mulher ou de uma criança. Trabalhos há também que não se adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, por outro lado salvaguardam admiravelmente a honestidade e correspondem melhor,*

<sup>3</sup> SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: Mito e Realidade*. Petrópolis : Vozes, 1976. p. 187.

*pela sua natureza ao que pede a boa educação e prosperidade da família (...)*”.

Como se lê acima, a encíclica destina, de maneira clara, a mulher como garantidora apenas da prosperidade da família.

Na encíclica *Quadragésimo Anno*, 1931, Pio XI, no item 71, do título pode-se ler: “ (...) *É justo que toda a família, na medida de suas forças, contribua para o seu mantimento como vemos que fazem as famílias dos negociantes. Mas é uma iniquidade abusar da idade infantil ou da fraqueza da mulher(...)*” .

Neste texto de Pio XI a mulher não tem direitos à sua realização pessoal. Desta maneira, ainda que a independência da mulher seja uma necessidade, a Igreja não a reconhece.

Segundo Affonso Taunay : “ (...) *A mulher é a grande ausente da História do Brasil e de São Paulo (...)*”.<sup>4</sup>

Mesmo reconhecendo esta afirmação como verdadeira, pelos estudos historiográficos da mulher, deve-se reconhecer sua contribuição na formação da sociedade brasileira sem contudo não ser considerada um sujeito pensante e alvo de instrução.

No final do Brasil-Colônia, resolveu-se financiar escolas católicas para compensar as insuficiências das escolas públicas que não tinham a preocupação com o Conservadorismo. Todo o apoio era dado pela Oligarquia que se preocupava em manter suas filhas longe do feminismo e da profissionalização.

Como parte da tática Ultramontana, a Igreja aproveita-se da união Estado-Oligarquia e cria colégios masculinos e femininos. A predominância do conservadorismo da educação coordenada pela Igreja Católica durou 360 anos, sendo 259 anos com o monopólio dos jesuítas somado a mais de um século do Catolicismo Ultramontano.

Através da união entre a Igreja Conservadora e a Oligarquia com o aval do Estado, no período 1859-1959, houve a expansão da rede escolar católica no Brasil.

MANOEL<sup>5</sup> faz relatos das escolas católicas conservadoras das irmãs de São José de Chamberry que foram símbolos por constituírem a primeira rede escolar feminina católica em São Paulo

---

<sup>4</sup> TAUNAY, Affonso de E. *História da Villa de São Paulo no século XVIII*. 1931, p. 178

e no Brasil. esses colégios receberam benefícios da Oligarquia de São Paulo e Paraná e ele nos diz: “*A educação católica não propunha a formação do cidadão para a cidade dos homens, mas para a cidade de Deus. A Igreja não instigou contra o Estado. Pelo contrário, ensinou que o católico deve ser ordeiro, respeitador da ordem*”.

No Brasil do século XIX, são dois os projetos educacionais que se estabeleceram: o liberal laico e o católico. A junção das duas concepções bem como a sua negação se deu porque o catolicismo apresentava uma concepção de sociedade conveniente à Oligarquia.

Até meados do século XIX a Sociedade patriarcal brasileira não tinha preocupação com a educação das mulheres. A partir de 1808, com o início do capitalismo, o neocolonialismo no Brasil dá um norte à educação feminina, que tem por objetivo maior fornecer às mulheres o trato sociocultural.

A partir de 1859, o ensino público era considerado desperdício de dinheiro, o que tira do Estado a responsabilidade para a Educação e a transfere para o setor privado. No entanto, já que o sistema escolar se resumia na criação de algumas poucas escolas isoladas nas cidades da Província, funcionando precariamente, sem prédios e sem material, ficava difícil saber onde estudariam as filhas das oligarquias, uma vez que a mistura de classes sociais e a falta de qualidade do corpo docente afastava as classes dominantes das escolas públicas.

Uma herança do colonialismo escravista foi, sem dúvida, o medo do modernismo que pudesse mudar as relações nas famílias. Este fato fez com que a Oligarquia escolhesse o Conservadorismo aliado ao Catolicismo e entregando a ele o mister de educar as meninas.

Dessa forma, a Educação Feminina Católica, inicia-se, no Brasil, por volta de 1850, quando foram introduzidas as reformas no Catolicismo brasileiro, de acordo com a política Ultramontana.

Para educar as filhas da sociedade paulista, chegam ao Brasil, em 1851, as freiras francesas vindas de Chamberry, na Sabóia,

---

<sup>5</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919)*. Uma face do Conservadorismo. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996 (Prismas). p. 18.

congregação esta que foi fundada em 1648, em Puy na França pelo jesuíta Jean Pierre Medaille.

Em 1859 foi inaugurada no Brasil, a Casa de Educação de Nossa Senhora do Patrocínio na cidade de Itu, criada pelo bispo de São Paulo e dirigidas pelas irmãs de São José de Chamberry. Foi a primeira escola de Educação Feminina criada pela Igreja no Brasil.

Não é sem razão que a Oligarquia custeava suas filhas nas escolas das irmãs de São José de Chamberry nas cidades de Campinas, Franca, Piracicaba, Jaú, no estado de São Paulo, e, em Curitiba no Estado do Paraná.

A disciplina, nestes colégios, era extremamente rígida e os métodos pedagógicos empregados foram adaptados ao manual pedagógico dos jesuítas, o Ratio Studiorum.

Para a sociedade brasileira, a oligarquia ajudou a Igreja durante 60 anos de atividades das Irmãs de Chamberry sempre reforçada pela educação e trabalho da doutrina católica.

O Colégio Florence de Campinas (1863-1889), fundado pela imigrante alemã Carolina Krug Florence, foi outra congregação que muito contribuiu para a educação feminina no Estado de São Paulo como nos conta RIBEIRO<sup>6</sup>.

*“De origem teuta, esta congregação utilizava um método intuitivo para a melhoria do ensino e estava sempre aberto as novas pedagogias”* .

Com uma história de 25 anos de permanência em Campinas, estado de São Paulo, o colégio é transferido para Jundiaí em 1889 por motivos de saúde pública.

Um elenco de famílias abastadas mantém suas filhas estudando no Colégio Florence, na maioria, fazendeiros, comerciantes, juizes, políticos estão incluídos.

Dionísia Pinto Lisboa ou Nísia Floresta<sup>7</sup> foi a primeira mulher brasileira a publicar e divulgar suas idéias revolucionárias em favor da educação das mulheres no Brasil e na Europa, “num roteiro

---

<sup>6</sup> RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: O colégio Florence de Campinas (1863-1889)*. 1997, p.124,125.

<sup>7</sup> FLORESTA, N. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo : Cortez, 1989. p. 124, 125.

intelectual que mostra-a como antecipadora de tempos e idéias como as que a verdadeira liberdade requer igualdade entre homens e mulheres”.

Foi fundado também, no ano de 1938, o colégio Augusto, de iniciativa particular, para ensinar meninas no qual, por um período de 17 anos, foram empregados métodos de ensino sólidos e inovadores na instrução da mulher, em um tempo em que o programa de ensino, na maioria, era no ensino da costura e dos bons modos.

Do estudo sobre a Educação Feminina no Brasil a partir da criação das escolas citadas, podem ser elencados alguns contrapontos: as escolas das irmãs de São José de Chamberry tiveram o apoio da oligarquia e da Igreja com influência jesuítica do *Ratio Studiorum* enquanto que os colégios Florence e Augusto tiveram iniciativa particular de pessoas interessadas na educação e abertos às novidades pedagógicas.

Todos esses colégios se destinavam às filhas de pessoas abastadas que se afastavam do ensino precário das escolas públicas.

Os colégios das Irmãs de São José de Chamberry e o Florence instalaram-se no estado de São Paulo e colaboraram com a educação feminina, sofrendo a influência maior da Igreja Católica.

A questão da mulher é um problema extremamente atual no Brasil e revela atitudes simplistas e autoritárias e resiste a uma aceitação mais plural como ponto importantíssimo na consolidação das idéias de nacionalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FLORESTA, N. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo : Cortez, 1989.
- LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. 1891 apud MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do Conservadorismo*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. (Prismas).
- MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo*. São Paulo : Editora da Universidade

- Estadual Paulista, 1996. (Prismas).
- PIO XI. *Quadragésimo Anno*. 1931 apud MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919). Uma face do Conservadorismo*. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. (Prismas).
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: O Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas : UNICAMP, 1996.
- RODRIGUES, L. M. P. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a Proclamação da República*. São Paulo : Sedes Sapientiae, 1962.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis : Vozes, 1976.
- TAUNAY, Affonso de E. *História da Villa de São Paulo, no século XVIII*. São Paulo : s/e, 1931.



## NÚCLEO FUNDAMENTAL DA TEORIA CONTÁBIL

### *FUNDAMENTAL NUCLEUS OF ACCOUNTING THEORY*

Adalberto Pablo dos Santos GÉLAMO<sup>8</sup>  
Ademir de OLIVEIRA<sup>9</sup>  
Edmir Barbosa VIANA<sup>10</sup>  
José Augusto Meirelles REIS<sup>11</sup>  
Jurandyr Alves de OLIVEIRA<sup>12</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo trata da parte fundamental da teoria contábil no que diz respeito aos itens que compõem o Balanço Patrimonial (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido), como também dos componentes da Demonstração do Resultado do Exercício (Receitas e Despesas). Pretende-se mostrar a composição do Balanço Patrimonial, detalhando todas as possibilidades de enquadramento para registro dos elementos nele enquadráveis. Com relação à Demonstração do Resultado do Exercício, detalha-se tudo o que pode ser classificado como receita, despesa, perda ou ganho.

---

### **UNITERMOS**

Ativo; Diferido; Demonstrações Financeiras; Capital Social; Reservas de Lucros; Lucros ou Prejuízos Acumulados; Investimentos Permanentes; Reservas de Reavaliação; Reservas de Capital; Receitas; Perdas; Patrimônio Líquido; Passivo; Imobilizado; Estoques.

---

<sup>8</sup> Professor da Faculdade de Ciências Humanas, da UNIMAR, Marília – SP - Brasil

<sup>9</sup> Professor da Faculdade de Ciências Humanas, da UNIMAR, Marília – SP - Brasil

<sup>10</sup> Professor da Faculdade de Ciências Humanas, da UNIMAR, Marília – SP - Brasil

<sup>11</sup> Professor da Faculdade de Ciências Humanas, da UNIMAR, Marília – SP - Brasil

<sup>12</sup> Professor da Faculdade de Ciências Humanas, da UNIMAR, Marília – SP - Brasil

### **ABSTRACT**

This article aims to treat the fundamental part of the accounting theory. It is related to patrimonial inventory (assets, liabilities and net earnings). It deals with the components of the demonstration of practice result (incomes and expenses). It also aims to show the patrimonial inventory, presenting the framing possibilities in detail for framing elements register, related to the practice result demonstration. It is detailed everything which could be classified as incomes, expenses, loss or profit.

### **UNITERMS**

Assets, financial demonstrations, social stock, profit reserves, profit or accumulated loss, permanent investment, reevaluation reservoirs, stock reserves, incomes, losses, net earnings, liabilities, immobility, stocks.

### **INTRODUÇÃO**

As Demonstrações Financeiras representam o meio pelo qual as informações acumuladas e processadas pela Contabilidade são comunicadas a seus usuários, bem como uma prestação de contas da administração a seus acionistas e a terceiros.

Ao final de cada exercício social, baseado na escrituração mercantil, devem ser elaboradas as demonstrações financeiras, exprimindo com clareza a situação patrimonial e financeira da companhia e as mutações ocorridas no exercício.

A Contabilidade, como ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro de atos e fatos, dispõe de seus princípios que, em verdade, têm por objetivo orientar de forma técnica a condução do exercício profissional em todos os aspectos que envolvam, de forma direta ou indireta, a doutrina contábil.

As regras de avaliação dos componentes do patrimônio de uma entidade, com continuidade prevista nas suas atividades, podem ser assim definidas:

- Os componentes do patrimônio são avaliados em moeda corrente nacional.
- Os componentes do patrimônio em moeda estrangeira são

convertidos ao valor da moeda corrente nacional, à taxa de câmbio da data da avaliação.

- As parcelas dos encargos financeiros prefixados não incorridas são registradas separadamente e demonstradas como valores redutores das contas ou do grupo de contas que lhe deram origem.

- Os componentes do patrimônio, com cláusula de atualização monetária pós-fixada, são atualizadas até a data da avaliação.

- Valor de mercado é o preço à vista praticado, deduzido das despesas de realização e da margem de lucro. As avaliações feitas pelo valor de mercado devem ter, como base, transação mais recente, cotação em bolsa e outras evidências disponíveis e confiáveis.

- Valor presente é aquele que expressa o montante ajustado em forma do tempo a transcorrer entre as datas da operação e do vencimento, de crédito ou obrigação de financiamento ou de outra transação usual da entidade, mediante dedução dos encargos financeiros respectivos, com base na taxa contratada ou na taxa média de encargos financeiros praticada no mercado.

### ATIVO

É tão importante o estudo do ativo que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental da Contabilidade, porque à sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas. É crítico o entendimento da verdadeira natureza do ativo, em suas características gerais, a fim de que possamos entender bem as subclassificações que aparecem em vários tipos de padronização, nos vários países.

O ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensurável monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa:

**Bens:** máquinas, terrenos, estoques, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações etc.

**Direitos:** contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações, depósitos em contas bancárias (direito de saque), títulos de crédito, etc.

A empresa relatará como ativo só aquilo que for de sua propriedade. Os empregados, por exemplo, não são propriedade da empresa; portanto, não serão evidenciados no ativo. Na época da escravidão, os escravos constavam do ativo, pois eram propriedade da empresa. Uma rodovia pública, constantemente utilizada pelos veículos da empresa para a distribuição da produção, não é ativo da empresa, pois a rodovia não é de sua propriedade.

É fundamental, neste momento, lembrar que o bem de propriedade da empresa é aquele sobre o qual ela tem domínio. Quando o bem está em nosso poder, dizemos que há posse sobre ele. Nem toda posse, entretanto, significa propriedade: podemos alugar (leasing) um veículo e ter posse sobre ele, muito embora não tenhamos a propriedade (domínio). Portanto, este veículo não é ativo para a empresa.

Veja que, para que algo seja evidenciado no ativo, é necessário preencher suas quatro características simultaneamente:

- \* Bens ou Direitos;
- \* Propriedade;
- \* Mensurável em dinheiro;
- \* Benefícios presentes ou futuros.

Pode ser motivo de surpresa, mas alguns ativos não são indicados no balanço. Os Fundos de Comércio, incluindo o valor das marcas que foram desenvolvidas com o passar dos anos, raramente aparecem no balanço, somente se forem comprados. As competências da força de trabalho, provavelmente o ativo mais valioso de uma firma, não aparecem nunca, porque a firma não tem posse de seus empregados, que podem sair e passar a trabalhar em outro estabelecimento

Os ativos são itens com potenciais de serviço adquiridos ou possuídos por uma entidade. Os valores de uso ou potenciais de serviço são expressos em unidades monetárias, com base na premissa de que a moeda é o denominador comum da análise.

Dentre as diversas normas de avaliação do Ativo, podemos citar as atualmente eleitas pelo órgão representativo da categoria contábil, a saber:

### **Disponível**

- As disponibilidades em moeda estrangeira são convertidas ao valor da moeda corrente nacional, à taxa de câmbio da data da avaliação.

- As aplicações financeiras de liquidez imediata, representadas por títulos negociáveis, são avaliadas pelo custo histórico, ao qual são acrescidos os rendimentos proporcionais auferidos até a data da avaliação.

- As aplicações em ouro, como ativo financeiro, são avaliadas como valor de mercado,

### **Créditos**

- Os direitos e títulos de crédito, originados da atividade-fim, são avaliados pelo valor nominal; aqueles sujeitos a ajustes decorrentes de atualização monetária, variação cambial, encargos financeiros de mercado e outras cláusulas contratuais, têm seus valores ajustados, já excluídos os créditos prescritos.

- Os outros créditos para com terceiros e com empresas coligadas, controladas, controladoras ou de qualquer forma associadas, são considerados pelo seu valor nominal e ajustados segundo condições estabelecidas ou contratadas.

- Os investimentos temporários são avaliados ao custo de aquisição, e , quando aplicáveis, acrescidos da atualização monetária, dos juros e outros rendimentos auferidos.

- Os direitos, títulos de crédito e quaisquer outros créditos mercantis, financeiros e outros prefixados, são ajustados em valor presente.

- As provisões para perdas ou riscos de créditos são constituídas com base em estimativas de seus prováveis valores de realizações.

### **Estoques**

- Os estoques de mercadorias, matérias-primas, outros materiais e componentes são avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou pelo valor de mercado, quando este for menor.

- Os estoques de produtos acabados e em elaboração e os serviços em andamento são avaliados pelo custo de produção, atualizado monetariamente, ou valor de mercado quando este for menor.

- Os estoques obsoletos ou inservíveis são avaliados pelo valor líquido de realização e os estoques invendáveis devem ser baixados.

- Os estoques de animais e produtos agrícolas e extrativos, destinados à venda, poderão ser avaliados pelo valor de mercado, quando atendidas as seguintes condições:

- a) que a atividade seja primária;
- b) que o custo de produção seja de difícil determinação;
- c) que haja em efeito de mercado que possibilite a liquidez imediata desse estoque;
- d) que seja possível estimar o montante das despesas de realização da venda.

### **Despesas Antecipadas**

- As despesas antecipadas são avaliadas pelo valor aplicado, atualizado monetariamente.

### **Outros Valores e Bens**

- Outros valores e bens são avaliados, segundo sua natureza, pelos critérios indicados por esta norma.

### **Investimentos Permanentes**

- Os investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou com base no valor do Patrimônio Líquido.

- São avaliados com base no valor de Patrimônio Líquido:

- a) o investimento relevante em cada coligada, quando a investidora tenha influência na administração ou quando a porcentagem de participação da investidora representar 20 % (vinte por cento) ou mais do capital social da coligada;
- b) os investimentos em cada controlada;
- c) os investimentos em coligadas e/ou controladas, cujo valor

contábil seja, em conjunto, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da investidora.

Os conceitos de empresas coligadas, controladas e de relevância de investimentos são aqueles estabelecidos pela legislação societária.

- O custo de aquisição de investimento em coligada e/ou controlada é desdobrado em:

a) valor de patrimônio líquido baseado em balanço patrimonial levantado no prazo da legislação societária;

b) ágio e deságio na aquisição, representado pela diferença para mais ou para menos, respectivamente, entre o custo de aquisição do investimento e o valor de patrimônio líquido, que serão amortizados com base em sua fundamentação econômica.

- As provisões para perdas no valor dos investimentos são constituídas com base em perdas efetivas ou potenciais.

- O valor dos investimentos não é modificado em razão do recebimento, sem custo, de ações e quotas bonificadas.

### **Imobilizado**

- Os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas depreciações, amortizações e exaustões acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

- Os bens e direitos recebidos por doação são registrados pelo valor nominal ou de mercado, o que for mais claramente identificado.

- O fundo de comércio e outros valores intangíveis adquiridos são avaliados pelo valor transacionado, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

### **Diferido**

- Os componentes do ativo diferido são avaliados ao custo de aplicação, atualizado monetariamente, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base no período em que serão

auferidos os benefícios dele decorrentes à participação do início da operação normal. A baixa do valor aplicado deve ser registrada quando cessarem os empreendimentos que integravam, ou estar comprovado que estes não produzirão resultados suficientes para amortizá-los.

Toda essência dos critérios contábeis de avaliação do Ativo estão consubstanciados no Art.183 da Lei 6.404 de 15.12.76.

Podemos afirmar que o ativo se configura como a aplicação dos recursos, como a real evidência patrimonial a justificar a Contabilidade como ciência.

### **PASSIVO**

O passivo é entendido como sinônimo de exigibilidades. Fazemos esta ressalva, pois poder-se-ia entender o termo passivo em sentido mais amplo, de todas as contas com saldo credor inseridas no lado direito do balanço patrimonial.

A avaliação recai, usualmente, na natureza de itens monetários fixos; às vezes, existe cláusula de correção monetária ou cambial; de qualquer forma, são sempre expressos em moeda corrente na data dos balanços. Uma diferenciação poderia ser constituída pelas receitas recebidas antecipadamente, as quais nem sempre são itens monetários.

O passivo evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros: contas a pagar, financiamentos, empréstimos etc. O passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer, será exigida (reclamada) a liquidação da mesma. Por isso, é mais adequado denominá-lo Passivo Exigível.

Observe-se que a Lei das Sociedades Anônimas denomina como Passivo todo o lado direito do Balanço Patrimonial. Dessa forma, o patrimônio líquido estaria incluído na denominação Passivo. Entretanto, esse enfoque da Lei não é bem aceito nos meios contábeis, uma vez que o termo Passivo tem uma conotação de “conjunto de dívidas, encargos e obrigações com terceiros”, não sendo suficientemente extenso para abranger Patrimônio Líquido.

Os passivos constituem promessas feitas em troca dos ativos

recebidos. O desdobramento detalhado dos passivos geralmente é influenciado por fatores legais; apresenta separadamente os vários acordos contratuais. De acordo com o pressuposto da continuidade dos negócios, todas as promessas da entidade serão honradas e resgatadas. A diferença entre os vários tipos de passivos é uma questão de tempo. Para fins contábeis, portanto, os passivos são agrupados de acordo com a data de vencimento.

- As obrigações e encargos, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor atualizado até a data de avaliação.

- Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado.

- As obrigações em moeda estrangeira são convertidas em valor da moeda corrente nacional às taxas de câmbio da data da avaliação.

- As obrigações de financiamento, com valor prefixado, são ajustadas pelo valor presente. As demais obrigações com valor nominalmente fixado e com prazo para pagamento são ajustadas pelo valor presente.

A obrigação precisa existir no momento atual, isto é, deve surgir de alguma transação ou evento passado. Pode derivar da aquisição de bens ou serviços, de perdas incorridas pelas quais a empresa assume obrigações ou de expectativas de perdas pelas quais a empresa se obrigou. Obrigações dependentes exclusivamente de eventos futuros não deveriam ser incluídas. Sê-lo-ão apenas à medida que existir uma boa probabilidade de que tais eventos ocorrerão e desde que o fato gerador esteja relacionado, de alguma forma, com o passado e com o presente. Se estiver relacionado apenas com o futuro, poderemos constituir uma reserva para contingências e não uma provisão.

Todas as imposições dos critérios de avaliação do passivo, estão elencados no art. 184 da Lei 6.404 de 15/12/76.

Em resumo, consideramos o Passivo como a fonte (origem) de onde provêm os recursos aplicados no ativo.

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Patrimônio líquido, expressão consagrada pela escola americana, veio substituir o arcaico Não Exigível, como a parte livre, liberada do Patrimônio (ativo) e pertencente aos sócios, acionistas ou titulares da empresa, após deduzidas as dívidas e demais obrigações para com terceiros (Passivos).

De conformidade com a Lei 6.404/76(Lei das S/A.), o Patrimônio Líquido é constituído dos seguintes componentes:

- Capital Social;
- Reservas de Capital;
- Reservas de Reavaliação;
- Reservas de Lucros;
- Lucros(ou prejuízos) acumulados.

### **Capital Social**

O capital social é constituído do total do capital subscrito do qual é deduzido o montante ainda não realizado, se for o caso.

Assim teremos

Capital social subscrito .....	R\$ X
(-) Capital social a realizar .....	R\$ Y
Capital social realizado .....	R\$ Z

O capital social poderá ser alterado para mais ou para menos. Poderá ser majorado nas seguintes modalidades:

1º) Aumento por subscrição de ações (públicas ou privadas), desde que integralizado 3/4, no mínimo, do capital social (art. 170 da Lei 6.404/76). O preço de emissão da ação poderá ser a sua cotação do mercado, o seu valor patrimonial e a avaliação das perspectivas de rentabilidade da companhia (art. 170, parágrafo 1º);

2º) Aumento por subscrição de ações mediante a incorporação de bens avaliados nos termos dos arts. 8º e 98º, parágrafos 2º e 3º (art. 170, parágrafo 3º);

3º) Aumento por capitalização de lucros e/ou reservas acumuladas, alterando-se o valor patrimonial das ações, distribuindo-se novas ações (bonificações), na proporção de

número de ações, que possuir cada acionista (art. 169);

4º) Aumento com incorporação do resultado da correção monetária do Capital realizado - Reservas de Capital, sem modificação do número de ações.

### **Reservas de Capital**

Constituem-se de contas que representam:

1º) Ágio (diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal ou patrimonial da ação);

2º) Parte do preço de emissão das ações sobre o valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social;

3º) Produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

4º) Doações e subvenções;

5º) Resultado da correção monetária do Capital realizado, enquanto não capitalizado.

### **Reservas de Reavaliação** (Art. 182, parágrafo 3º)

Estas correspondem à Reavaliação de Bens do Ativo, com base em laudos (3 peritos) e aprovados em Assembléia Geral, com a presença de peritos.

### **Reservas de Lucros** (Art. 182, parágrafo 4º e art. 193 e 197)

São contas representativas de apropriação de Lucros (art. 182, parágrafo 4º) e das seguintes modalidades:

1º) Reserva Legal (Art. 193) - Como o próprio nome diz, é uma reserva instituída por Lei, que se destina a assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente mediante o percentual de 5% do Lucro Líquido e até o limite de 20% do capital social. Pode ser utilizada para compensar os prejuízos ou aumentar o Capital Social. A Reserva Legal poderá ser deixada de constituir, quando o saldo da conta no exercício, acrescido ao montante das reservas de Capital, exceto a Reserva de Correção monetária do Capital Realizado, exceder a 30% do capital realizado.

2º) Reservas Estatutárias (Art. 194) - São aquelas instituídas pelos estatutos sociais da empresa, devendo ser estabelecido o seu limite máximo e indicado de forma precisa e indubitável a sua finalidade e os critérios na determinação da parcela anual do lucro líquido destinado à sua constituição.

3º) Reservas para Contingências - Previstas no art. 195 da Lei das S/A, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido para formação da reserva, com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável cujo valor possa ser estimado. Esta reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificam a sua constituição ou em que ocorre a perda.

4º) Reservas para Investimentos (Art. 196) – Correspondem à destinação de parte do lucro líquido do exercício, para atender à execução de investimento previsto em Orçamento de Capital e aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

5º) Reserva Especial (Art. 202, parágrafo 4º) - Esta conta representa os lucros atribuídos a dividendos não distribuídos, por serem incompatíveis com a situação financeira da empresa. O Conselho fiscal deve dar parecer sobre essa informação e os administradores deverão encaminhar à C.V.M. uma justificativa da informação transmitida à assembléia, dentro de 5 (cinco) dias da data de sua realização. Se tais dividendos não distribuídos (referentes ao mínimo obrigatório), constantes da conta de reserva especial, não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da empresa permitir. (art. 202, parágrafo 5º)

6º) Reservas de Lucros a Realizar (Art. 197) – Destina-se à absorver o excesso de lucros no exercício em que o total deduzido das contas Reserva Legal; Reservas Estatutárias; Reservas para Contingência e Reservas para Plano de Investimento, for inferior aos lucros a realizar. A assembléia Geral poderá destinar, por proposta da administração, o excesso à constituição de Reservas de Lucros a Realizar (art. 185, parágrafo 3º - Art. 248, III)

## **Lucros ou Prejuízos Acumulados**

Conforme preceitua o art. 191, será considerado Lucro Líquido do Exercício o resultado obtido depois de deduzidos os seguintes elementos:

- prejuízos acumulados;
- provisão para Imposto de Renda;
- participação de debêntures;
- participações de empregados;
- participação de administradores;
- participação de partes beneficiárias;
- contribuição a Instituições, Fundo de Assistência ou Previdência dos Empregados.

Entende-se por lucros acumulados, os lucros residuais, que são obtidos após deduzidas as reservas constituídas, com base no lucro líquido, apurado no exercício e no dividendo atribuído aos acionistas.

Reservas (Limites):

As Reservas Estatutárias e aquelas para Planos de Investimentos não poderão ser aprovadas no exercício em que se verificou o lucro líquido, em prejuízo do dividendo obrigatório (art. 198, c/c 202);

As reservas de lucros - exceto aquelas contingências - e os lucros a serem efetivados, não poderão ultrapassar metade do capital social. Em caso de excesso, a Assembléia deve deliberar sobre: (art. 199)

- integralização do Capital Social;
- aumento do Capital Social;
- distribuição de dividendos.

Utilização de Reservas de Capital:

Determina o art. 200 que as reservas de Capital somente poderão ser utilizadas nos casos de:

- absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros (art. 189, parágrafo único);
- resgate, reembolso ou compra de ações;
- resgate por partes beneficiárias;
- incorporação ao capital social

·pagamentos de dividendos a ações preferenciais nos termos do art. 17, parágrafo 5º.

A reserva constituída com o produto da venda de parte beneficiária poderá ser destinada ao pagamento de títulos (art. 200, parágrafo único). As contas representativas do Patrimônio Líquido, nas suas mais diversificadas nomenclaturas, representam a parcela pertencente aos sócios, acionistas ou titulares (parte livre do patrimônio da entidade). Assim, podemos afirmar que o Patrimônio Líquido é o termômetro da situação econômica da empresa.

### RECEITAS

O pronunciamento “XIV – Receitas e Despesas – Resultados” do IBRACON, esclarece que a receita corresponde a acréscimos nos ativos ou decréscimos nos passivos reconhecidos e medidos em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, resultantes dos diversos tipos de atividade e que possam alterar o patrimônio líquido. Os acréscimos nos ativos e decréscimos nos passivos, designados como receita, são relativos a eventos que alteram bens, direitos e obrigações.

A Receita, entretanto, não inclui todos os acréscimos nos ativos ou decréscimos nos passivos, e, podemos perceber isto, com os exemplos abaixo:

·O recebimento de numerário por venda a dinheiro é receita, porque o resultado líquido da venda implica alteração do Patrimônio Líquido;

·O recebimento de numerários por empréstimo tomado ou o valor de um ativo comprado a dinheiro não é receita porque não altera o Patrimônio Líquido.

Conclui-se que haverá uma receita (operacional ou não) caso haja uma operação mensurável em dinheiro, que leve a um acréscimo do patrimônio líquido.

O Pronunciamento do IBRACON acima alerta que nem sempre a receita resulta, necessariamente, de uma transação em numerário ou seja equivalente, como, por exemplo, à correção monetária do ativo.

A Receita é a expressão monetária, validada pelo mercado, do agregado de bens e serviços da entidade, em sentido amplo (em determinado período de tempo), e que provoca um acréscimo concomitante no ativo e no Patrimônio Líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou do acréscimo do Passivo) e do Patrimônio Líquido, provocados pelo esforço em produzir tal receita.

Ficam perfeitamente caracterizadas as dimensões básicas da receita, embora a definição seja excessivamente longa:

1. está ligada à produção de bens e serviços em sentido amplo;
2. embora possa ser estimada pela entidade, seu valor final deverá ser validado pelo mercado;
3. está ligada a certo período de tempo;
4. embora se reconheça que o esforço para produzir receita provoca, direta ou indiretamente, despesas (diminuição do ativo e do patrimônio líquido), não subordina, no tempo, o reconhecimento da receita ao lançamento da despesa.

Uma boa mensuração da receita exige que se determine o valor de troca do produto ou serviço prestado pela empresa. Em outros termos, este valor de troca nada mais é do que o valor atual dos fluxos de dinheiro que serão recebidos, derivantes de uma transação que produza receita. É claro que uma boa aproximação deste valor é o preço acordado entre comprador e vendedor.

## **DESPESAS**

A despesa, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Ela corresponde a decréscimos nos ativos ou acréscimos nos passivos, reconhecidos e medidos em conformidade com os princípios básicos de contabilidade, com destaque para o regime de competência, resultantes dos diversos tipos de atividades, e que possam alterar o Patrimônio Líquido, de acordo com o “Pronunciamento XIV - Receitas e Despesas - Resultados” do IBRACON

O mais importante é que as denominações das diminuições

de Patrimônio Líquido consideradas em cada período na demonstração de resultados, são esclarecedoras sobre sua natureza: sejam despesas, sejam perdas e itens extraordinários, sejam ajustes de exercícios anteriores.

Com referência, ainda, ao desenvolvimento em questão, atribuem-se os seguintes conceitos às contas de resultado:

**RECEITA:** Acréscimo de Ativo (com conseqüente acréscimo de Patrimônio Líquido) derivado das operações usuais do empreendimento e das operações acessórias que derivam da adequada política de manutenção de Ativos, tais como: receitas de serviços, de vendas, de comissões, de juros etc.

**DESPESA:** Corresponde ao decréscimo de Ativo (ou aumento de Passivo), com conseqüente decréscimo de Patrimônio Líquido, derivado de ações, decisões e trocas efetuadas pela administração, no esforço de auferir receitas e de manter a empresa operando. Exemplo: salários, consumo de materiais, impostos e taxas, etc.

A Despesa é o encargo necessário para comercializar os bens ou serviços objetos da atividade, bem como para a manutenção da estrutura empresarial independentemente de sua freqüência. A Despesa, embora direta ou indiretamente necessária para a geração da Receita, não está associada à prestação do serviço ou à produção do bem, não sendo, pois, agregada ao custo.

### **GANHOS**

Na equação patrimonial, os têm efeito parecido às receitas, entretanto, ou são de natureza esporádica (ganho na baixa ou venda de bens do Imobilizado, por exemplo) ou totalmente independentes de ação administrativa.

Da mesma forma que a perda, ganho é bastante aleatório. É um lucro que independe da atividade operacional da empresa. Ex.: Ganhos monetários (ganhos com a inflação), venda de um imobilizado pelo valor acima de seu custo etc.

O ganho aumenta o Ativo (conseqüentemente o PL).

### **PERDAS**

Na equação patrimonial, as Perdas têm efeitos semelhantes

às despesas e são causadas pelo mesmo tipo de evento que provoca ganhos. Refere-se ao gasto involuntário que não visa à obtenção de Receita. Ex.: desfalque no caixa, inundações, greves, incêndio etc.

Geralmente a perda diminui o Ativo (conseqüentemente o PL), assim sendo, ela um evento econômico diminutivo do Patrimônio Líquido, não associado a atividades relacionadas com a cessão ou aquisição de bens e direitos. Inclui-se nas perdas as baixas dos bens e direitos que perderam a utilidade para a empresa, mas não se limitando a elas. O conceito de prejuízo ou perda é elemento líquido, ou seja, após redução das eventuais receitas dos correspondentes bens ou direitos.

Alguns autores englobam as perdas e os ganhos nas despesas e receitas não operacionais respectivamente. Entretanto, um ganho ou uma perda pode ser o resultado entre a comparação de vários eventos (como no caso da venda de ativos imobilizados, na qual o ganho, se existir, resulta entre a diferença do valor da venda conseguida, menos o valor não depreciado do bem). A receita a rigor, envolve apenas um acréscimo de ativo, isolado, com conseqüente acréscimo de Patrimônio Líquido. A mesma diferença existiria entre perda(em alguns casos) e despesas não operacionais.

## BIBLIOGRAFIA

- ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1987.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Estruturação de demonstrações contábeis*. Brasília, 1993.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Normas da profissão contábil*. 22.ed. São Paulo, 1996.
- GUIA IOB DE CONTABILIDADE. São Paulo : IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda, 1994.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 5.ed. São Paulo : Atlas, 1997.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Contabilidade comercial*. 2.ed. São Paulo : Atlas, 1986.

- IUDÍCIBUS, Sérgio de e outros. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 4.ed. São Paulo : Atlas, 1995.
- LEI DAS S/A. São Paulo : Atlas, 1993.
- LI, David H. *Contabilidade gerencial*. São Paulo : Atlas, 1977
- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 3.ed. São Paulo : Atlas, 1986.
- MOTT, Graham. *Contabilidade para não contadores*. São Paulo : Makron Books, 1996.
- SÁ, A. Lopes de; SÁ, Ana M. Lopes de. *Dicionário de contabilidade*. 9.ed. São Paulo : Atlas, 1995.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo : Best Seller. S/d.
- WALTER, Milton Augusto. *Introdução à análise de balanços*. São Paulo : Saraiva, 1977.

## UMA LEITURA DO TEXTO DE ADORNO: "EDUCAÇÃO APÓS AUSCHWITZ"

### *A READING OF ADORNO'S TEXT: "EDUCATION AFTER AUSCHWITZ"*

Antônio dos Reis Lopes MELLO <sup>13</sup>

---

**RESUMO:** A descoberta da razão moderna significou, no seu surgimento, a possibilidade de expandir todo conhecimento, revelar todos os mistérios. Mas, constatam pensadores contemporâneos que a subjetividade contém elementos além da objetividade científica. Afirmam que a busca da razão, significou, na sua origem mais remota, o desejo de destruir o medo. Suprimi-lo era condição para fugir da barbárie que ameaçava a sociedade. A descoberta do inconsciente pode explicar muitas situações de horror, que persistem ainda hoje. Neste sentido, este artigo considera a educação como um elemento, ainda importante, para a reflexão e consciência de vários aspectos implícitos no sujeito, que se manifestam desordenadamente na vida social produzindo violência.

---

#### **UNITERMOS**

Violência – repressão – educação – nazismo – barbárie – Auschwitz – campos de concentração – modernidade – subjetividade – razão moderna – racionalismo.

#### **ABSTRACT**

The Modern Reason discovery meant, since its arising, the possibility to extend all knowledge, to disclose every misteries. But Modern thinkers show that subjectivity comprises elements

---

<sup>13</sup> Professor de Filosofia do Departamento de Estudos Sociais da UNIMAR – Universidade de Marília – Marília, SP. Mestre em Educação pela UNESP – Campus de Marília – SP – Brasil.

much beyonde the scientific objectivity. They assert that the search for reason meant in its far-off origin, the will to destroy fear. Suppress it was the condition to run away from barbarity of which threats society. The discovery of the unconscious should explain many frightful situations which persist up today. In this sense, this paper considers the education as an important element for the reflexion and conscience of the several implicit aspects in the subject, that show confusealy in the social life producing violence.

### UNITERMS

violence, restraint, education, nazism, barbarity, auschwitz, concentration fields, Modern Age, subjetivity, Modern Reason, rationalism.

### APRESENTAÇÃO

O texto de Adorno, *A educação após Auschwitz*, constitui-se em uma reflexão daquilo que se entende, de um lado, por mundo civilizado e, de outro, o horror que ainda subsiste neste meio. Exemplo disso é dado pelo autor, quando relata a sua vivência com a realidade da 2ª Guerra Mundial. Mas essa reflexão se estende ao contexto de violência que subsiste em nosso meio. Essa situação implica em barbárie e a sua advertência recai sobre a importância da educação, enquanto única razão objetiva, que ainda resta, para evitar-se que o horror (assim como ficou representado nos campos de concentração, entre outros) se repita, e que sejam banidas as suas evidências do meio civilizatório. Contudo, seu pensamento não é coisa simples de se entender e principalmente a educação, pois se insere no contexto da reflexão filosófica negativa, e não determina nem uma metodologia nem uma pedagogia. Poder-se-ia, tão somente, aventar uma significativa compreensão da subjetividade do próprio homem (subjetividade esta que também se esfacelou na racionalidade moderna).

Sabe-se que os textos de Adorno investigam a razão moderna, visando problemas inerentes a ela mesma. E a leitura contribui

para entender-se o que se deve conceber por educação em *Auschwitz*. O objetivo deste texto não é de fato apresentar propostas educacionais de Adorno, mas mostrar por que a educação deve ser uma questão sempre repensada. Portanto, se pressupostos são sugeridos para a educação, tal fato decorre de provocações componentes do texto *Auschwitz*, que são viabilizados no conjunto de suas obras.

O texto constituído discute, a partir do elemento de regressão do esclarecimento - repressão, aspectos importantes da educação para compor os objetivos fundamentais de um projeto de erradicação da barbárie.

*Educação após Auschwitz* torna-se intrigante, porque faz uma reflexão a respeito dos campos de concentração nazistas, relacionando a questão da educação. A violência praticada naquele momento, é um dado fundamental para se entendê-la como elemento de regressão da razão, como repressão, o que significa constatar a existência de um risco à sociedade. As indagações de Adorno estão alicerçadas em estudos da sociedade, a partir das ciências atuais, que se dispõem a compreender o comportamento humano. Por isso, os indivíduos que compuseram o poder da destruição são pensados sob os aspectos da moral, da psicologia, do conhecimento para concluí-los enquanto agentes da barbárie.

### **MITO E ESCLARECIMENTO NA CIVILIZAÇÃO**

A busca “para descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”, pode colocar o homem em um lugar bem pouco privilegiado em sua própria casa: *o mundo*.<sup>14</sup> A indagação de Adorno tem início num passado, não muito remoto, quando o homem buscou desmitificar o mundo através do esclarecimento e nele instaurar, o logos, ou a ciência. A razão foi um indício seguro para afastar o homem daquilo que se chamou barbárie e, assim, chegar à sua forma definitiva de bem viver na

---

<sup>14</sup> ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985 p. 11

civilização. O medo daquilo que não é racional, ou seja, “o medo que o bom filho da civilização tem de afastar-se dos fatos”, era e continua sendo o propósito fundante da civilização.<sup>15</sup> No mito reina o desconhecido, a natureza, e no estado mitológico, o homem enfrenta a natureza desconhecendo-a, porque ela se apresenta sob o aspecto de mistério. Assim sendo, não conhece os princípios pelos quais ela reage, embora deva enfrentar a natureza com o risco de perder-se nesse embate, em vez de impor-se, porque desconhece as suas leis. Vencer o mito<sup>16</sup> significa instaurar o estado de civilização, dar significação àquilo que não era até então conceituado. Se fizesse isto, o homem não teria por que temer os mitos, as imagens, os mistérios. Estes estariam superados, porque um novo saber os derrotara, portanto “o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada.”<sup>17</sup> Explicar os mistérios segundo uma razão é criar um caminho para um mundo *desencantado*, e se isso ocorreu é que tal empresa obtivera sucesso.

Na época da ilustração<sup>18</sup> essa consciência já existia na sua maturidade: a ciência havia desenvolvido o seu estatuto próprio e podia quantificar, probabilizar, transformar a natureza segundo os interesses objetivados pelo homem. Com o advento da hegemonia da classe burguesa, esse conhecimento foi posto sob o crivo da calculabilidade e da utilidade. Viver na civilização

---

<sup>15</sup> Idem. p.14

<sup>16</sup> “Referindo-se ao nascimento da filosofia e ciência na Grécia, ela pode levar alguém a crer que o grego, antes deste surto científico, não tivesse experiência da “razão”, o que é falso, como crêem os que têm falsa leitura de Homero. O mito é linguagem e, como tal, organiza a intercomunicação humana (especialmente a relativa ao trabalho) com um mínimo necessário de coesão e racionalidade. A linguagem pode conter fantasia mas não é fantasia.” (RODRIGUES, 1988. p. 33)

<sup>17</sup> Idem. p. 20

<sup>18</sup> “*O que é Iluminismo*”? *A saída do homem da sua minoridade, da qual é ele próprio o responsável. Minoridade, isto é, a incapacidade de se servir do seu entendimento sem a direção de outrem, minoridade da qual é ele próprio responsável, já que a sua causa reside não num defeito do entendimento, mas numa falta de decisão e de coragem de se servir dela sem a direção de outrem (...) tem a coragem deste servirdes do teu próprio entendimento. Eis aí a divisão do Iluminismo.*” (Immanuel Kant)

(em sociedade) passou a significar a *possibilidade* de desfrutar do conforto e do bem estar do progresso da ciência.

Observa-se, contudo, que o objetivo primordial da razão, o de interpretar e transformar a natureza segundo as suas leis, não extinguiu o medo inerente ao ser humano. Sua persistência assombrando a civilização. Ao investigar-se o processo de desencantamento do mundo, é possível perceber que: “os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento.”<sup>19</sup> Isso confirma a hipótese de que o mundo civilizado possui uma organização similar àquela do mitológico. Os lugares ocupados pelos mitos e, anteriormente, pelas suas deidades e pelos rituais a eles prestados, são, agora, substituídos por hierarquias, significações e cerimônias bem dosadas. A única conquista que subsiste, de fato, está relacionada à razão subjetiva. Chega-se à conclusão de que “o mito converte-se em esclarecimento e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem poder.”<sup>20</sup> Se o propósito de superar o mito, esclarecendo-o, era uma condição para a superação do medo, há que se concluir que esse propósito foi insuficiente para tanto, porque, de fato, o mito, sob cuja existência subjaz o medo, não foi derrotado com o esclarecimento, ao ponto de julgá-lo extinto.

Adorno defende uma tese na qual supõe que o mito tenha sido apenas mascarado. Mas, por que mascarado se o advento da razão, e posteriormente, a sua maturidade na ciência moderna pareciam dar cabo de uma condição indesejável em que se encontrava o homem, a minoridade? A projeção da ciência sobre a natureza e, consecutivamente, a sua dominação, não foram concluídas, porque o projeto implica em possibilitar o domínio da própria natureza humana, pois o homem no processo de conhecer-se a si mesmo, reprimiu o medo. Por isso a incidência de uma organização mítica na sociedade civilizada não implica

---

<sup>19</sup> Adorno, op. cit. 1985. p. 23

<sup>20</sup> Idem. p.24

em uma contingência da manifestação do mito, nem tão pouco que ele tenha deixado de existir. O mito está presente e subsiste na civilização.

Contígua à explicação científica da natureza, introduz-se, necessariamente, um novo elemento nessa reflexão, que pode ser considerado como uma das chaves da modernidade: a certeza subjetiva. Esta tem sido um novo instrumental organizador desta sociedade.

Uma vez que se afirma que houve uma nova reorganização da sociedade e ela se deu mais uma vez em uma instância mitológica, constata-se de outro lado, a reincidência do elemento da barbárie (a repressão) concomitante à razão. Não se contava com esta possibilidade, ainda que se julgue contraditória, a coexistência de ambos: mito e razão. Nesta perspectiva, o medo, portanto, não foi destruído. A aparente sucumbência do mito à razão se deu apenas de maneira escamoteada; o medo foi apenas reprimido.

A repressão do medo, ou dos impulsos (conforme observado pela psicologia em estudos freudianos), não significa uma conquista para o bem estar de uma sociedade, mas indica a existência de uma subjetividade humana, que passa a ser entendida, a partir dos mecanismos psíquicos que subsistem no homem. A sua melhor compreensão favorece o esclarecimento das formas de relações estabelecidas pelos homens, porém não garante que a partir desse fato chegue-se à liberdade, isentos da repressão.

### **CIVILIZAÇÃO E DESENCANTAMENTO**

A instituição da subjetividade na Idade Moderna promove uma nova sociedade. A partir disto, a sociedade fica condicionada à representação do sujeito. Faz-se necessária a retomada de uma reflexão acerca da contraditória existência simultânea de mito e razão, como elementos constituintes da organização social.

As estruturas sociais são compreendidas como resultantes das relações e concepções humanas objetivadas. Através desta, criam-se maneiras de avançar no caminho do desencantamento,

ou seja, a ruptura de uma vez do mistério do mundo e sua concepção infinita. O propósito é vencer uma consciência mitificada. O mito, em uma primeira interpretação da epopéia, compunha seus monstros, as criaturas representantes do medo, por um antropomorfismo idealizado.

As guerras travadas por Ulisses se dão no enfrentamento com os monstros homéricos e foram vencidas pela astúcia<sup>21</sup>, isso porque não havia ainda uma razão constituída. “A parte que o logro desempenha no sacrifício é o protótipo das astúcias, e é assim que muitos de seus estratagemas são armados, à maneira de um sacrifício oferecido às divindades da natureza.”<sup>22</sup> É possível, verificar na trajetória do mito, que essa se constitui na busca da concepção do sujeito.

Ulisses desafia o monstro oferecendo-se como vítima e ao mesmo tempo se constitui em sacerdote, pois celebra o evento que poderia ser o seu próprio sacrifício. A cada evento novo, ou sobrevive Ulisses, ou o Mito. O homem se coloca diante da natureza que é animada pela relação mimética do indivíduo para com ela. “Esses rituais mágicos, analisados pelos etnólogos, aponta para um aspecto essencial do comportamento mimético: na tentativa de se libertar do medo, o sujeito renuncia a se diferenciar do outro que teme, para, ao imitá-lo, aniquilar a distância que os separa, a distância que permite ao monstro

---

<sup>21</sup> Este fato remete-nos a uma questão, a de que não se tem no período mitológico uma razão constituída, mas apenas uma logicidade nos relatos dos mitos gregos, e ela se confirma com alguns estudiosos, além dos pensadores da *Dialética do esclarecimento*. RODRIGUES observa que do enfrentamento de Zeus que mata o dragão de mil vozes, nascem os ventos e divide-se o céu e a terra; também é uma explicação confirmando uma próto-razão, pois “essas figuras de linguagem escondem já um primitivo raciocínio, uma tímida logificação do mundo, que será logo refinada pelos jônicos.” (cf. RODRIGUES, op. cit. p. 36)

Vernant lembra que, na guerra de Tróia, não são os soldados da infantaria armada (hoplitas) que vencem, mas Argos; assim também se processa na tragédia dos persas, cuja narrativa é escrita por um grego, que atesta que nos combates abertos das falanges, a arma utilizada é a lança, porém “o arco é a arma da astúcia, a arma da noite.” Nisso se confirma a utilização já de uma técnica e estratégia e que subsistem com uma explicação ainda mítica dos fatos. (cf. Vernant, 1991. p. 117)

<sup>22</sup> Adorno, op. cit. 1985. p. 58

reconhecê-lo como vítima e devorá-lo. Para se salvar do perigo, o sujeito desiste de si mesmo e, portanto, perde-se. Nessa dialética perversa jaz a insuficiência das práticas mágico-miméticas e a necessidade de resistência e de luta contra o medo.”<sup>23</sup> O saber humano constitui-se em formas humanas projetadas enquanto formas da natureza, e só se reconhece nelas, aquilo que foi humanizado, portanto o que é ainda natural provoca temor, porque não é reconhecido. Aquilo que *é*, é realmente aquilo que se apresenta, é uma condição nominalista da existência. Diante da Esfinge que pergunta o que é, ou quem é, Ulisses responde que é *Oudeis*, palavra que significa ninguém, portanto, para o mito tanto podia não haver ninguém, como que Ulisses não fosse ninguém. Lograr o mito é a saída astuta: “Surge assim a consciência da intenção, premido pela necessidade, Ulisses se apercebe do dualismo, ao perceber que a palavra idêntica pode significar coisas diferentes”.<sup>24</sup>

Esse momento da narrativa homérica certifica não apenas a consciência mítica da questão que envolve palavra e objeto, como demarca o início daquilo que para o burguês chamou-se de formalismo. Esse procedimento do herói na epopéia sinaliza o início do processo de distanciamento do homem da *natureza*, com a qual se encontrava simbioticamente relacionado, portanto não era diversa de si. O contexto homérico é de alienação de seres idênticos. “Toda reflexão de Adorno e Horkheimer na dialética do esclarecimento consiste em mostrar como a razão ocidental nasce da recusa desse pensamento mítico-mágico, de livrar o homem do medo (que o esclarecimento não o consiga mas, pelo contrário, aprisione ainda mais o homem, essa é a outra vertente dessa reflexão).”<sup>25</sup>

O comportamento mágico-mimético ameaça profundamente o

---

<sup>23</sup> GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin. In: **Perspectiva**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo : Editora Unesp, v.16, pp. 67-86, 1993.. p. 72

<sup>24</sup> Idem. p. 65

<sup>25</sup> Idem, ibidem.

sujeito que, ao querer se resguardar, arrisca-se na possibilidade de seu próprio desaparecimento, a sua morte na assimilação ao outro. Há, no entanto, um comportamento profundamente prazeroso também e é justamente a perda do sujeito. Na origem e na fundamentação do indivíduo, existe um desejo de dissolução, de aniquilamento dos limites que ao mesmo tempo, constitui e aprisiona o sujeito. Mas a possibilidade da superação mitológica consiste numa destruição do mito, porque uma vez revelado o mistério, o mito cai por terra. Só assim, ele não subsiste mais como preocupação para os humanos. Ulisses vai se constituindo como um herói mitológico a cada batalha, porém vai tornando-se um saudosista daquilo que fora natureza. A análise de Adorno e Horkheimer identifica uma genealogia violenta do próprio processo da civilização. Ela não só faz regredir os homens a comportamentos mágicos e míticos, mas constitui-se numa ameaça constante ao sujeito emergente.

A cada passo que se dá na constituição da razão, confirma-se a impossibilidade da manifestação de formas incongruentes com a mesma. Adorno percebe no produto antropomórfico das formas mitológicas, o local onde está contido o elemento do medo, que ele se revela no enfrentamento necessário daquilo que não é reflexo (mito) do sujeito constituinte, do próprio homem: a natureza continua sendo em si-mesma, portanto é ainda uma desconhecida.

Ao proceder a essa crítica os autores têm em vista a razão burguesa: “A razão é ‘um poder ... de derivar o particular do universal.’ A homogeneidade do universal e do particular é garantida, segundo Kant, pelo ‘esquematismo do entendimento puro’. Assim se chama o funcionamento inconsciente do mecanismo intelectual que já estrutura a percepção em correspondência com o entendimento. O entendimento imprime na coisa como qualidade objetiva, a inteligibilidade que o juízo subjetivo nela encontra, antes mesmo que ela penetre no ego.”<sup>26</sup> A natureza mítica continua sendo o mundo desconhecido. Mas

---

<sup>26</sup> Adorno, 1985. p. 82

a harmonia desejada é conferida por uma razão, cujos pressupostos são dados a priori, pelo próprio homem. O distanciamento do medo se dá mediante uma representação lógica de uma razão ainda mimética. A indagação que se faz sobre ela é velada por forças desconhecidas. No mundo moderno, não há um antropomorfismo tão somente de composições de formas a posteriori, desvelado, mas sim, uma representação desse mundo subjetivamente. O domínio civilizatório permite ao homem sentir-se seguro, dominador, senhor da natureza, porque o mistério deixa de existir a partir do momento em que se podem explicar os fenômenos pela linguagem científica. A ciência não reconhece a natureza segundo uma crença supersticiosa, mas ela regula as suas manifestações por regras e corolários, instrumentos aptos para promover as respostas para as suas dúvidas. Uma vez obtido resultado satisfatório, ele se transforma num método, cuja conduta é segura, capaz de reproduzir sempre a sua eficácia e isto significa o desencantamento da natureza. Rasga-se todo o véu que velava os seus segredos. Essa é a prática metódica da ciência para obter sucesso. A construção e elaboração de formas, de regras, de limites, são processos que definem a civilização e, no vocabulário dos autores, ampara-se no processo de trabalho e no *progresso* racional-científico.

É um indício de que, realmente, não se dava um passo para resgatar a felicidade perdida ao destruir-se o mito. O pensamento experimentalista de Bacon e o pensamento protestante contêm o que se pode chamar de germe da regressão da civilização, a astúcia, ou melhor, aquilo que Nietzsche chamou de má consciência. No desenvolvimento da razão, investigado tanto pelo viés científico, baconiano, como religioso, fica denotado o princípio da técnica, das estratégias para chegar-se a um fim objetivado. Este é um indício do abandono de uma investigação filosófica genuinamente. Por detrás do esclarecimento, insurge uma razão mitificada, preocupada em revelar, na verdade, seu uso prático da mesma. O interesse primeiro da filosofia, o que é a realidade, e em seguida, como se conhece essa realidade são suprimidos pelo interesse prático do conhecimento. A indagação

pelo ser das coisas passa a ser entendida como lasciva e que não oferece segurança.

Essa forma de organização é uma ideologia para a dominação. Se no início da razão ela foi violenta, atualmente ela continua sendo por meio desse processo. A ideologia é tida como uma forma de ocultamento da verdade. Ela mediatiza a relação de poder que se estabelece na organização moderna. Nela se encontra a justificativa da prática mítica que advém de uma superestrutura. A relação de poder está implícita desde o mito. Mas o esclarecimento não está isento dessa mesma condição ideologizante. À medida que o poder sobre a natureza se amplia, aumenta a manipulação sobre aquilo que foi submetido, mesmo que cientificamente. Sob a necessidade de dominação está incutida a condição de medo. Ao tornar-se senhor de qualquer criatura ou objeto, o homem cria uma nova relação de enfrentamento. Não é mais a mimesis do combate com a Esfinge, porém, uma relação de alienação com a coisa dominada, uma relação de dependência. Seja o operário trabalhador, seja o cidadão do novo estado, devem ser controlados para não fugirem à regra do contrato.

Ao processo de esclarecimento está contígua a necessidade de objetivação da natureza, que consiste na dominação da mesma, por meio do conhecimento de todos os seus princípios e o mesmo ocorre nas relações humanas. É consequência do processo de esclarecimento, que conhecer ou criar um objeto reverte numa necessidade de reconhecer a sua existência para, em seguida, proceder à sua dominação.

O conhecimento capaz de dar ao homem essa objetividade é a ciência moderna. Ela se desenvolve num estatuto rigoroso, para obter crédito de saber verdadeiro, fundamentado em conceitos universais e validados pelo sujeito que investiga segundo os seus princípios. O esclarecimento tornou-se uma necessidade nessa nova sociedade emergente, que se constituiu juntamente ao Estado Moderno. A educação é posta como um instrumental para esse indivíduo. Este deve obter o conhecimento das verdades universais, segundo métodos científicos. Simultaneamente a essa

condição, delimitou-se, historicamente, a *possibilidade* do fim do homem supersticioso, temente do mistério. A nova sociedade compreende o homem capaz de submeter a natureza a fórmulas, regras e probabilidades, aquelas que regulam a sociedade e regulamentam as formas do saber, bem como aplicá-las na transformação social, na concepção do novo Estado, assim como na transformação da natureza, com as novas máquinas e modo de produção.

Esse é o desenho da sociedade burguesa constituída, que busca obter resultados, ascender ao poder, porque *intenciona* governar. O caminho desenvolvido até o esclarecimento, significou uma pseudo superação do mito, que a ele se sobrepôs uma utopia. Confirma-se, historicamente, que a superação não ocorre de fato. Ao superar-se um mito, outro ocupa o seu lugar. Essa questão é levantada por Freud que observa: “Os tabus, as leis e os costumes impõem novas restrições, que influenciam tanto homens como mulheres. Nem todas as civilizações vão igualmente longe nisso, e a estrutura econômica da sociedade também influencia a quantidade de liberdade sexual remanescente. Aqui, como já sabemos, a civilização está obedecendo às leis da necessidade econômica, visto que uma grande quantidade da energia psíquica que ela utiliza para seus próprios fins tem de ser retirada da sexualidade. Com relação a isso, a civilização se comporta diante da sexualidade da mesma forma que um povo, ou uma de suas camadas sociais, procede diante de outros que estão submetidos à exploração. O temor de uma revolta por parte dos elementos oprimidos a conduz à utilização de medidas de precaução mais estritas.”<sup>27</sup>

A sociedade esclarecida provoca uma ordem do sujeito autocrático, de Estado de direito e de uma correlação do universal ao particular. Isso porque há uma razão que subsiste em cada indivíduo, que os condiciona “pelos fins como mera ciência sistemática”, nivelando todos pelos seus interesses idênticos.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Freud, 1974. p. 125

<sup>28</sup> Adorno. Op. cit. 1985. p. 83

Nela todas as formas humanas só significam enquanto se identificam com aquilo que é sistematizado nas atividades sociais. A filosofia que promoveu sempre a crítica a toda forma de alienação, tem os seus filósofos pactuando com o sistema, como autênticos burgueses.<sup>29</sup> Há uma ratificação do pensamento filosófico à dominação exercida na sociedade burguesa. As contradições deste sistema são diminuídas (por exemplo: um dono do poder econômico tem legitimada a sua dominação sobre uma massa de expropriados) valendo-se de um sistema que busca justificar as relações de valores hierárquicos. Adorno cita Nietzsche para concluir: “É preciso ‘levar o esclarecimento ao povo, para que os padres se tornem todos padres cheios de má consciência \_\_ é preciso fazer a mesma coisa com o Estado. Eis a tarefa do esclarecimento: tornar, para os príncipes e estadistas, todo seu procedimento uma mentira deliberada...’”<sup>30</sup> A educação toma aqui um primeiro papel, diríamos o de reesclarecer, com intuito de desvelar o novo véu, o da ideologia. A nova organização da sociedade, reveste seus brutos em formas legalizadas pela hierarquia, o que lhes concede o direito de explorar, em nome da ordem social, ou de uma economia, ou de um bem profilático, da possível desordem que haveria se as leis não fossem duras.

### **O IMPULSO DA VIOLÊNCIA**

A demonstração anterior é uma explicação da trajetória civilizatória, vista pelo aspecto da razão. Contudo é possível uma outra abordagem observando a dimensão psicológica, a dimensão subjetiva do inconsciente do indivíduo.

Chegar à civilização deveria ser, conforme prerrogativa da razão, o estabelecimento de uma vivência harmônica. A sociedade, concebida e gerida segundo legislações de direitos, tanto do Estado como de cidadãos, preestabelecia a segurança de todos. Mas esta estrutura pré-concebida se esfacela diante

---

<sup>29</sup> Idem. p.84

<sup>30</sup> Idem. p. 53-54.

dos fatos. A sociedade sobrevive mantendo a desigualdade social e esta, além de se constituir numa forma de violência, implica na geração de conflitos para a própria sociedade instituída. O problema já era discutido por Rousseau: “concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou a física, por ser estabelecida pela natureza...; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que este, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles.”<sup>31</sup> Se a sociedade é esse misto de contradições, como se explica a sua subsistência? Uma resposta possível, pela psicologia, observa a civilização, segundo uma estruturação social na qual os instintos são reprimidos: “A tendência, por parte da civilização, em restringir a vida sexual não é menos clara do que sua outra tendência em ampliar a unidade cultural.”<sup>32</sup> Por que restringir a vida sexual? Porque é ela quem vai denotar o prazer necessário ao indivíduo para a sua felicidade. Já que a sociedade é um lugar de desigualdades, para permanecer nela, e como o desprazer não é contingência, mas condição, a vida sexual não pode encontrar plena realização (na sociedade), pois o espaço é limitado e delimitado pela organização. Porém se há restrição à efetivação dos impulsos sexuais, esses se transformam em vicissitudes. A contingência das vicissitudes é a impossibilidade de encontrar o objeto de desejo (o órgão correspondente) para a consecução original do impulso. Uma vez impedido de sua finalidade, um instinto pode passar pelas seguintes vicissitudes:

- Reversão a seu oposto;
- Retorno em direção ao próprio eu (*self*) do indivíduo;
- Repressão;

---

<sup>31</sup> Rousseau, 1983. p. 234

<sup>32</sup> Freud, 1974. p. 124

- Sublimação.

Constata-se que a sociedade civilizada, que é o sinal do próprio esclarecimento, ameaça o homem na sua integridade, ao sujeitá-lo a viver, necessariamente, em um estado de violência. A consequência deste fato é que as vidas humanas ficam ameaçadas pela barbárie, aquela que se instaura quando as leis vigentes subscrevem um elemento não esclarecido à força, elemento necessário para estabelecer a dominação uns sobre os outros. Assim sendo, passa-se a observar as formas de extermínio ocasionadas pela existência desta situação em questão, governar pela força.

Quando, por ocasião da segunda Guerra Mundial, Einstein, na condição de mediador da Liga das Nações e de seus Institutos, mantém correspondência com Freud, e faz-lhe esta pergunta: Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da Guerra? Para Einstein, esta era uma preocupação dos que atacam “o problema de forma profissional e prática, estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vista de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite”.<sup>33</sup>

Pensando em alguma alternativa, antes ainda de uma resposta de Freud, Einstein enunciou algumas considerações a esse respeito: um acordo internacional para arbitrar sobre os conflitos. Einstein reconhece que o desejo de poder político do governante de uma nação é um fator limitador para o sucesso de um acordo desse cunho. Como esperar que essa minoria possa persuadir a vontade da maioria, a mesma que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? Este cientista reconhece que uma instituição dispõe de frágeis mecanismos para cumprir os seus veredictos e demover o desejo de homens cujos interesses, muitas vezes, não se aproximam

---

<sup>33</sup> Freud, S. “Por que a Guerra”. In: *Freud*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1976. p. 241. v. XXII.

das decisões justas, que poderiam ser arbitradas por um órgão supranacional. Há uma hostilidade dos governantes, quando uma instituição desse cunho impõe limitações à sua soberania nacional.

Mas a evidência de um suposto controle desse governante sobre os meios de comunicação, sobre a religião, sobre a educação, não explica, por exemplo: “como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos homens um entusiasmo extremado, a ponto de esses sacrificarem suas idéias?”<sup>34</sup>

A explicação plausível encontrada por Einstein é de que o homem possui dentro de si um desejo de ódio e de destruição, o que está de acordo com a teoria freudiana dos instintos. Esse desejo chega a uma psicose coletiva quando “em tempos anormais há uma patência dessas volições. Ciente desse problema, mas ainda não satisfeito com as suas conjecturas de um homem de outra área de estudo, Einstein gostaria que Freud considerasse uma outra questão: “É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-la à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?”<sup>35</sup> A questão da educação para prevenção da barbárie fica subentendida no discurso, mas dada a emergência da situação, antes é reconhecida uma saída imediata para o problema, que não descarta a possibilidade da outra.

A importância que Freud confere a esses questionamentos, levam-nos a uma reflexão, cuja emergência temática não permite mascarar a situação em que surgem: a de violência (e não a de poder, como sugeriu Einstein). Para entender esse apelo, o pensador coloca as diversas fases da relação de força que o homem travou até atingir o estágio atual. No início era a superioridade da força muscular que decidia a posse das coisas. O uso de instrumento, no estágio posterior, determinava o do vencedor, que possuía melhor habilidade para manipular as melhores armas. Tem-se, assim, também o advento da superioridade intelectual para substituir a força bruta. Mas sempre

---

<sup>34</sup> Idem. p. 243

<sup>35</sup> Idem. p. 243

o objetivo final da luta permanecia na conquista. Quando se tinha apenas considerado a força bruta, o inimigo deveria ser morto e isto estava de acordo com a inclinação instintiva. Mas quando se tem, na ação violenta, uma estratégia intelectual, a dominação do inimigo inclui, também, que se poupe a sua vida para utilizá-lo na prestação de serviços. O vencedor, a partir desse momento, teve que contar com a sede de vingança de seu subjugado, pondo em risco a sua segurança. Mas esse percurso da violência ao direito ou à lei foi alterado também com o apoio do intelecto. Isso ocorreu com o reconhecimento de que a união de diversos indivíduos fracos pudesse se contrapor à força de apenas um indivíduo forte. “Vemos, assim que a força é a lei de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de aquilo que prevalecer não ser mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade.”<sup>36 37</sup> A violência assumida pela comunidade com caráter de direito ou justiça, traz em seu bojo uma condição psicológica dos indivíduos que a desejam duradoura. Para isso, a comunidade se organiza a fim de estabelecer regulamentos para prever sanções aos comportamentos que geram distúrbios contra a ordem estabelecida e assegurar a sua respeitabilidade em princípios. Freud percebe que: “O reconhecimento de uma identidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas

---

<sup>36</sup> Idem. p.247

<sup>37</sup> Para Freud o elemento civilizador ocorre quando se tem a primeira tentativa de regular os relacionamentos sociais. Esse elemento entra como ‘direito’ de uma maioria contra o poder de um indivíduo, é o momento em que se condena a ‘força bruta’ e toma seu lugar, outra forma de poder que não é mais de um indivíduo contra o outro, mas instituído pela abstração racional, que legitima a ação de todos contra um. É a união de uma maioria forte para legislar contra todos os indivíduos isolados. Todos aqueles que não são conforme as leis sociais (idênticos ao que a razão validou), ou que não se enquadra no governo da maioria, torna-se um transgressor, ou um desajustado social e a civilização está legitimamente autorizada a exercer contra ele sua força coercitiva. (cf. Freud. *O mal-estar na civilização*. p. 115-116)

\_\_ sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força.”<sup>38</sup> O elemento mítico esteve entreposto durante todo o relato acima, quando refletimos sobre a questão no registro frankfurtiano, ou seja, a astúcia, ou a estratégia para a dominação instaura um elemento que não é esclarecido, mas que persiste junto à razão.

A forma pela qual se tem suplantado a violência, não significa tê-la extirpada, é o que se demonstrou até então. As guerras parecem não ter fim. Ainda que as nações tenham se unido para constituir a paz, os conflitos entre elas são enormes. É visível que apenas “trocaram as numerosas e realmente infundáveis guerras menores por guerras em grande escala, que são raras, contudo mais destrutivas.” Na tentativa de dar uma resposta à pergunta de Einstein e próxima mesmo do que este havia considerado, Freud acredita que: “as guerras serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder.”<sup>39</sup> É uma proposta que não muda e nem supera o uso e o sentido original da violência. Freud delimitou a origem do poder à violência e a lei como um pressuposto capaz de reprimir a violência incontida. De fato este pensador acredita que “uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva e os vínculos emocionais (identificação é o nome técnico) entre seus membros.”<sup>40</sup> E a saída oferecida ao impasse confirma isso. Freud sugere, tão somente, uma transferência de instância de poder superior à do Estado, ou seja, uma instância com maior possibilidade para determinar e controlar os procedimentos dos países envolvidos na situação de guerra. Institui-se mais um elemento de controle da sociedade e este delibera sobre todos os indivíduos. Não se pode afirmar, contudo, que cada indivíduo

---

<sup>38</sup> Freud, op. cit.1976. p. 248

<sup>39</sup> Idem. p. 250

<sup>40</sup> Idem. p. 251

tenha compreensão dessa violência. As leis vão determinar a medida pela qual os indivíduos devem abrir mão de sua liberdade em favor da sobrevivência da comunidade. Se à violência está implícita uma destruição, na situação de governo destrói-se todo o ímpeto de vivência do ego, a sociedade é o reinado do superego, ou seja, a lei que controla o indivíduo.

O que significa, aparentemente, o equilíbrio de uma comunidade, é falso porque ela é constituída de personagens distintos. As injustiças surgem a todo momento, pois “desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual... e logo, como consequência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em senhores e escravos.”<sup>41</sup> Mas como um Estado não subsiste à desordem, novas leis são feitas para que os governantes possam gerir a comunidade e estes estão sempre na condição de vencedores a que os vencidos devem se sujeitar. As novas leis surgem para regulamentar novas situações de discrepância de forças, portanto para legalizar a situação de dominação, de violência. Por sua vez, aqueles que se sentiram preteridos pelo poder dominante, tentam diminuir a desigualdade e fazer novamente justiça. Novas leis podem ser criadas para estes, quando suas reivindicações forem atendidas. Outra situação em que podem surgir novas leis é quando há uma mudança cultural importante. Nem interna e nem externamente à comunidade se percebe que as soluções violentas são evitadas. A história da humanidade é tracejada por ela. Os tratados de paz não podem extinguir algo que é inerente ao ser: a contraposição dos instintos erótico e de destruição e nem ocultar a diferença de forças que há entre os indivíduos, ainda que do mesmo sexo.

A educação nesse contexto parece ser de pouca importância. Mas Adorno não pensa apenas por essa via. Todo medo reprimido (estendendo-o ao limite da convivência social, onde se busca a felicidade), toda repressão ou qualquer vicissitude, quando não encontra um mecanismo para projetar um elemento de sua

---

<sup>41</sup> Idem. p. 248

catexia, para extravasar a sua tensão, se volta com muito mais vigor contra si mesmo. As guerras, índices da barbárie são resultados das formas de poder e de expropriação dos homens. Adorno identificou um elemento burguês (o interesse a fins), já nos relatos homéricos. A partir disso pode-se, então, concluir que a agressividade projetada na guerra, que em princípio é um elemento constituinte do ser humano, não pode encontrar sucesso nessa forma de se projetar, pela astúcia (estrategicamente). A partir de um interesse projetado na dominação do outro, tem-se, tão somente, o iminente interesse de destruí-lo, para submetê-lo. Com isso, ao objetivar no outro, a própria realização de prazer frustrara (por não se consumir no seu órgão de origem), quer dizer projetada na sua *reversão ao seu oposto*, o indivíduo continua adiando a consecução do prazer, que teve início quando o *ego* constituiu uma neurose, ou seja, quando o eu não encontrou a satisfação a que se destinou. Assim, a educação ganha um papel mais importante que apenas os mecanismos políticos, pura forma de objetivação do espaço público; a educação pode ser entendida como ativação das capacidades da razão para se predispor a um processo de interiorização das vicissitudes em formas sublimadas do ego.

### **A EDUCAÇÃO COMO INDÍCIO PARA PRESERVAR A CIVILIZAÇÃO**

O papel da educação iluminista incide sobre o homem racional, capacitando-o para valer-se da razão como instrumento, para mediar sua vida social. O modelo liberal de educação, em parte, é a consciência desse projeto iluminista. O desenvolvimento da razão foi tomado, no início, como suficiente para assegurar a vivência social do homem. A ética, com prerrogativas de um imperativo categórico, conforme modelo kantiano, foi entendida, dentro da sociedade burguesa, como princípio para determinar o comportamento do homem nesse meio, de assegurar a sobrevivência da civilização. A existência de uma ética formal seria postulada por um sujeito, na forma de lei moral, desta maneira asseguraria a ordem social, portanto a garantia da não

violação desses princípios: “El pensamiento de este tiene su centro en el concepto de autonomía, de responsabilidad del individuo racional, por oposición a esas ciegas formas de dependencia, una de las cuales es la supremacía irreflexiva de lo nacional. Solo en el individuo se realiza, según Kant, lo universal de la razón.”<sup>42</sup> O bem estar social ficaria assegurado em vínculos que os cidadãos assumiriam entre si. Ter-se-ia a superação da violência, da agressão de uns indivíduos contra os outros na sociedade. Se essa moral (razão instrumental) se efetivasse, a ética seria suficiente para extinguir a agressividade humana. Mas a razão burguesa ao pensar sobre a organização social reproduziu o esquematismo da violência.

A teoria freudiana viria denunciar que os impulsos humanos não encontram, necessariamente, sua satisfação na razão, instância de suas sublimações. Quando Adorno sugere que a educação esteja comprometida com a revelação dos mecanismos psicológicos, é porque ele entende como Freud, que o mesmo processo que conduz à civilização, produz simultaneamente a anticivilização: “Entre as intuições de Freud que realmente alcançam também a cultura e a sociologia parece-me das mais profundas a que afirma que a civilização produz a anticivilização e a reforça progressivamente.”<sup>43</sup>

Nesse processo civilizatório, reconhece-se a condição do homem reificado, ideologizado e esse processo advém de milênios. A condição social burguesa transforma todos os homens em objetos e, assim, eles podem ser negociados, trocados, mortos e isso não implica em constrangimento afetivo, porque estão reificados. “Aquilo que exemplificava apenas alguns monstros nazistas poderá ser observado hoje em grande número de pessoas, como delinquentes juvenis, chefes de quadrilhas e similares, que povoam o noticiário dos jornais, diariamente. Se eu precisasse converter esse caráter manipulativo numa fórmula \_\_ talvez não devesse fazê-lo, mas pode contribuir para um melhor

---

<sup>42</sup> Adorno, op. cit., 1985. p. 97

<sup>43</sup> Idem. p. 33.

entendimento \_\_ eu o chamaria tipo com consciente coisificado. Em primeiro lugar, as pessoas dessa índole equiparam-se de certa forma às coisas. Depois, caso o consigam, elas igualam os outros às coisas.”<sup>44</sup> Negligenciar a importância de tal fato, significa o total desconhecimento de suas conseqüências sociais, portanto de seu real significado. Era desejo de Adorno que cientistas especializados procedessem a levantamentos de dados sobre a guerra e acerca da possibilidade de se conhecer a personalidade do carrasco nazista, para obter algumas respostas para questões como essas: Como podem surgir indivíduos tão bárbaros que provoquem o horror e que o instaurem? Como se estrutura o horror e por que os indivíduos se submetem a um bárbaro? Visto que a delinqüência parece fazer parte do horror, deve-se saber o que fez com que os homens carrascos se tornassem o que são? Por trás dessas indagações há um homem desencantado, com desejo de conhecer o ser humano, ainda que, após sua investigação, perceba que não possa haver qualquer utopia.

O olhar adorniano sobre o homem é cético no aspecto que entende a impossibilidade deste para amar. A educação cristã buscou, pela pregação do amor, salvar o homem, o gênero humano, do horror. Esse projeto se perdeu, se desgastou, fracassou. Não é possível ao homem amar a todos como a si mesmo. Isso porque o caráter do homem já está corrompido pelo mau, como profetizavam os apologistas da Igreja ou porque o homem é mal por natureza, como acreditavam alguns naturalistas.

A civilização ainda se encontra num estágio frágil do desenvolvimento humano, uma vez que o processo executivo da barbárie pelo homem contra o próprio homem, ainda é verificado. As relações humanas são pautadas pela frieza. Os contatos entre estes são mediados por interesses próprios. Todo o avanço é mediado por objetivos, sempre visando a dominação de uns pelos outros, na busca de se obter aquilo que lhes é interessante. A tecnologia científica não conhece escrúpulos

---

<sup>44</sup> Idem. p. 40

de investigação, tanto descobre a cura, como uma técnica eficaz para matar. É hipocrisia tentar falar do amor entre os homens, uma vez que, entre estes, não há uma estrutura social de atração pelo amor.

Adorno clama contra o silêncio que o mundo faz em relação ao crime hediondo e não se resguarda dele, portanto não se está imunizado daquele mal que ronda a vida na sociedade. Há um desejo constante para se viver uma democracia. Mas a sociedade se instaurou como uma forma massificada do poder de uma minoria e de tal modo isso ocorre que, com facilidade, qualquer um pode se sentir democrata, simplesmente fazendo o jogo do sistema organizado. Identificar as formas de dominação e resistir às suas propostas de coletivização pode constituir-se como forma de racionalidade crítica e um possível distanciamento de formas de aliciamento e alienação do homem para o horror.

A educação é necessária como recurso para não se omitir diante do confronto com o horror. A alienação conduz o homem a uma crença numa aparência de mundo organizado, num mundo harmonizado, dificultando a revelação daquilo que perpassa a vida social de exploração de um indivíduo pelo outro, ou de um sistema a uma população. Prefere-se acreditar que o mundo é como é porque foi sempre desta forma. - Ex. “Mortos sem sepultura” (Sartre). Porém a escola pode prestar um desserviço, se não fizer a sua própria crítica.

O processo educacional tradicional, impetrado sobre as crianças é coercitivo. Vale-se da estrutura dominante para submeter as crianças às maneiras entendidas como saudáveis para uma vida em sociedade. Esse tipo de educação para a dureza exala virilidade, que no máximo, significa a capacidade de suportar e isso incorre no sadomasoquismo como demonstrou a psicologia - uma indiferença à dor. “Aquele que é duro contra si mesmo, adquire o direito de sê-lo contra os demais e se vinga da dor que não teve a liberdade de demonstrar, que precisou reprimir. Esse mecanismo deve ser conscientizado da mesma forma como deve ser fomentada uma educação que não premie mais a dor e a capacidade de suportá-la.”<sup>45</sup> Em outras palavras, a educação

deve dedicar-se seriamente à idéia que não é em absoluto desconhecida da filosofia: que não devemos reprimir o medo. Quando o medo não for reprimido, quando nos permitirmos ter tanto medo real quanto essa realidade merecer, então possivelmente muito do efeito destrutivo do medo inconsciente e reprimido desaparecerá. A preocupação se dirige para aqueles que, por desejarem não demonstrar o medo, colocam-se diante da coletividade como matéria bruta e se omitem, como se fossem seres autodeterminantes; na verdade são pessoas de *caráter manipulativo*.

O objetivo pelo qual os homens buscaram e buscam a razão, o esclarecimento, é para livrar-se dos medos, aqueles acometidos pela imaginação, pelos mitos. Do outro lado fica a sua intenção, conquistar formas mais eficazes para empreender o poder, o senhorio sobre toda a natureza e aos homens. Mas, esse processo que culminou com o desencantamento do mundo, tem como prerrogativa necessária a violência, pois só o pensamento que é duro consigo mesmo é capaz de destruir os mitos. Toda a investigação da trajetória de Adorno leva a concluir que o problema não subsiste no “conflito entre uma boa razão e uma razão perversa, pois desde o início ela foi a mesma: uma faculdade voltada para a dominação da natureza sobre os homens, movimento ambivalente que pressupõe o sacrifício e a renúncia à felicidade. A razão suplantou a mimesis, forma original de relação entre o sujeito e o objeto, que permite um contato não violento com a natureza, e cujos ecos sobrevivem exclusivamente na arte, como *Eingedenken*, reminiscência, voz e lamento da natureza oprimida.”<sup>46</sup> O que resta portanto, para Ulisses é a saudade do canto das Sereias, encanto que não se reconstitui mais numa natureza, onde os modos são todos técnicos, e o paraíso é um contexto efêmero de uma suposta felicidade e liberdade intuitivas.

---

<sup>45</sup> ADORNO, T. W. “A Educação após Auschwitz”. In: *Os grandes cientistas Sociais*. São Paulo : Ática, 1984. p.39-40

<sup>46</sup> ROUANET, S. P.. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 333

Se há uma proposta sendo oferecida na teoria crítica à cultura é que ela seja a sua terapeuta. O auxílio à cultura é a sugestão de uma psicanálise. A cultura sobre o divã abrir-se-ia para de novo voltar a si mesma, por caminhos guiados pela teoria crítica, a analista. Nesse sentido, ela provoca a emergência de aspectos críticos que só a razão sabe, aos quais ela passa e não se dispõe a pensar neles senão diante dessa clínica. Sabe-se *a priori* que a cura é impossível. Mas à educação recai, nesse contexto, como uma conduta terapêutica, promover o ensinamento não mais pela dureza, pois isso suscitaria os elementos da repressão. Adorno parece saber que o papel da razão é apenas especulativo. Assim sendo coloca-se sempre a sujeitar o mundo à crítica, ainda que jamais se possa conhecer a paz e a liberdade na totalidade. Ao homem resta apenas a saudade de um paraíso, que sequer tem a certeza de ter possuído.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. “A Educação após Auschwitz”. In: *Os grandes cientistas Sociais*. São Paulo : Ática, 1984.
- \_\_\_\_\_. “Sobre la pergunta “¿Qué es alemán?” *Consignas*. Buenos Aires : Amorrotu, s/d.
- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985.
- FREUD, Sigmund. *Estudo sobre a histeria 1895*. In: “Freud”. Rio de Janeiro : Imago, 1974. v. I
- \_\_\_\_\_. *O futuro de uma ilusão*. Trad. José Otávio de Aguiar Abreu. Idem. v. XXI
- \_\_\_\_\_. *O Mal-estar na civilização*. ibidem.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia de grupo e a análise do ego (1921)*. In: “Freud”. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro : Imago, 1976. v. XVIII.
- \_\_\_\_\_. *Os instintos e suas vicissitudes*. In: “Freud”. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1969. v. XIV
- \_\_\_\_\_. *Porque a Guerra*. In: “Freud”. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1976. v. XXII.
- \_\_\_\_\_. *Ansiedade e vida instintual*. In: “Freud”. Trad. Jayme

- Salomão. Rio de Janeiro : Imago, 1976. v. XXII.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Do conceito de mimesis no pensamento de Adorno e Benjamin.” In: *PERSPECTIVA*: Revista de Ciências Sociais, São Paulo : Editora Unesp, v.16, pp. 67-86, 1993.
- KUPFER, Maria Cristina. *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. São Paulo : Scipione, 1989.
- RODRIGUES, Antônio Medina. *As Utopias Gregas*. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 331-347.
- \_\_\_\_\_. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. p. 11-197.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado. introdução e notas Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 3.ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)
- VERNANT, Jean-Pierre, VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. Trad. Bertha Halpen Gurovitz, colab. Hélio Gurovitz. São Paulo : Brasiliense, 1991.

## O MUNDO DA ESCRITA E SUA CONCEPÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

### *THE WORLD OF WRITING AND ITS SOCIAL-HISTORICAL CONCEPTION*

Sônia Maria Coelho MÓRE<sup>47</sup>

---

RESUMO: Este artigo trata dos processos mentais superiores descobertos por Vygotsky e colaboradores, evidenciando a superioridade dos atos humanos no reino animal. Destaca a compreensão da linguagem escrita, inicialmente tida como elo mediador entre a fala e a escrita e como a fala desaparece no momento em que a criança assume a escrita como um processo discursivo. Assim, na presença do **outro**, ela sente a necessidade de produzir uma escrita compreensível a todos, o que ocorre por meio do processo da internalização, onde a atividade mediada transforma-se em intrapsicológica, originando-se a atividade voluntária. Aponta-se os motivos que levam uma criança a escrever e analisa-se a evolução desse processo, passando do rabisco ao desenho e deste até a escrita, numa situação eminentemente histórico-social. O professor é delineado como “*tutor*” indispensável no processo de educação escolar, atuando na chamada “*zona de desenvolvimento próximo*”

---

### UNITERMOS

Alfabetização (conceitos) - processos mentais superiores -  
Psicologia Histórico-Social - processo de internalização -  
atividade intrapsicológica - aquisição da escrita - tutoria - educação  
escolar - zona de desenvolvimento próximo.

---

<sup>47</sup> Prof. Didática FCH-UNIMAR, Marília – SP – Brasil, Prof. Assistente -Depto. Didática -UNESP- Presidente Prudente, Mestre em Educação, pela UNESP - Marília, Doutoranda em Educação Escolar UNESP - Araraquara.

### **ABSTRACT**

This article deals with the superior mental processes discovered by Vygotsky and collaborators, evidencing the superiority of the human acts throughout animal kingdom. It highlights the understanding of the language writing, initially had as link mediator between the speech and the writing and how the speech disappears in the moment in which the child assumes the writing as a discursive process. Thus, in the presence of the other, she feels the need to produce a comprehensible writing to everyone, what occurs by means of the process of the self-knowledge, where the mediated activity becomes in an intrapsychological, one originating the voluntary activity. The reasons which lead a child to write are pointed out and the evolution of that process is analyzed, passing from the scribble to the drawing and from this to the writing, in an eminently historical-social context. The teacher is delineated as “indispensable tutor” in the process of school education, acting in the so called “near development zone”.

### **UNITERMS**

Literacy (concepts) - superior mental processes - Historical-social Psychology - internalization process – internal psychological activity - writing acquisition - tutoring - school education – near development zone.

### **I - INTRODUÇÃO**

Este trabalho constitui parte do referencial teórico que norteou a prática pedagógica desenvolvida em uma classe de alfabetização na zona rural de Marília, com crianças muito diferenciadas, que se constituiu na Dissertação de Mestrado da autora. Busca elucidar alguns pontos que se tornaram fundamentais na direção dos resultados positivos alcançados por muitos desses alunos, a partir da mudança de orientação da prática docente com eles estabelecida. Serão discutidos aqui aspectos da Psicologia Histórico-Social soviética, da chamada Escola de Vygotsky.

O desenvolvimento dos estudos de natureza psicolinguística

permitiu a percepção da linguagem como um complexo sistema simbólico. As descobertas de Vygotsky<sup>48</sup> acrescentaram a esses estudos a ênfase nos processos mentais superiores, que possibilitam ao ser humano a sua introdução no mundo dos símbolos, mediados pelas influências sócio-culturais e regidos pela lei da internalização

Através desta concepção, os atos humanos adquirem uma característica que evidencia sua superioridade no reino animal. A atividade que inicialmente se desenvolve em nível interpessoal ou intersíquico passa a ocorrer num esquema que envolve relações intrapessoais ou intrapsíquicas. Para que ocorra este fenômeno é preciso que a criança tenha uma relação de consciência com sua prática educativa, passe a desenvolver controle sobre seus processos de aprendizagem e os internalize. É desta maneira que a criança se torna capaz de monitorar seus avanços, transferir aprendizagens, enfim, assumir postura metacognitiva e, no caso da linguagem, atingir uma dimensão gramatical, ortográfica e semântica. A compreensão da linguagem escrita vai ocorrer em função da linguagem falada que inicialmente funciona como elo mediador (entre a fala e a escrita) e que vai deixando de ter esse papel, quando a criança assume por inteiro a escrita, numa dimensão discursiva. Esta dimensão se faz presente, possibilitando a compreensão da escrita dos outros. É através da presença da outra pessoa, que a criança percebe a necessidade de produzir uma escrita compreensível, tanto quanto deseja ler o que o outro produziu. Para isso é necessária a apropriação de um código escrito.

A marca inicial que a criança faz no papel, para lembrar-se de algo falado, permaneceria assim se não fosse a ação de outras pessoas com quem ela convive. Portando uma significação, esta forma gráfica é fixada convencionalmente através dos dados histórico-culturais que condicionam a vida da criança. A leitura, por sua vez, não é apenas decodificação nem apreensão de um

---

<sup>48</sup> VYGOTSKY, L. S. . *A formação Social da Mente - O desenvolvimento dos Processos Mentais Superiores*. Org. Michael Cole (et al.) Trad. José Cipolla Neto (et al.). 4º ed., São Paulo : Martins Fontes, 1991.

único sentido já estabelecido anteriormente. Aqui se faz presente o aspecto semântico que Vygotsky<sup>49</sup> menciona. Ele distinguiu dois planos de linguagem: um aspecto interno, significativo, semântico e outro externo ou fonético. Ambos formam uma unidade, mas têm especificidades, leis próprias de movimento. No processo de alfabetização, Braslavsky<sup>50</sup> diz que , uma vez que a dimensão discursiva se faz presente desde a origem da alfabetização, é importante ... “ que a criança adquira ‘compreensão interna’ dessa linguagem que ela incorpora depois de haver adquirido a linguagem oral e quando começa a utilizar a linguagem interior” ...“A partir dessa compreensão e de sua reflexão sobre os textos, incluindo aqueles produzidos por si mesmo, poderá alcançar progressivamente o domínio da forma mais elevada da linguagem, que é a linguagem escrita”.

Nogueira<sup>51</sup> afirma que o processo de internalização a que a criança está sujeita no desenvolvimento das funções psicológicas superiores envolve uma mediação socialmente partilhada de instrumentos e processos de significação “que irão, por sua vez, mediar as operações abstratas do pensamento” e que “à medida em que estes processos são internalizados, *passando a ocorrer sem intervenção de outras pessoas*, a atividade mediada transforma-se em processo intrapsicológico, dando origem à atividade voluntária”

Assim, no processo de alfabetização é extremamente importante que o código escrito possa ser trabalhado com a criança de maneira intensa e fundamentalmente técnica, para que ela realmente o apreenda e possa construir sua escrita com ele. No momento em que houver a completa internalização ela terá alcançado a sistematização necessária para caminhar com

---

<sup>49</sup> VYGOTSKY, L.S. op. cit. 1991.

<sup>50</sup> BRASLAVSKY, B.. *La Escuela Puede - Una perspectiva Didáctica*. Buenos Aires : AIQUE Grupo Editor S/A., 1992, p.3 e 35.

<sup>51</sup> NOGUEIRA, A. L. H. “Eu leio, ele lê, nós lemos : processos de negociação na construção da escrita”. In SMOLKA, Ana Luiza B. (Org). *A Linguagem e o outro no espaço escolar - Vygotsky e construção do conhecimento*. Campinas : Papyrus, 1994. P.16. [grifos meus].

maior independência, embora não dispense a mediação socializadora do professor.

A criança aprende de uma forma mais eficaz, através da participação em atividades coletivas que tenham significado para ela e nas quais sua atuação seja perfeitamente assistida e guiada por alguém que tenha competência e que exerça uma certa *tutoria*, uma vez que não agimos imediatamente a estímulos mas o nosso comportamento é semioticamente mediado, respondendo a significados que atribuímos a situações, cuja interpretação depende de um contexto cultural. Essa relação, verificada pela leitura de Vygotsky<sup>52</sup>, incide tanto sobre as origens sociais das funções mentais superiores como sobre as práticas da cultura e sobre o papel de pais e mestres em dar oportunidades ao aluno para compartilhar estas práticas e, através delas, apropriar-se gradualmente das funções mentais por meio da demonstração, da participação guiada e das tarefas que envolvam uma relação verbal. As ferramentas que o ser humano dispõe para agir não são apenas materiais, mas nesse momento, são essencialmente simbólicas: a fala, a escrita, o conhecimento, valores, crenças, tecnologia, etc., que irão mediar a sua relação com o mundo.

Esse movimento interativo da produção simbólica e material que tem lugar no processo de conhecimento, não está ligado apenas a uma direção sujeito/objeto, mas implica necessariamente uma relação sujeito/sujeito/objeto, ou seja, é através do **outro** que o sujeito estabelece relações com objetos do conhecimento. Desse modo, a elaboração cognitiva passa pela relação com o outro no espaço da intersubjetividade.

O processo de internalização envolve uma reconstrução individual das formas de ação realizadas no plano intersubjetivo, o que permite uma contínua e dinâmica configuração do funcionamento individual. Nesses movimentos, por meio das palavras e outros recursos semióticos, a criança vai organizando seus próprios processos mentais. O desenvolvimento envolve processos que se constituem mutuamente, de imersão na cultura e emergência da individualidade.

---

<sup>52</sup> VYGOTSKY, L.S. op. cit. 1991

No momento em que estão se apropriando da escrita, as crianças começam a desenvolver uma atividade compartilhada com as outras, auxiliando-se mutuamente. Esse auxílio é condição que proporciona um avanço na aprendizagem e inclui um *instrutor auxiliar* que exerce o papel de *fala auxiliar* e decodifica a instrução do professor de maneira mais acessível à outra criança. Todas recebem a mesma instrução, mas algumas captam melhor a mensagem e tornam-se colaboradoras da classe.

Pelo que foi analisado até o momento, os processos assim decorrentes passam a exigir do sujeito aprendiz, que se coloque inteiramente na tarefa de aprendizagem, fazendo um controle efetivo sobre as ações a que se submete, analisando os seus próprios resultados, fazendo as correções e interferências necessárias, utilizando-se de sua consciência, para compreensão mais ampla.

Luria<sup>53</sup> afirma que a linguagem, além do trabalho, é o meio mais importante de desenvolvimento da consciência. É através da linguagem que o homem duplica o mundo perceptível, designando objetos e eventos do mundo exterior com palavras e permitindo sua evocação quando ausentes. Além disso, é possível a abstração e a generalização como veículo do pensamento e não apenas como meio de comunicação. Para ela é através da linguagem que o homem faz a transição do sensorial ao racional e transmite informações aos demais.

De acordo com Leontiev<sup>54</sup> a linguagem é produto da coletividade: “como a consciência humana, a linguagem só aparece no processo de trabalho, ao mesmo tempo que ele”. Ele ainda afirma que “um fenômeno poderá ter significado e refletir-se na linguagem se for destacado e tornar-se fato de consciência”.

Estas afirmações sobre a consciência, quando relacionadas com a aquisição do simbolismo da escrita, explicitam que “a imagem consciente, a representação, o conceito têm uma base sensível.

---

<sup>53</sup> LURIA, A. R. *Curso de Psicologia Geral*. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, 1979. (V.I).

<sup>54</sup> LEONTIEV, Alexis N. *O desenvolvimento do Psiquismo*. Trad. Manuel Dias Duarte. Lisboa : Livros Horizonte, 1968. P. 85/86.

Todavia, o reflexo consciente da realidade não se limita ao sentimento sensível que dele se tem. Já a simples percepção de um objeto não o reflete apenas como possuindo uma forma, uma cor, etc., mas também como tendo uma significação objetiva e estável determinada, como por exemplo, alimento, instrumento, etc.”<sup>55</sup>

Concluindo, pode-se verificar que é preciso muito mais que a percepção de formas e letras para a alfabetização ocorrer. É necessário um mundo de atividades mediadas com ampla significação para a criança.

## II- O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Deixa-se claro que a idéia de alfabetização a ser considerada neste estudo, não se confunde com a forma de aprendizagem inicial da língua materna, com uma forma de desenvolvimento que nunca mais se interrompe, ou seja, com uma concepção de alfabetização como um processo permanente, como querem alguns autores.

Segundo Soares<sup>56</sup>, a etimologia da palavra remete ao significado de levar à aquisição do alfabeto, “ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever”, ou, ainda, como lembra Pino<sup>57</sup>, “é esse o sentido da palavra composta das duas primeiras letras do código grego”.

Soares considera inclusive que, pedagogicamente, não seria adequado atribuir um significado muito amplo à alfabetização, pois isso impediria sua especificidade, além de tornar inviável a configuração de habilidades básicas de leitura e escrita, no momento de se definir a competência em alfabetizar e em definir em que condições técnicas ele ocorre.

Soares e outros autores, como Kramer e André<sup>58</sup>, diferenciam

---

<sup>55</sup> Idem, p.85.

<sup>56</sup> SOARES, M. B. *As muitas faces da Alfabetização*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (52) : 19-24, fev.1985.

<sup>57</sup> PINO, A. Do gesto à escrita: Origem da escrita e sua apropriação pela criança. *Idéias*, São Paulo : FDE (19): 91-108, 1993.

no conceito de alfabetização o domínio mecânico da possibilidade de apreensão significativa, num processo de representação do mundo, tendo em vista que “a língua escrita não é mera representação da língua oral como faz supor o primeiro conceito...Não se escreve como se fala, mesmo quando se fala em situações formais; não se fala como se escreve, mesmo quando se escreve em contextos informais”<sup>59</sup>

Há um outro ponto que deve ser lembrado aqui, envolvendo o processo individual da criança e o seu aspecto social, já que a natureza da alfabetização é, como já vimos, não só psicolingüística, psicológica como também sociolingüística e lingüística. Portanto, em função da complexa natureza do processo de alfabetização, é necessário considerar os condicionantes sociais, econômicos, culturais e políticos que o determinam, na caracterização dos métodos, materiais didáticos para alfabetização, assim como no preparo e formação do professor alfabetizador.

Franchi<sup>60</sup> afirma que, no processo de alfabetização, a função do professor é importante na disciplina intelectual que a criança necessita, principalmente porque “é preciso oferecermos às crianças situações concretas para que elas, sem espontaneísmos, mas espontâneas, se exercitem na formação de sua disciplina intelectual. Isso quer dizer que, diante da escrita da criança, o professor precisa também deixá-la escrever livre e espontaneamente, não para que ela invente o seu próprio sistema idiossincrático, mas para que possa descobrir que, o que escreveu, baseado em suas próprias hipóteses, corresponde a um sistema que não é aquele ensinado na escola, mas que pode também se constituir em um avanço necessário, em um instrumento importante

---

<sup>58</sup> ANDRE, M. E.; KRAMER, S. Alfabetização : um estudo sobre professores das camadas populares. In: *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

<sup>59</sup> SOARES, M.B., 1985, p.21.

<sup>60</sup> FRANCHI, E. P. *A pós Alfabetização e um pouco de compreensão dos “erros” das crianças*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (52) : 121-124, fev.1985. p.122. (grifos meus)

para o alcance do sistema de representação gráfica, do sistema alfabético.

O papel do professor, aqui, assume vital importância para aceitar a linguagem da criança como ponto de partida para posterior revisão e introdução das normas cultas da linguagem padrão. Tudo isto, respeitando as formas utilizadas pela criança, que são o seu referencial básico e deverá ser superado pela técnica na apreensão do código escrito.

A este respeito, idêntica é a opinião de Mayrink-Sabinson<sup>61</sup> e de Rodrigues<sup>62</sup>, que preconizam a escrita como significativa contextualizada social, cultural e politicamente, tornando-se possível o esclarecimento dos usos e funções da escrita na tentativa de eliminar o artificialismo dos *textos* das cartilhas e manuais de alfabetização.

De um modo bem evidente, os autores que discutem o processo de alfabetização, concordam que existe uma grande lacuna no quadro teórico que explicita a aprendizagem da lecto-escrita e que é necessária essa construção teórica para conciliar resultados e analisá-los de forma integrada e estruturada nos diferentes aspectos que envolvem esse processo. Na ótica atual, a Psicologia, a Sociologia, a Linguística, a Antropologia, a Sociolinguística, passaram a dar novo *status* à teoria dentro do trabalho do alfabetizador. Vários pontos começaram a ser esclarecidos e, de acordo com diferentes vertentes, foram se tornando importante referencial.

É indiscutível, como diz OLIVEIRA<sup>63</sup>, a necessidade de muitas apropriações do saber humano para que se possa ler e escrever, como por exemplo a ordem alfabética ou a ordem das vogais.

---

<sup>61</sup> MAYRINK-SABISON, M. L. T. *Refletindo sobre a alfabetização*. Texto distribuído no III SEMA, Curitiba, 1985.

<sup>62</sup> RODRIGUES, A. N. *Lhão, lhão, lhão, quem não entra é um bobão. Ou como se alfabetizam as crianças no Estado de São Paulo*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (52) : 73-77, fev.1985.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, B. A. (Org). Implicações sociais inerentes ao uso dos procedimentos pedagógicos: um exemplo. In: *Socialização do Saber Escolar*. São Paulo : Cortez, Autores Associados, 1986 (col. Polêmicas do Nosso Tempo). P. 70/71.

Do mesmo modo, é vital ultrapassar a mera constatação da “teoria proclamada e da prática idealizada” como instrumentos de poder, para, num momento decisivo, “reorientar o fazer do dia-a-dia de todos nós que somos professores e que pretendemos ser educadores conscientes e conseqüentes”.

### III -O QUE LEVA UMA CRIANÇA A ESCREVER?

Segundo Vygotsky, o aparecimento do gesto como um signo visual é muito importante para essa explicação. “O gesto é o signo visual que contém a futura escrita da criança, assim como a semente contém um futuro carvalho... Os gestos são a escrita no ar e os signos escritos são, freqüentemente, simples gestos que foram fixados”<sup>64</sup>. É necessário que se estabeleçam quais os motivos que levam uma criança a iniciar-se em atividades tão complexas como a escrita e a leitura. Vygotsky aqui, coloca o assunto sob a perspectiva do gesto como signo visual.

Sua análise permitiu o encontro de dois domínios onde os gestos estão ligados à origem dos signos escritos:

O *primeiro domínio* é o dos rabiscos das crianças. Ao estudar o ato de desenhar, pode-se observar que, freqüentemente, quando as crianças usam a dramatização, demonstram por gestos o que deveriam mostrar nos desenhos; os traços constituem somente um suplemento a essa representação gestual.

O *segundo domínio*, que se refere à esfera de atividades que une os gestos e a linguagem escrita, é o dos jogos das crianças em que alguns objetos podem denotar outros, substituindo-os e tornando-se seus signos. Neste caso, a similaridade entre a coisa com que se brinca e o objeto que é denotado não é importante, mas sim, a possibilidade de executar, com eles, um gesto representativo.

Vygotsky afirma que “essa é a chave para toda função simbólica do brinquedo das crianças”<sup>65</sup>. O brinquedo simbólico pode ser entendido como uma nova maneira de falar através

---

<sup>64</sup> VYGOTSKY, L.S., 1991, p. 121.

<sup>65</sup> Idem, p.122.

dos gestos, no qual os objetos cumprem uma função de substituição que modifica a estrutura corriqueira dos objetos. “Assim, um objeto adquire uma função de signo, com uma história própria ao longo do desenvolvimento, tornando-se, nessa fase, independente dos gestos das crianças. Isso representa um simbolismo de segunda ordem e, como ele se desenvolve no brinquedo, consideramos a brincadeira do faz-de-conta como um dos grandes contribuidores para o desenvolvimento da linguagem escrita - que é um sistema de simbolismo de segunda ordem”<sup>66</sup>.

O significado do desenho, na concepção de Vygotsky<sup>67</sup> também se inicia como um simbolismo de primeira ordem, como resultado de gestos de mão que se realizam com um lápis. Somente mais tarde é que a representação gráfica, independentemente, começa a designar algum objeto. Já, então, pode-se perceber que a esses rabiscos feitos no papel se dá um nome apropriado.

Vygotsky e colaboradores realizaram vários tipos de experimentos, tentando fazer a ligação entre a função simbólica e o desenvolvimento da linguagem. Eles chegaram a diversas conclusões importantes, principalmente em relação ao trabalho de Hetzer<sup>68</sup>, em que ele diz que entre uma criança de 3 e outra de 6 anos de idade, a diferença básica entre elas não está na percepção do símbolo, mas sim, na maneira pela qual elas se utilizam das várias formas de representação. Vygotsky confirma essa opinião dizendo que ela indica que a representação simbólica no brinquedo é uma forma particular de linguagem num estágio ainda embrionário, sendo que essa atividade vai ser remetida diretamente na linguagem escrita.

Nas suas considerações a respeito do simbolismo que a criança utiliza no desenho, Vygotsky ressalta o aspecto de que elas não desenham baseadas no que vêem, mas sim, pelo que

---

<sup>66</sup> Idem, p.125.

<sup>67</sup> Idem, p.125

<sup>68</sup> Apud VYGOTSKY, L.S.. op. cit. 1991.

conhecem. Portanto, ele afirma: “Vemos assim que o desenho é uma linguagem gráfica que surge tendo por base a linguagem verbal. Nesse sentido, os esquemas que caracterizam os primeiros desenhos infantis lembram conceitos verbais que comunicam somente os aspectos essenciais dos objetos. Esses fatos nos fornecem os elementos para passarmos à interpretação dos desenhos das crianças como um estágio preliminar no desenvolvimento da linguagem escrita”<sup>69</sup>.

Ele detecta, a partir da constatação da passagem do desenho para uma fase subsequente, que o processo não é mecânico, mas sim, um momento crítico onde o uso de grafia substitui o rabisco como sinal que possa representar significativamente alguma coisa, embora ele perceba que nem todo reconhecimento de significado, quando a criança faz o rabisco seja uma função simbólica. Assim, o autor deu grande destaque aos trabalhos de Luria<sup>70</sup> com crianças que não sabiam escrever. Elas recebiam um grande número de frases que, com certeza, seria impossível lembrar. Então os instrutores davam papéis às crianças pedindo que fizessem qualquer representação gráfica a respeito das frases ouvidas. Elas afirmavam que não sabiam escrever, e o experimentador lhes dava orientações para que fizessem qualquer tipo de marca que pudesse funcionar depois como lembrança. As mais novas nem consideravam o papel e, outras vezes, faziam rabiscos sem o menor sentido. Quando lhes era solicitado, *liam* o que estava escrito, indicando, repetidamente sem erro, que rabiscos representavam aquela determinada fala.

Aí, então, pode-se perceber uma relação totalmente nova onde a escrita pictográfica passa a ser substituída pela ideográfica. A atividade motora dá um certo reforço a ela. Portanto, Vygotsky destaca esse momento onde, pela primeira vez, os traços tornam-se símbolos mnemotécnicos. “Acreditamos estar certos ao considerar esse estágio memotécnico como o primeiro precursor da futura escrita.

---

<sup>69</sup> Idem., p.127.

<sup>70</sup> LURIA, A.R., 1988.

“(…)”Assim o conteúdo e a forma introduzidos nas frases quebram pela primeira vez a ausência de sentido nas notações gráficas das crianças”(…) “Nesse ponto os sinais escritos constituem símbolos de primeira ordem, denotando diretamente objetos ou ações e que a criança terá ainda de evoluir no sentido do seu simbolismo de segunda ordem, que compreende a criação de sinais escritos representativos dos signos falados das palavras. Para isso a criança precisa fazer uma descoberta básica; a de que se pode desenhar, além de coisas, também a fala. Foi essa descoberta e somente ela que levou a humanidade ao brilhante método da escrita por letras e frases; a mesma descoberta conduz a criança à escrita literal. Do ponto de vista pedagógico, essa transição deve ser propiciada pelo deslocamento da atividade da criança do desenhar coisas para desenhar a fala.”<sup>71</sup>.

O segredo do ensino da linguagem escrita, para Vygotsky, reside na organização adequada para que essa transição se processe da maneira mais natural possível, uma vez que, quando ela é atingida, a criança passa a dominar e aperfeiçoar esse método.

Pode parecer distante e exagerada a concepção de que a evolução da escrita passa pelo brinqueado do faz-de-conta, pelo desenho e, depois, pela escrita em função das descontinuidades e dos saltos de um tipo de atividade para outra. Mas várias experiências foram feitas por Vygotsky e colaboradores que levaram a essa conclusão e “mostram-nos que, por mais complexo que o processo do desenvolvimento da linguagem escrita possa parecer, ou ainda errático, desconexo e confuso, existe, de fato, uma linha histórica unificada que conduz às formas superiores da linguagem escrita. Essa forma superior (...) implica uma reversão ulterior da linguagem escrita ao seu estágio de simbolismo de segunda ordem para agora, numa nova qualidade, novamente um estágio de primeira ordem, os símbolos escritos funcionarem como designações dos símbolos verbais. A compreensão da linguagem escrita é efetuada, primeiramente, através da linguagem falada;

---

<sup>71</sup> VYGOTSKY, L.S. op. cit. 1991, p. 130/131

no entanto, gradualmente, essa via é reduzida, abreviada; e a linguagem falada desaparece como elo intermediário. A julgar pelas evidências disponíveis, a linguagem escrita adquire o caráter de simbolismo direto, passando a ser percebida da mesma maneira que a linguagem falada”<sup>72</sup>.

Já em 1929, em seus trabalhos iniciais, Vygotsky<sup>73</sup> demonstrou que crianças pequenas, ao enfrentarem uma situação problemática, utilizam-se da fala externa, não dirigida, enunciando a situação e tomando dela uma *cópia verbal* que serve para comparação com as suas experiências anteriores, estabelecendo conexões que a ajudam a resolver as dificuldades. Essa fala vai se internalizando e termina como fala interna. Ele mostrou, também, que a criança de sete, oito anos, resolve seus problemas complexos com a ajuda de sistemas de conexões verbais internas que servem para a organização de suas atividades. Portanto, todas as investigações de Vygotsky o convenceram do grande significado da linguagem na formação dos processos mentais e, principalmente, de que o desenvolvimento mental humano tem a sua origem na comunicação verbal entre a criança e o adulto, que passa depois a organizar a conduta pessoal da criança, ou seja, inicialmente são processos intersíquicos para depois se tornarem intrapsíquicos.

Luria<sup>74</sup>, colaborador de Vygotsky, aprofundou estudos no sentido de descobrir aspectos do desenvolvimento da criança antes mesmo de sua entrada na escola, afirmando existir uma pré-história da escrita. Ele procurou descrever estágios nos quais a criança desenvolve sua habilidade para escrever e os fatores que a habilitam a passar de um estágio para outro superior.

A escrita, na sua concepção e na de Vygotsky, pode ser definida como uma função que se realiza culturalmente, por mediação, onde os signos auxiliares são utilizados para lembrar à criança uma idéia, um fato, etc.

---

<sup>72</sup> Idem, p.132.

<sup>73</sup> Idem, p.132.

<sup>74</sup> LURIA, A.R., 1988.

Para que ela possa ser capaz de aprender a escrever ou anotar algo, segundo Luria<sup>75</sup>, é preciso que preencha duas condições:

a) deve relacionar-se com as coisas ao seu redor, diferenciando-as de acordo com seu interesse, gosto ou desejo de possuí-las ou, ainda, pelo papel instrumental ou utilitário que representam e por seu caráter funcional na concepção de um objetivo;

b) deve ser capaz de controlar seu próprio comportamento por meio desses subsídios que já funcionam como sugestões que ela mesma invoca .

Portanto, ele pôde encontrar diversos estágios, como segue:

**1.** Num primeiro momento, há total ausência de compreensão do mecanismo da escrita, estabelecendo uma relação puramente externa, intuitiva, imitativa do gesto do adulto - um ato em si mesmo - um brinquedo. É a fase dos atos diretos, pré-culturais, pré-instrumentais, onde a criança é incapaz de usar os signos como auxiliares funcionais mnemônicos. É a fase da pré-escrita.

**2.** O momento seguinte inclui a primeira forma de escrita no sentido próprio da palavra. As inscrições reais não são diferenciadas, mas a relação funcional com a escrita é inequívoca. Pelo fato de a escrita não ser diferenciada, ela é variável. É o primeiro rudimento do que mais tarde será a escrita na criança. Nele vemos, pela primeira vez, os elementos psicológicos de onde a escrita tirará a forma. A criança usa marcas específicas para lembrar-se do material. A função desse sinal é:

**a)** organizar o comportamento da criança, que ainda não possui um conteúdo próprio;

**b)** indicar a presença de um significado, mas não determinar qual seja ele. É a fase do signo primário para tomar notas, escrevendo por meio de sinais topográficos. Um signo gráfico primário não-diferenciado não é um signo simbólico que desvende o significado do que foi anotado. Não pode ser também considerado signo instrumental por não conduzir a criança de volta para o conteúdo anotado. Luria<sup>76</sup> diz que é uma sugestão,

---

<sup>75</sup> Idem, 1988. p.145.

<sup>76</sup> LURIA, A.R., 1988. p.145.

uma vez que “o escrever pressupõe (...) habilidades para usar alguma insinuação (por exemplo, uma linha, uma mancha, um ponto) como signo funcional auxiliar, sem qualquer significado em si mesmo, mas apenas como uma operação auxiliar”.

3. A criança cria rudimentos da capacidade de escrever no sentido mais exato da palavra. A escrita torna-se estável, independente do número de elementos anotados e a memória será auxiliada por esse instrumento que ampliará o seu alcance. “ Finalmente, só sob essas condições, serão dados quaisquer passos no sentido de tornar a escrita objetiva, isto é, no sentido de transformá-la, passando de marcas coordenadas subjetivamente para signos que possuem um significado objetivo, que é o mesmo para todos”<sup>77</sup>

A ontogênese da criança repete a filogênese no momento em que “linhas e rabiscos são substituídos por figuras e imagens, e estas dão lugar a signos. Nesta seqüência, está todo o caminho do desenvolvimento da escrita, tanto na história da civilização como no desenvolvimento da criança”<sup>78</sup>.

Para que esse salto qualitativo possa ocorrer, a criança tenta retratar o conteúdo dado sem que possa ultrapassar os riscos imitativos ou arbitrários, ou ainda, mudar de uma forma escrita que retrata o conteúdo para os pictogramas que registram a idéia. Nesse momento, qualquer que seja o caminho que a criança adote, ela faz a substituição do signo primário indiferenciado por outro diferenciado, que denota um conteúdo particular, transformando um signo-estímulo em um signo-símbolo. Isso requer uma capacidade de invenção que apresenta um rompimento com formas primitivas no sentido do desenvolvimento de formas complexas de comportamento cultural.

#### IV- CONCLUSÃO

Essa abordagem metodológica adotada por Luria e Vygotsky,

---

<sup>77</sup> Idem, p.161.

<sup>78</sup> Idem, p.161.

segundo Ribeiro<sup>79</sup>, tem a vantagem de considerar a linguagem escrita enquanto instrumento de pensamento, ligado a aspectos de funcionalidade onde a escrita aparece vinculada à função de recurso mnemotécnico que envolve sempre a leitura.

Segundo Luria, a importância que assume as mudanças nas formas de escrita, está vinculada ao próprio conteúdo. As primeiras diferenciações estão ligadas às noções de quantidade, formas e cores bem definidas e acabam por determinar os símbolos diferenciados. Esse é, talvez, o primeiro fato a dissolver a característica inexpressiva de rabiscos imitativos. Quando o fator número foi introduzido, a criança passou a usar signos que refletem o número dado. Outro fato preponderante na escrita diferenciada foi a intencionalidade que partiu da insistência do experimentador para que a criança pudesse anotar de modo a “compreender” o material. Nesse fato reside a importância do papel da instrução que permite à criança uma descoberta muito mais rápida. Com relação à escola, Luria percebeu que a influência desse tipo de instrução permite à criança a utilização de uma estratégia qualitativamente nova, que é notação através de uma marca arbitrária. Nesse sentido, tanto Vygotsky quanto Luria interpretam o desenvolvimento da escrita numa linha de continuidade do simbolismo da criança, que também se encontra no brinquedo e no desenho. Esse desenvolvimento não se faz linearmente, a exemplo de outras funções psicológicas culturais. Quando a criança adquire uma nova técnica, o processo todo sofre um retrocesso, ou seja, a uma aquisição anterior que ela já dominava, exatamente pelo fato de ainda não se sentir segura em relação à nova técnica. Luria considera que a compreensão dos mecanismos da escrita somente vai ocorrer depois do domínio exterior da escrita. A criança percebe os signos, letras isoladas, mas não sabe muito bem como fazer uso delas. Nesse momento, começa o *primeiro estágio* da escrita simbólica, no qual a escrita não-diferenciada já superada anteriormente volta a aparecer, só que ao invés de rabiscos

---

<sup>79</sup> RIBEIRO, V. M.. Problemas da Abordagem Piagetiana em Educação. Emília Ferreira e a Alfabetização. São Paulo : PUC, 1991. (Dissertação de Mestrado).

a criança usa letras. É interessante notar que vários sujeitos pesquisados por Luria, quando foram solicitados para anotarem uma idéia sem poderem usar letras para tal fim, sentiram uma grande dificuldade para reverter a fase da escrita pictográfica e criaram, então, seus próprios signos só que, no uso desses signos, retornaram à fase não-diferenciada já vivida anteriormente. Luria conclui então que: “não é a compreensão que gera o ato, mas é muito mais o ato que produz a compreensão - na verdade, o ato freqüentemente precede a compreensão. Antes que a criança tenha compreendido o sentido e o mecanismo da escrita, já efetuou inúmeras tentativas para elaborar métodos primitivos, e estes são, para ela, a pré-história de sua escrita”<sup>80</sup>.

Essa conclusão nos remete à zona de desenvolvimento próximo, que Vygotsky ressaltou e a respeito da qual afirmou com propriedade “o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento”<sup>81</sup>. A aprendizagem escolar se torna indispensável na orientação e estimulação dos processos internos do desenvolvimento que não é coincidente com o da aprendizagem, responsável pela criação da área de desenvolvimento potencial na qual a criança realiza todas as suas possibilidades anteriormente previstas.

É nesse ponto que a escola deverá insistir e realizar seu maior empenho.

## V- BIBLIOGRAFIA

- ANDRE, Marli Elisa e KRAMER, Sônia. “Alfabetização : um estudo sobre professores das camadas populares”. In: *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo : EPU, 1986.
- BRASLAVSKY, Berta. *La Escuela Puede - Una perspectiva didáctica*. Buenos Aires : AIQUE Grupo Editor S/A. 1992.
- FRANCHI, Eglê Pontes. *A pós-alfabetização e um pouco de compreensão dos “erros” das crianças*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, (52) : 121-124, fev.1985.

---

<sup>80</sup> LURIA, A.R., 1988, p.188.

<sup>81</sup> VYGOTSKY, L.S. op. cit. 1989, p.114.

- \_\_\_\_\_. *E as crianças eram difíceis... A redação na escola*. São Paulo : Martins Fontes, 1993.
- LEONTIEV, A. N. *O desenvolvimento do Psiquismo*. Trad. Manuel Dias uarte. Lisboa : Livros Horizonte, 1978.
- LURIA, A. R. et al. *Psicologia e Pedagogia - Bases Psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Trad. Rubem Educardo Frias. São Paulo : Moraes, 1991.
- LURIA, A. R. e YODOVICH, F. *Lenguaje y desarrollo intelectual en el niño*. Madrid : Pablo del Río, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Curso de Psicologia Geral*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro. 2. Ed. Ed. Civilização Brasileira, 1979 (v.1)
- LURIA, A.R., et al.. *Linguagem , desenvolvimento e aprendizagem*. Trad. Maria da Penha Villalobos. 4. ed. São Paulo : Ícone, 1988.
- MAYRINK-SABISON, Maria Laura T. *Refletindo sobre a alfabetização*. Texto distribuído no III SEMA, Curitiba, 1985.
- NOGUEIRA, Ana Lúcia Horta. “Eu leio, ele lê, nós lemos: os processos de negociação na construção da escrita”. In: SMOLKA, Ana Luiza B. *A Linguagem e o outro no espaço escolar- Vygotsky e a construção do conhecimento*. 3. ed. Campinas : Papirus, 1994.
- OLIVEIRA, Betty A. (Org). Implicações sociais inerentes ao uso dos procedimentos pedagógicos: um exemplo. In: *Socialização do Saber Escolar*. São Paulo : Cortez, Autores Associados, 1986 (col. Polêmicas do Nosso Tempo).
- OLIVEIRA, Marta Kohl .*Vygotsky: Alguns equívocos na interpretação de seu pensamento*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 81, mai/1972. p. 67-74.
- PINO, Angel. Do gesto à escrita: origem da Escrita e sua apropriação pela criança. IDÉIAS (FDE), São Paulo, v. 19, 1993. p. 91-108.
- PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. SE/CENP, 4. ed. São Paulo, 1991.
- RIBEIRO, Vera Masagão. *Problemas da Abordagem Piagetiana em Educação. Emília Ferreiro e a Alfabetização*. São Paulo : PUC, 1991. (Dissertação de Mestrado).
- RODRIGUES, Ada Natal. *Lhão, lhão, lhão, quem não entra é um bobão. Ou como se alfabetizam as crianças no Estado de São Paulo*. Cadernos de Pesquisa , SãoPaulo, (52) : 73-77, fev./1985.
- SMOLKA, Ana Luiza B. *A Linguagem e o outro no espaço escolar- Vygotsky e a construção do conhecimento*. 3. ed. Campinas : Papirus, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Alfabetização como processo discursivo*. Tese de doutorado,

Campinas : UNICAMP, Faculdade de Educação, 1987.

SOARES, Magda Becker . *As muitas faces da Alfabetização* . Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 52, fev./1985. p. 19-24.

VYGOTSKY, Lev Semionovich et al.. “Aprendizagem e Desenvolvimento Intelectual na Idade Escolar”. in: *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. Trad.Maria da Penha Villa-Lobos. São Paulo : Ícone, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Formação Social da Mente - O desenvolvimento dos Processos Mentais Superiores*. Org. Michael Cole (et al.). Trad. José Cipolla Neto (et al.). 4. ed., São Paulo : Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e Linguagem*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. bras. São Paulo : Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. et al.. *Psicologia e Pedagogia - Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento*. Trad. Rubens E. Frias. São Paulo : Moraes Edit.,1991-A

ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA: O  
COMPORTAMENTO DA ELASTICIDADE EMPREGO-PRODUTO, ENTRE 1960 E  
1994, PARA OS PAÍSES DO “GRUPO DOS SETE” (G7)<sup>82</sup>

*ABSORPTION OF LABOR IN THE MANUFACTORY INDUSTRY: THE  
BEHAVIOR OF THE ELASTICITY EMPLOYMENT-PRODUCT, FROM 1960 TO  
1994, FOR THE COUNTRIES OF THE “GROUP OF THE SEVEN”*

Leonardo Ferreira NEVES JR.<sup>83</sup>

---

RESUMO: Este artigo aborda a questão da “absorção de mão-de-obra” na indústria manufatureira, com base no comportamento da elasticidade “emprego-produto”, para os países que compõem o G7, entre 1960 e 1994. Num contexto atual de recrudescimento do desemprego, o objetivo é corroborar um movimento de “desindustrialização do emprego”, o que, conjuntamente com uma análise mais precisa do comportamento do emprego no setor de serviços, pode nos indicar se a economia mundial, enquanto tendência, apresenta um movimento de “desemprego global”.

---

### UNITERMOS

Absorção de mão-de-obra, Elasticidade emprego-produto, Recrudescimento do desemprego, Desindustrialização do emprego, Terciarização do emprego, Revolução do trabalho, Desemprego global.

---

<sup>82</sup> Este estudo é parte integrante do Projeto de Dissertação de Mestrado, do Mestrando Leonardo Ferreira NEVES JR., defendido em Maio/97 no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico (CMDE), da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>83</sup> Prof. do departamento de Economia e Mercados da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Marília (FCH-Unimar). Bacharel em Economia pela FEA-USP e Mestrando em Economia pela UFPR (em fase de conclusão).

### **ABSTRACT**

This paper approaches the question of “labour absorption” in the manufactory industry, around “employment-product elasticity” for G7 countries, from 1960 to 1994. At an actual context of increased unemployment, the purpose is to confirm an “employment disindustrialization” movement, wich closely with a more accurate analysis of employment behaviour in the services sector, can show whether an economy presents a movement for “global unemployment”, as a trend.

### **UNITERMS**

Labour absorption, Employment-product elasticity, Unemployment increase; Employment disindustrialization, Employment third person mediator, Work revolution, Global unemployment.

### **I.INTRODUÇÃO**

O desemprego tem sido um dos maiores problemas econômicos enfrentado pelas economias avançadas nos anos recentes. Não se trata mais de um problema exclusivo das economias atrasadas, subdesenvolvidas. O recrudescimento do desemprego, e a ineficácia das ferramentas keynesianas de administração da demanda em contornar este problema, colocam a questão do emprego como um assunto de interesse mais que acadêmico.

A política de pleno emprego constituiu-se num dos principais objetivos perseguidos pelos países da Europa Ocidental, no pós-guerra. A aproximação da meta de pleno emprego se dava via reconstrução dos países mais atingidos, da recuperação do comércio internacional e da adoção pelos governos de políticas geradoras de emprego.

A recessão mundial iniciada nos anos 70, decorrente tanto da crise do padrão de produção e do correspondente padrão de desenvolvimento do pós 2ª Guerra, quanto das crises do petróleo, e as pressões competitivas em função do aumento da participação japonesa e dos demais países asiáticos nos mercados europeu e

norte-americano, levaram a uma forte difusão de novas técnicas de produção, acelerando-se o processo de reestruturação industrial com o objetivo de aumentar a competitividade. Assim, a maioria dos países não mais logrou obter a meta de pleno emprego, interrompendo, dessa forma, o chamado “círculo virtuoso”, em que o crescimento econômico aumentava e estimulava a geração de novos postos de trabalho. Verifica-se, pois, uma intensificação desse processo, através da adoção de equipamentos de base microeletrônica, tecnologia da informação e novas técnicas de gestão e organização da produção, que são poupadoras de mão-de-obra por unidade de produto. Assim, o crescimento econômico não foi mais capaz de gerar o mesmo número de empregos de outrora, acarretando uma mudança estrutural no mercado de trabalho.

Este quadro internacional de acirramento da concorrência e de reestruturação produtiva, sob o paradigma da competitividade, tem provocado uma série de transformações e metamorfoses no mundo do trabalho, nas últimas décadas, sobretudo nas economias capitalistas avançadas. Verifica-se, pois, uma redução do trabalho industrial, fabril, nos países avançados, ou seja, uma redução da classe operária industrial tradicional. Por outro lado, observa-se um aumento dos níveis de subemprego, expresso nas diversas formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, atrelados à economia informal e ao setor de serviços. Neste contexto de “revolução do trabalho”, que envolve, entre outras coisas, um aumento do trabalho temporário, parcial e subcontratado, um emprego estável, com um bom salário, promoções regulares, benefícios, é visto como uma “reliquia” do passado.

O movimento de “desindustrialização do emprego” é acompanhado por um processo de “terciarização do emprego”. Enquanto no anos 80, para o conjunto das economias da OCDE (Economic Outlook), houve uma redução do emprego industrial, o número de postos de trabalho no setor de serviços elevou-se, promovendo uma certa compensação intersetorial, face à queda do emprego industrial. Em relação ao nível de 1980, as ocupações em serviços, até 1992, aumentaram 25%, respondendo atualmente

por mais da metade dos postos de trabalho gerados nos países da OCDE (veja tabela 1).

O presente estudo econométrico tem por objetivo efetuar uma análise em torno do comportamento da elasticidade emprego-produto, para o período que se estende de 1960 até 1994, ou seja, logo após a recuperação econômica do pós-2ª guerra até os dias atuais, e para os distintos países que compõem a amostra - países do G7 (EUA, Canadá, Japão, Alemanha, Itália, França e Inglaterra), procurando identificar uma tendência de recrudescimento do desemprego, a partir de finais dos 70, sobretudo no setor industrial. Ou seja, interessa-se, aqui, em demonstrar empiricamente o processo de desindustrialização do emprego, através de uma análise da elasticidade “emprego-produto” da indústria manufatureira, a qual nos fornece uma medida do potencial de absorção de mão-de-obra deste setor.

**TABELA 1**  
**EVOLUÇÃO DO EMPREGO: INDÚSTRIA E SERVIÇOS**

	(em % do emprego total)		
	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1992</b>
EUA			
<i>Indústria</i>	34,40	30,50	24,60
<i>Serviços</i>	61,10	65,90	72,50
Reino Unido			
<i>Indústria</i>	44,70	37,50	26,60
<i>Serviços</i>	52,10	59,90	71,20
França			
<i>Indústria</i>	-	-	29,50
<i>Serviços</i>	-	-	64,80
Espanha			
<i>Indústria</i>	36,40	36,10	32,40
<i>Serviços</i>	38,70	44,70	57,50
Itália			
<i>Indústria</i>	39,50	37,90	32,30
<i>Serviços</i>	40,30	47,80	59,20
Alemanha			
<i>Indústria</i>	48,50	43,70	38,70
<i>Serviços</i>	42,90	51,10	58,10
Suécia			
<i>Indústria</i>	38,40	32,20	26,60
<i>Serviços</i>	-	62,20	70,10
Japão			
<i>Indústria</i>	35,70	35,30	34,60
<i>Serviços</i>	46,90	54,20	59,00

Fonte:

in Texto para Discussão nº 21 BNDES, p.10

## II.ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

Parte-se da seguinte função de produção, a fim de obter-se uma função de demanda por trabalho que dependa essencialmente da quantidade produzida<sup>84</sup>:

<sup>84</sup> PEREIRA, P. L. VALLS, VELLOSO, R. C. E PAES DE BARROS, R. "Absorção de Mão-de-Obra na Indústria de Transformação", Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: uma coletânea - IPEA, série monográfica n° 35, 1987.

$$Y = a.L^b$$

onde:

Y = quantidade produzida ou produto total;

L = quantidade de trabalho empregada; e

a representa o progresso técnico (exógeno).

A partir desta especificação, pode-se obter uma função emprego, em que o progresso técnico varia com o tempo:

$$\ln Y_t = \ln a_t + b \ln L_t$$

$$\ln L_t = -(1/b) \ln a_t + (1/b) \ln Y_t$$

e, portanto

$$\ln L_t = A_t + b \ln Y_t + e_t$$

em que:

$A_t = -(1/b) \ln a_t$ ; b expressa a elasticidade emprego-produto e  $e_t$  o termo de distúrbio.

O processo estocástico gerador de  $a_t$  é, em geral, não estacionário, ou seja, sua média não é independente do tempo, devendo-se reconhecer que  $E[\ln(a_t)]$  varia com o tempo e que  $A_t$  deve ser denotado por  $A_t$ . Como  $A_t$  é, portanto, um processo estocástico não estacionário, uma forma de modelar este processo é assumir que  $A_t$  pode ser aproximado por um polinômio de grau d no tempo, isto é<sup>85</sup>:

$$A_t = a_0 + a_1 t + a_2 t^2 + \dots + a_d t^d$$

e, portanto,

$$\ln L_t = (a_0 + a_1 t + a_2 t^2 + \dots + a_d t^d) + b \ln Y_t + e_t$$

Esta especificação do modelo para o cômputo das elasticidades emprego-produto, embora pareça extremamente simples, mostra-se bastante funcional. Deve-se, contudo, reconhecer que tal modelo apresenta certas limitações, dentre elas o tratamento da tecnologia como um fator exógeno (uma tendência temporal), algo bastante irreal à luz das novas teorias de crescimento endógeno e das contribuições da escola neo-schumpeteriana. Um outro problema presente no modelo econométrico em uso consiste nas implicações sobre os resultados da regressão resultante da omissão de variáveis relevantes ao modelo<sup>86</sup>.

<sup>85</sup> Ibid.

### III - DADOS BÁSICOS E METODOLOGIA

Para os propósitos deste estudo preliminar, fez-se uso de séries temporais para o emprego e produto do setor industrial, para cada país da amostra, de modo a possibilitar o cômputo das elasticidades, para um nível analítico agregado. As séries utilizadas são as seguintes:

- Produto do setor Industrial (QI): ONU - Yearbook of National Accounts Statistics (“Gross Domestic Product by Kind of Activity”), dados sobre a produção manufatureira, a preços constantes em moeda do país correspondente.

- Emprego do setor Industrial (EI): OIT - Yearbook of Labour Statistics, número de pessoas empregadas na manufatura.

As duas séries foram transformadas em índices, a fim de torná-las homogêneas, sendo que o ano que serve como base (=100) é o ano de 1970.

A idéia é se trabalhar com dados anuais de 1960 até 1994 (35 anos), para 7 países - EUA, Canadá, Japão, Alemanha, Itália, França, e Inglaterra - o que totalizaria 245 observações, não fosse o problema de variáveis *missing* (ausentes), reduzindo o número de observações disponíveis da regressão.

Efetuaram-se regressões para o período total (1960-94) - total da amostra e por país; para os subperíodos (1960-73), (1974-83) e (1984-94) - G7 (total e por país). Tal estratificação da amostra foi efetuada com base no desempenho do produto industrial do conjunto das economias de mercado, de acordo com a análise de Laplane (1992). A partir de 1983, com a retomada do crescimento da economia norte-americana, a

<sup>86</sup> A omissão de variáveis relevantes do modelo poderá implicar num estimador viesado, e este viés não desaparecerá mesmo quando o tamanho da amostra torna-se muito grande, ou seja, a omissão de uma variável relevante também conduz a um estimador inconsistente. O único meio de superar estas deficiências do estimador é observarmos uma covariância igual a zero entre a variável explicativa do modelo e a variável relevante omitida, fato bastante improvável.

$$\begin{aligned}
 & \text{- modelo verdadeiro : } y_i = b_2 x_{2i} + b_3 x_{3i} + e_i \\
 & \text{- modelo especificado: } y_i = b'_2 x_{2i} + e'_i \\
 E(b'_2) &= b_2 + b_3 (Sx_2 x_3) / Sx_2^2 = b_2 + b_3 (Cov(x_2, x_3)) / Var(x_2)
 \end{aligned}$$

atividade industrial no conjunto dos países capitalistas iniciou nova fase de expansão, que se estendeu até o final da década. As taxas de crescimento foram inferiores à média do período 1960-73, mas a indústria experimentou um período de expansão relativamente longo, depois das oscilações do decênio 1974-1983. A aceleração do produto industrial continuou até 1990, quando surgiram os primeiros sinais de esgotamento (Laplane, 1992). Queremos, pois, calcular e comparar as elasticidades para os subperíodos indicados, descrevendo, assim, o seu comportamento.

Como se está lidando com variáveis “cross-section” e “time-series”, fez-se uso de uma regressão “pooled”, a qual efetua uma combinação dos dados. O estimador utilizado para esta regressão foi o “OLS” (método de regressão por mínimos quadrados)

#### IV - RESULTADOS OBTIDOS

Neste item apontaram-se os resultados obtidos com relação ao cálculo das elasticidades. O Quadro 1 nos fornece as elasticidades calculadas para o período, que se estende de 1960 a 1994, dividido em três subperíodos - (1960-73), (1974-83) e (1984-94) - a fim de observar-se o comportamento das elasticidades emprego-produto ao longo do tempo. O quadro mostra, ainda, as taxas médias de desemprego para cada uma das economias, nos três subperíodos especificados. Dos sete países estudados, quatro (França, Itália, Inglaterra e Canadá) apresentam uma taxa média anual de desemprego superior a 9%, para o subperíodo 1984-94, bastante superior às taxas verificadas no subperíodo 1960-73. Uma taxa de desemprego a este nível pode ser considerada *natural*? Ou então, quão *natural* será a *taxa natural*<sup>87</sup> de desemprego?

No que diz respeito às elasticidades emprego-produto, o Quadro 1 permite dizer-se que, em geral, o potencial de absorção de mão-de-obra, expresso pelas elasticidades “emprego-produto”, é

---

<sup>87</sup> A taxa natural de desemprego é a taxa de desemprego observada quando a economia encontra-se operando ao nível de produção potencial (produto de pleno-emprego). É tida pela teoria econômica como uma taxa normal de desemprego, não inflacionária, associada ao desemprego voluntário e ao desemprego friccional.

bastante reduzido no setor industrial, inclusive apresentando elasticidades negativas, ou seja, queda do emprego manufatureiro, mesmo com crescimento no produto, e declinante no setor de serviços, comparando-se o último período com o período imediatamente anterior. Verifica-se, ainda, que as elasticidades são menores do que 1, ou seja, o emprego no setor de serviços varia proporcionalmente menos do que o produto. Estes resultados indicam um movimento de “desindustrialização” do emprego, acompanhado de um processo de “terciarização” do emprego. Além disso, podem estar indicando uma tendência de “desemprego global”, haja vista os fatos observados de declínio do emprego industrial, acompanhado por um potencial menor de absorção de mão-de-obra, de geração de novos postos de trabalho pelo setor de serviços.

Para o período de 1960-94, percorreram-se duas regressões, sendo a primeira para o setor industrial, considerando o período total (1960-64), e a segunda considerando os três subperíodos especificados (1960-73, 1974-83 e 1984-94), ambas para o G7. Os Quadros 2 e 3 apresentam os resultados para estas regressões.

**QUADRO 1**  
**ELASTICIDADES “EMPREGO-PRODUTO” MÉDIAS**  
**E TAXAS MÉDIAS DE DESEMPREGO**  
**G7 (1960-1994)**

País	Elasticidades			Taxas de Desemprego		
	1960-73	1974-83	1984-94	1960-73	1974-83	1984-94
<i>EUA</i>				4,8	7,4	6,4
Indústria	0,2336	0,0245	0,0269			
Serviços	0,7882	1,2134	-0,1171			
<i>JAPÃO</i>				1,3	2,1	2,5
Indústria	0,3205	-0,0220	0,1825			
Serviços	0,4658	0,5094	0,4216			
<i>ALEMANHA</i>				0,8	4,0	5,9
Indústria	0,0074	-1,8728	0,2899			
Serviços	0,3876	0,3494	0,6618			
<i>ITÁLIA</i>				1,5	5,71	0,3
Indústria	0,1204	-1,1066	-0,1652			
Serviços	0,2291	1,3200	0,6442			
<i>FRANÇA</i>				5,3	5,21	0,3
Indústria	0,1508	-1,0263	-1,2920			
Serviços	0,5072	0,5681	0,5843			
<i>INGLATERRA</i>				2,0	7,0	9,6
Indústria	-0,3407	-4,9171	-0,1228			
Serviços	0,6623	0,1965	0,1499			
<i>CANADÁ</i>				-	8,1	9,7
Indústria	0,3281	-1,0146	-1,3535			
Serviços	0,7267	0,9086	0,5486			

FONTE: elaboração própria a partir de dados sobre emprego (OIT- Yearbook of Labour Statistics), produto (ONU - Yearbook of National Accounts Statistics) e desemprego (OCDE - Economic Outlook)

a) cálculo efetuado até 1987 (EUA)

b) cálculo efetuado até 1987 (Inglaterra)

**QUADRO 2**  
**ELASTICIDADES EMPREGO-PRODUTO (1960-94)**

**Indústria**

PAÍS	ELASTI- CIDADE	ESTA- TÍSTICA t	R <sup>2</sup> <sub>aj.</sub>	DW	OBSERV.
<b>Total Amostra</b>					
Total G7	0,4330 <sup>a</sup>		59,79	0,1211	204
EUA	0,4456	10,1406***			28
Canadá	0,4500	1,0261			31
Japão	0,4175	-5,2137***			22
Alemanha	0,4271	-4,2109***			32
Itália	0,4202	-5,9997***			31
França	0,4544	2,0992**			32
Inglaterra	0,4159	-6,7527***			28

\*\*\* significativo a 1%

\*\* significativo a 5%

\* significativo a 10%

a) média das elasticidades dos países do G7.

As elasticidades são menores que 1, o que demonstra a presença de economias de escala, em geral bastante elevadas. As estatísticas DW encontram-se na região de autocorrelação, ou seja, os resíduos são autocorrelacionados. Os coeficientes são significativamente diferentes de zero, com exceção do Canadá, entretanto, deve-se ter cautela ao analisarem-se estes resultados, uma vez que a presença de autocorrelação dos resíduos faz com que os valores calculados para a estatística “t”, tendam a superestimar o nível de significância dos parâmetros. As regressões apresentam um bom poder explicativo, com  $R^2_{aj.} = 59,79$ .

No primeiro subperíodo, as elasticidades para o setor industrial são altamente significativas somente para os EUA, a Itália e a França. No segundo e terceiro subperíodos, as elasticidades são altamente significativas, à exceção do Canadá e da França, para o segundo subperíodo. O poder explicativo

é elevado e as estatísticas DW encontram-se na região de autocorrelação positiva, portanto, incorre-se no risco de superestimar a significância dos parâmetros. Observa-se uma tendência declinante das elasticidades de um subperíodo a outro. A elasticidade média no 1º subperíodo é 0,4513, 0,2948 no 2º e 0,1992 no 3º. Estes dados indicam uma queda no potencial de absorção de mão-de-obra na indústria, corroborando, empiricamente, o movimento de desindustrialização do emprego. Ou seja, a tendência para o setor industrial, a partir de uma análise das principais economias capitalistas, é de um potencial cada vez menor de gerar emprego, de absorver mão-de-obra, por força da dinâmica tecnológica, presente nas principais economias do globo. É o progresso tecnológico conduzindo a um processo de crescente desindustrialização do emprego.

**QUADRO 3**  
**ELASTICIDADES EMPREGO-PRODUTO “G7”**

**Indústria**

PAÍS	ELASTI- CIDADE	ESTA- TÍSTICA t	R <sup>2</sup> <sub>aj.</sub>	DW	OBSERV.
<b>1960-73</b>					
Total G7	0,4513 <sup>a</sup>		70,64	0,6567	86
EUA	0,4445	7,4719***			
Canadá	0,4454	0,2755			
Japão	0,4466	0,4312			
Alemanha	0,4490	1,3748			
Itália	0,4521	2,2653**			
França	0,4767	9,7898***			
Inglaterra	0,4445	-0,0042			
<b>1974-83</b>					
Total G7	0,2948 <sup>a</sup>		85,77	0,4173	70
EUA	0,3169	3,7805***			
Canadá	0,3188	0,4340			
Japão	0,2828	-5,2759***			
Alemanha	0,2722	-9,1567***			
Itália	0,2830	-6,9948***			
França	0,3160	-0,1856			
Inglaterra	0,2742	-7,2390***			
<b>1984-94</b>					
Total G7	0,1992 <sup>a</sup>		96,53	0,6181	48
EUA	0,2336	2,3855**			
Canadá	0,2396	1,5484*			
Japão	0,2073	-2,6005**			
Alemanha	0,1928	-6,4237***			
Itália	0,1736	-15,2813***			
França	0,2104	-4,7488***			
Inglaterra	0,1369	-18,2785***			

\*\*\*significativo a 1%

\*\* significativo a 5%

\* significativo a 10%

a) média das elasticidades.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devem-se ressaltar, em primeiro lugar, algumas limitações do presente estudo econométrico, numa espécie de autoavaliação do trabalho.

Em primeiro lugar, reconhecem-se que o modelo ora apresentado é bastante simples, entretanto, bastante conveniente e funcional para um estudo sobre absorção de mão-de-obra, através da análise da elasticidade emprego-produto. Porém, carece de um melhor tratamento para o progresso técnico, uma vez que este aparece no modelo exogenamente, e para o impacto da tecnologia no nível de emprego.

Do ponto de vista de sua acurácia econométrica, o modelo estudado demonstrou algumas deficiências, como a presença de variáveis ausentes (*missing*), o problema de omissão de variáveis relevantes, o que pode conduzir a um estimador viesado e inconsistente, para a presente regressão, e, por fim, o problema de auto-correlação dos resíduos da regressão, o qual faz com que a estatística “t” sobestime a significância dos parâmetros da regressão, no caso, das elasticidades “emprego-produto”. Contudo, mais do que sua magnificência econométrica, a pretensão deste estudo é demonstrar, através de um modelo de regressão linear clássico, um movimento contínuo de desindustrialização, sobretudo a partir do processo de reestruturação industrial levado a cabo nas principais economias capitalistas, no final dos anos 70 e ao longo dos anos 80.

O tratamento com dados agregados não possibilita tecerem-se comparações intersetoriais, para os diferentes períodos. Entretanto, conseguiram-se identificar empiricamente um processo global de declínio do emprego industrial, com base no comportamento do emprego e do produto, para as sete principais economias do mundo, economias estas que respondem pelas principais tendências da economia mundial.

Comparando-se a elasticidade média do G7, do primeiro subperíodo (1960-73) com a do segundo subperíodo (1974-83), verifica-se uma queda de 34,68% no potencial de absorção de mão-de-obra, em média, para o G7. Comparando-se o terceiro

subperíodo (1984-94) com o segundo, a queda é de 32,43%, em média. O declínio total, confrontando-se o subperíodo 1984-94 com o subperíodo 1960-73, é de 55,86 %. Ou seja, a partir do processo de ajuste e de recuperação das principais economias industriais, o emprego industrial apresentou-se continuamente declinante, apesar da recuperação do produto industrial a partir de 1984.

Tem-se, pois, configurado um quadro de “crescimento sem emprego”. Uma análise mais acurada do comportamento do emprego no setor de serviços pode indicar se a economia mundial apresenta, enquanto tendência, um movimento de desemprego global. Assim, o presente exercício econométrico, antes de encerrar a discussão sobre o potencial de geração de postos de trabalho, e, portanto, de combate ao desemprego na economia mundial, reclama por estudos adicionais, que possibilitem confrontar, com maior riqueza de detalhes, o comportamento do emprego e do produto no setor industrial e de serviços, e, desta forma, levantar pistas sobre o crescimento contínuo do desemprego mundial. De qualquer forma, lançam-se a seguinte indagação: estar-se-ia caminhando para um mundo com cada vez menos emprego? Quais as implicações sociais de um possível quadro de “desemprego global”? Será correto, por parte da teoria econômica, continuar tratando níveis elevados de desemprego como *natural*?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BNDES: texto para discussão. *Mercado de Trabalho: a crise de dois modelos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1994.
- KENNEDY, P. *A Guide to Econometrics*. 3. ed. Oxford : The MIT Press, 1992.
- LAPLANE, M. F. *O Complexo Eletrônico na Dinâmica Industrial nos anos 80*. Campinas, Tese de Doutorado, Instituto de Economia (IE)/ UNICAMP, 1992.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo : Scritta, 1995.
- OCDE: *Economic Outlook*. London, diversos anos.
- OIT: *Yearbook of Labour Statistics*. Genève, diversos anos.
- ONU: *Yearbook of National Accounts Statistics*. New York, diversos anos.

PEREIRA, P. L. Valls; VELLOSO, R. C.; PAES DE BARROS, R. *Absorção de Mão-de-obra na Indústria de Transformação*. in Mercado de trabalho e Distribuição de Renda: uma Coletânea - IPEA, Rio de Janeiro, n<sup>o</sup> 35, 1987. (série monográfica).

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Econometric Models and Economic Forecasts*. 3. ed., MC. Graw-Hill, Inc., 1991.

RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. São Paulo : Makron Books, 1996.

A INSERÇÃO DO BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA  
E A DINÂMICA INDUSTRIAL LOCAL

*THE INSERTION OF BRAZIL IN THE LOCAL INDUSTRIAL  
ECONOMICAL GLOBALIZATION AND DYNAMICS*

Paulo Fernando Cirino MOURÃO<sup>88</sup>

---

**RESUMO:** A globalização neste final de século coloca em marcha um processo de reestruturação das economias nacionais, alterando o modelo de industrialização por substituição de importações no Brasil. O objetivo deste texto é analisar o alcance e a forma que este processo está assumindo na região de Marília, uma cidade média localizada no Oeste paulista. Parte-se da proposição de Milton Santos sobre a necessidade de se empreender um conhecimento sistemático da realidade a partir da análise do território, contemplando sua instância mundial, mas também a local, de forma que a análise geográfica consiga captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas de um território, associando a nova dinâmica as condições preexistentes.

---

**UNITERMOS**

Globalização, teoria dos ciclos, substituição de importações, descentralização industrial, formação social, território, flexibilidade.

**ABSTRACT**

The globalização at this end of century starts the

---

<sup>88</sup> Professor de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da UNIMAR e Mestre em Geografia pela UNESP- Campus de Presidente Prudente.

reestructurattion process of national economy changing the industrialization model through Brazil's import substitution. The main object of this text is to analyze the overtaking and the form that this process is taking in the region of Marília, SP, Brazil. We departed from Milton Santos proposition on the need of engage a systematic knowledge of the reality departing from the analysis of the territory, considering its world, but also local instance, in order the geographical analysis can attract the mood like the same way to produce accomplishes itself in specific parts of a territory, associating the new dynamics to the pre-existents conditions.

### UNITERMS

Globalization, cycle theories, import substitution, industrial uncentralization, social formation, territory, flexibility.

### INTRODUÇÃO.

Os tempos atuais de globalização econômica e nova revolução industrial colocam para o Brasil, a necessidade de uma nova inserção no mercado global, com o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, que vai implicar em um processo de reordenação espacial da indústria, em escala mundial, mas também regional e local.

O aumento da concorrência internacional, entre os capitalistas exige uma maior competitividade por parte das empresas, que passam a reduzir custos e buscar o aumento da produtividade. Entre as alterações na organização da produção daí decorrentes, pode-se destacar o crescimento dos chamados métodos de produção flexível, que assumem diversas formas nas relações entre as empresas, no interior das mesmas, e na relação capital-trabalho.

Dentro desse contexto, são relevantes os trabalhos de Milton Santos (1992,1994), sobre a necessidade de se empreender um conhecimento sistemático da realidade, a partir da análise do território, contemplando sua instância mundial, mas também a local, de forma que a análise geográfica consiga captar a maneira

como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas de um território, associando a nova dinâmica às condições preexistentes.

A partir daí podem-se tirar dois eixos de análise, importantes para nortear o trabalho. Em primeiro lugar, que é possível analisarem-se os impactos da globalização sobre um território local. Em segundo, que a análise geográfica pode assumir, nos tempos atuais, um papel importante, desde que consiga renovar sua agenda temática e, principalmente, seus fundamentos e princípios, que devem incorporar as novas realidades do mundo atual.

Pretende-se, nesse trabalho, fazer algumas reflexões sobre o alcance e a forma específica que esses processos de reestruturação industrial estão assumindo na região de Marília, uma cidade média (200 mil habitantes), localizada no Oeste Paulista, buscando entender como a nova dinâmica se associa às condições preexistentes, à história do lugar. A ênfase que se pretende dar está no comportamento geográfico local das transformações na atividade econômica; com isso, pensa-se estar contribuindo para a renovação da Geografia Econômica, no sentido de torná-la um instrumento relevante de análise do mundo atual.

### **FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL BRASILEIRA<sup>89</sup> E GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA**

O desenvolvimento econômico brasileiro passa, a partir de 1930, a ser comandado pela economia industrial. Segundo Rangel, o Brasil chega, no início da década de 30, com todas as condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial,

---

<sup>89</sup> O conceito de formação sócio-espacial foi desenvolvido por SANTOS, Milton. "A Formação Social como teoria e como método". In: *Boletim Paulista de Geografia*. n.º 54, jun/1977. p. 81-97. Partindo do conceito marxista de formação econômico-social, o autor mostra como as diferentes formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, que correspondem às diversas relações de produção existentes, tornam-se concretos sobre uma base territorial determinada, não podendo ser concebidas sem referência à noção de espaço.

pois a anterior expansão da agricultura de exportação havia estruturado um mercado interno para bens de consumo, com um capital comercial plenamente desenvolvido, uma infraestrutura econômica e a apresentação de alguma experiência industrial, principalmente nos ramos têxtil e de alimentos. Com a industrialização, criava-se um centro dinâmico interno no país, capaz de produzir seus próprios ciclos de desenvolvimento econômico, de forma diferente e relativamente independentes dos ciclos longos, que tinham sua origem no centro dinâmico da economia mundial.<sup>90</sup>

Como mostra Mamigonian: “A industrialização deu origem a um vigoroso modo de produção capitalista no interior da economia agro-exportadora com forte setor natural, que, desde a década de 20, gerava seus próprios ciclos médios, com fase expansiva seguida de fase recessiva. Tais ciclos levavam à expansão industrial dos investimentos, que se tornavam ociosos nos momentos de insuficiência do consumo. A capacidade ociosa recém-instalada constituía poupança potencial que podia dispensar a poupança externa para a retomada do desenvolvimento econômico do ciclo seguinte.”<sup>91</sup>

A análise do processo de industrialização, baseada na teoria dos ciclos, permite uma melhor compreensão das etapas sucessivas de substituição de importações, que caracterizam a industrialização brasileira.<sup>92</sup> Essas etapas ocorreram escalonadamente, setor após setor, começando pelas indústrias leves, produtoras de bens de consumo não duráveis. Cada etapa visava o atendimento da demanda de um grupo de produtos específicos, sendo importante

---

<sup>90</sup> A teoria dos ciclos médios aplicada à análise da Formação Social brasileira foi desenvolvida por Ignácio Rangel. O ponto de partida do esquema explicativo foi a constatação de que o sistema mundial capitalista vive fases de expansão e fases de depressão, isto é, cresce em ciclos de longa duração (ou Kondratieff de cinquenta anos) e os médios (julgarianos de dez anos, com período de expansão e de ociosidade). RANGEL, Ignácio. *Economia, milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro : Zahar, 1985. p. 19-23.

<sup>91</sup> MAMIGONIAN, Armen. “Teorias sobre a industrialização brasileira e latino americana”. In: *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo-Rio de Janeiro : Hucitec, 1995. p.73.

para o seu dinamismo, a criação de condições jurídico-institucionais novas por parte do Estado brasileiro. Ressalta-se, aqui o papel do Estado que podia traçar políticas que direcionavam o esforço da industrialização para certas áreas do sistema econômico, ao mesmo tempo em que inibia essa mesma industrialização em outras áreas da economia. A criação das condições favoráveis à expansão de cada setor da produção industrial, permitiu uma constante retomada do crescimento econômico.

Pode-se reconhecer aqui algumas características fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro. O modelo de industrialização permitiu a expansão interna, mesmo em condições externas desfavoráveis. Ao mesmo tempo, como cada etapa visava ao atendimento de um grupo de produtos específicos, não era necessária a formação de um amplo mercado de consumo. Criou-se, assim, um parque industrial numa estrutura social marcada pela exclusão, com grande parte da população possuindo um baixo poder aquisitivo.<sup>93</sup> Na dimensão espacial, promoveu uma industrialização extremamente concentrada na Região Sudeste, com a capital paulista tornando-se o maior centro industrial do país.

No final da década de 60, começam os indícios de uma crise na produção de massa do fordismo, uma crise na economia capitalista mundial. Para a retomada do processo de acumulação e saída da crise, o caminho trilhado pelos países centrais passa pela realização de uma nova revolução tecnológica e uma alteração

---

<sup>92</sup> Idem. p. 66. Este autor discute três linhas de interpretação teórica do desenvolvimento econômico brasileiro: 1) a teoria da Cepal, que popularizou a expressão “industrialização por substituições de importações”; 2) a teoria da dependência, que enfatizou a subordinação da industrialização brasileira aos interesses do centro do sistema capitalista; 3) a teoria dos ciclos econômicos, com grande aceitação recente, que reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro.

<sup>93</sup> A teoria dos ciclos econômicos me parece fornecer uma explicação mais consistente para esse fato do que a apresentada por LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres*. São Paulo : Nobel, 1988. p. 92-6. Esse autor chamou esse modelo de industrialização de “fordismo periférico”, dizendo que se tratava da implantação de modernas forças de produção sem relações sociais que lhes fossem compatíveis.

dos conteúdos organizacionais, ao nível da produção e das relações capital-trabalho.<sup>94</sup>

Entra-se num período de grandes transformações económicas, sociais, políticas e espaciais, onde as novas tecnologias permitem uma mundialização da produção e dos produtos, dos investimentos e um maior fluxo internacional de pessoas, além de transformar o espaço habitado, num meio-técnico-científico, que possui um sistema técnico hegemónico, embora não implantado igualmente e, ao mesmo tempo, em todos os lugares.<sup>95</sup>

A inserção do Brasil nesse novo contexto mundial será alterada, bem como o papel do Estado como promotor do desenvolvimento industrial dentro das fronteiras nacionais. Nessa perspectiva, vários autores, como Rattner, apontam as corporações transnacionais como os grandes agentes desta fase da economia mundial, aumentam seu poder e influência sobre os governos nacionais, principalmente sobre aqueles que, endividados e com grandes déficits operacionais, perderam sua capacidade de ação no sentido de propiciar a todos os cidadãos as condições mínimas para uma vida digna.<sup>96</sup> O neoliberalismo económico torna-se dominante no Brasil e no Mundo e medidas como a abertura comercial, o fim do protecionismo, a privatização, a integração sem restrições das economias nacionais na economia global e a retirada do Estado como agente regulador da economia, passam a ser vistos como a salvação dos países pobres, como a única saída perante a força do fenómeno da globalização, desprezando-se uma reflexão sobre o processo histórico que determinou as grandes disparidades económicas a nível mundial e a busca de caminhos alternativos para um desenvolvimento sem excluídos.

A rápida redução das tarifas de importação, nos anos 90, no

---

<sup>94</sup> LIPIETZ, A; LEBORGNE, D. “O pós-fordismo e seu espaço”. In: *Revista Espaço e Debates*. São Paulo : NERU, n.º 25, 1988. p. 12-29.

<sup>95</sup> SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informativo*. São Paulo : Hucitec, 1994. p 121-35.

<sup>96</sup> RATTNER, H. *Globalização e projeto nacional*. In: *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo : Hucitec-Anpur, 1994. p. 102-7.

Brasil, forçou a inserção de vários setores industriais nacionais, ainda não preparados, para uma concorrência acirrada com grandes conglomerados transnacionais. O resultado dessa apressada integração está sendo uma redução dos empregos industriais, uma desnacionalização de empresas consideradas de excelência e a inviabilização de alguns ramos industriais no país. A palavra de ordem que se impõe às empresas é a busca da competitividade, da excelência da gestão à excelência dos serviços e produtos. O padrão são as grandes corporações que possuem mais facilidades de acesso às novas tecnologias, de domínio das novas técnicas e conteúdos organizacionais e capacidade de operar com escalas crescentes de produção, além do domínio da possibilidade técnica de localizar suas unidades produtivas nos lugares mais rentáveis dentro do Sistema Mundo, graças aos avançados sistemas de comunicação e de informática.

O impacto desse processo de globalização, no interior da Formação Sócio-Espacial brasileira, vai ser diferenciado segundo o setor da atividade econômica e também, segundo a escala espacial da análise. Para Milton Santos, os territórios locais e nacionais exercem um papel ativo perante as forças da mundialização. O autor citado vai atualizar a noção de território, mostrando que eles são formados da interação de um sistema de objetos, composto de formas construídas na atualidade e em épocas passadas, e um sistema de ações, que se viabilizam no uso dos objetos, sistema de ações esse que incorpora as relações entre a sociedade local e a sociedade global. Esse processo é contraditório, pois a lógica do capitalismo, na era da globalização, é transformar todo o mundo, num espaço funcional para a sua reprodução ampliada. Pode-se verificar essas relações na seguinte citação: “Assim, regulação e tensão se tornam indissociáveis em cada lugar. Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre a globalidade e a localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único”.<sup>97</sup>

Todo esse processo de mundialização da economia desencadeia

uma reestruturação espacial da indústria no interior do território brasileiro. Os novos modelos tecnológicos determinam, para alguns setores industriais, localizações mais vantajosas, além de tornar inviável a fabricação, em massa, de certos produtos nas antigas regiões industriais. De acordo com Benko: “A dinâmica dos novos espaços econômicos fundou-se em três elementos maiores: a indústria de alta tecnologia (criando novos ramos e novos produtos), os serviços aos produtores (em crescimento considerável, localizados essencialmente nos espaços metropolitanos) e as atividades artesanais, assim como os PME (pensem na renovação espetacular dos distritos industriais marshallianos e na Terceira Itália).”<sup>98</sup>

No caso brasileiro, as forças que mantêm a concentração espacial da indústria, na Grande São Paulo, ainda são atuantes, mas a tendência, a partir de 1970, é claramente a queda da participação relativa de São Paulo, no total da produção industrial do país. Em 1970, o Estado de São Paulo detinha 58,2% da produção e 48,0% do pessoal ocupado; em 1980, caiu para 51,9% da produção e 45,7% do emprego e, em 1985, para 48,3% da produção e 38,2% do pessoal ocupado. No mesmo período, Estados como Paraná, Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina, aumentaram sua participação.<sup>99</sup>

Dentro do Estado de São Paulo, percebe-se um processo de interiorização da indústria paulista a partir da metrópole, que ocorre ao longo de quatro eixos viários. O primeiro, composto pelo sistema Anchieta - Imigrantes, que liga a metrópole à região industrial da Baixada Santista; o segundo, pela via Dutra que faz a ligação com as cidades industriais do Vale do Paraíba paulista; em seguida, pelas vias Bandeirantes, Anhanguera, Washington Luís, que dirigiram a expansão para Campinas, Ribeirão Preto,

<sup>97</sup> SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo* : Globalização e Meio Técnico Científico Informacional. São Paulo : Hucitec, 1994. p. 56.

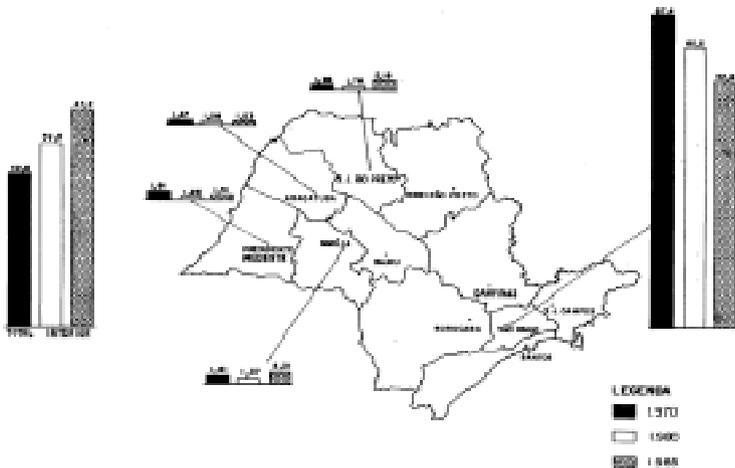
<sup>98</sup> BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização*: na aurora do século XXI. São Paulo : Hucitec, 1996. p.13.

<sup>99</sup> AZZONI, Carlos R. *O novo endereço da indústria paulista*. São Paulo : IPE-USP, 1988. p.101-03.

Araraquara e outras cidades próximas; e, finalmente, a via Castelo Branco que orientou a industrialização na direção de Sorocaba.<sup>100</sup> A região Oeste do Estado teve uma inserção pouco significativa nesse processo, recebendo poucas plantas industriais que se desconcentraram de São Paulo.

Mesmo não alcançada pela dispersão da indústria no espaço paulista, ou seja, não sendo atingida por aquilo que alguns autores denominam macro-metrópole, a indústria localizada no Oeste retomou seu crescimento na década de 80, principalmente nas regiões de São José do Rio Preto e Marília, com as regiões de Araçatuba e Presidente Prudente, apresentando um crescimento mais lento do ponto de vista industrial, como mostra a Figura 1. A explicação para esse fato deve ser buscada na força da pequena produção mercantil nas regiões de São José do Rio Preto e Marília, expressa na pequena propriedade policultora, no pequeno artesanato e no pequeno comércio forte, que originou uma burguesia industrial local, produzindo para um sólido mercado popular.

FIGURA 1 - PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (SERVIDO DO OESTE - INTERIOE) E REGIÃO OESTE (MATERIAL DA REGIÃO)



Fonte: Fundação Nacional de Desenvolvimento (FUNDAP) - 1990. Elaborado pelo autor.

<sup>100</sup> Idem, Op.cit..p.105.

Encontra-se aqui um interessante ponto de contato entre a nossa realidade local e as alterações que estão ocorrendo em escala mundial, com o declínio do modelo fordista de produção industrial e a ascensão dos métodos de produção flexíveis. Esses últimos parecem reabilitar as pequenas e médias empresas, principalmente aquelas que se mostrem eficientes e ágeis para se adequarem aos mercados competitivos atuais e às parcerias com as grandes empresas. Esse processo vai favorecer a formação de centros especializados na fabricação de alguns produtos, como se pode verificar em Marília, que se tornou a maior fabricante brasileira de biscoitos e doces fora da cidade de São Paulo e a maior produtora de esquadrias metálicas do Brasil. Paradoxalmente, a indústria atual de Marília insere-se em etapas antigas da substituição de importações do Brasil: alimentos e material de construção.

### **A DINÂMICA INDUSTRIAL EM MARÍLIA<sup>101</sup>**

A cidade surgiu na década de 20, na transição da economia agro-exportadora do café para a economia industrial. As indústrias que vão instalar-se no “oeste paulista”, principalmente após 1930, terão forte ligação com a produção agrícola regional, sendo empresas pertencentes a grandes grupos nacionais e estrangeiros, que atuam no beneficiamento e transformação do algodão. Marília torna-se, na década de 40, por causa desta especialização, numa das principais cidades industriais do Estado de São Paulo. Junto com esse núcleo de empresas, de grande porte, ligado a capitais de fora, surge um núcleo de pequenas unidades artesanais de alimentos, móveis, sapatos, implementos agrícolas, produzindo para o mercado local. A partir da década de 50, a região começa a perder as indústrias ligadas à transformação da matéria prima local, mas

---

<sup>101</sup> Essa parte do texto baseia-se em MOURÃO, no qual podem ser encontrados maiores detalhes e uma ampla bibliografia sobre a gênese e evolução das atividades industriais em Marília.

MOURÃO, P. F. *A industrialização do Oeste Paulista*. (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente: UNESP, 1994, capítulo 3.

assiste ao crescimento daquele núcleo inicial de pequenas empresas, principalmente as do ramo de alimentos, bebidas e implementos agrícolas. O desenvolvimento prévio de uma base produtiva local, da rede urbana regional, associadas com a relativa distância da capital, permite que os pequenos negócios, geralmente de imigrantes, em ramos que exigem pequeno investimento inicial, conquistem o mercado regional.

Esse tipo de industrialização baseado em capitais locais continua até a década de 90, quando se percebe a existência, na cidade e região, de algumas empresas que apresentam um grande crescimento na produção de alimentos (biscoitos, massas e doces), esquadrias metálicas e máquinas agrícolas (pulverizadores), produtos com forte inserção no mercado nacional. O ramo de alimentos atrai corporações transnacionais, que adquirem duas das maiores empresas locais: a Ailiram, comprada pela Nestlé, e a Raineri (massas), pela Ádria/Quaker.

Pode-se levantar dois pontos que são fundamentais para o crescimento destas empresas: a flexibilidade que apresentam em diversificar seus produtos, para atender às solicitações do mercado, principalmente nos períodos de crise, e a utilização de uma correta estratégia de vendas que possibilita a conquista de mercados regional e nacional.

A estratégia de vendas está ligada na maioria dos casos, à montagem de uma estrutura própria de distribuição, com equipes de vendedores ligados à fábrica, evitando, ao máximo, trabalhar com atacadistas ou intermediários, preocupação que se mantém nos dias atuais nas empresas locais.

Um tipo de flexibilidade na produção já pode ser encontrada nas pequenas oficinas, que, artesanalmente, consertam e produzem implementos agrícolas, existentes na região durante as fases do café, do algodão e do amendoim. Algumas dessas pequenas oficinas, geralmente de imigrantes japoneses, tornam indústrias produtoras de máquinas e implementos agrícolas até a década de 70. Desde o início, essas firmas demonstram grande capacidade de se adaptar às exigências do mercado agrícola, sempre lançando produtos novos que significam um avanço tecnológico. Essas

empresas, nos anos 70 e 80, vêm acompanhando o processo de urbanização brasileiro, diversificando suas linhas de produtos para fugir das crises do setor agrícola. Como exemplo, tem-se a Sasazaki, que se torna a maior produtora de esquadrias metálicas do Brasil, a Ikeda e Filhos que, além do arado de aiveca, produz churrasqueiras motorizadas e caixas de som de alta definição, e a Jacto, maior fabricante mundial de pulverizadores, que, também produz máquinas agrícolas, carrinhos elétricos, utilidades domésticas de plástico, aparelhos para ginástica e coletores de energia solar.

Para Storper<sup>102</sup>, os sistemas flexíveis de produção podem ser caracterizados pelo desenvolvimento de duas capacidades por parte da empresa: a de alterar rapidamente um processo de produção e o seu produto, substituindo-o por outro (flexibilidade dinâmica) e a de ajustar as escalas de produção, para cima ou para baixo, num certo período de tempo, sem qualquer prejuízo nos índices de eficiência (flexibilidade estática). No interior da empresa, pode-se obter a flexibilidade com o uso de equipamento e maquinaria reprogramáveis e por intermédio de processos de trabalho artesanais, o que exige a formação de um trabalhador polivalente. Nas relações entre empresas, o principal recurso para a obtenção da flexibilidade é a fragmentação organizacional do processo de produção, criando uma profunda divisão social do trabalho entre as empresas. A subcontratação é, geralmente, a forma principal assumida por essa divisão do trabalho, de tal forma que o sistema de produção se transforma numa cadeia produtiva. A flexibilidade assume, também, a forma de alterações na jornada de trabalho e na legislação trabalhista.

A globalização do sistema técnico tem permitido às principais indústrias alimentícias de Marília, aquelas que possuem disponibilidade de capital para investimento, o acesso a máquinas e tecnologia modernas, obtidas, principalmente, em feiras internacionais no exterior. Esse fato, aliado a um bom esquema

---

<sup>102</sup> STORPER, M. A. . A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (org.). *Reestruturação Urbana*. São Paulo : Nobel, 1990.

de vendas e distribuição, já previamente montado, tem permitido competição com os grandes grupos desse ramo. É evidente que procuram atingir um mercado diferenciado, geralmente mais popular. Como exemplo desse fato, pode-se citar a indústria de biscoitos Xereta, que lançou uma linha de cereais matinais, um mercado em que estão a Kellog's e recentemente a Nestlé. Seu produto é mais barato, pois usa embalagem mais simples e eliminou o atacadista, vendendo direto, principalmente em pequenos supermercados e mercearias. A indústria de biscoitos Marilan, que cresceu tendo como base um mercado de baixa renda (concentra parte significativa de suas vendas no Nordeste), recentemente sofisticou suas linhas de biscoitos, reformulou as embalagens e automatizou toda a fábrica, voltando-se para um público de maior poder aquisitivo, estando entre as cinco maiores fábricas do país. A empresa se utiliza de um moderno sistema de vendas e de recebimento de pedidos, que garantem uma agilidade na entrega, superior à dos concorrentes de maior porte.

Existem empresas que cresceram como subcontratadas de grupos de fora, como a indústria de confeitos de amendoim Dingo, que durante mais de cinco anos fabricou toda a linha de confeitos de amendoim vendidos pela Elma-Chips. A empresa teve um crescimento muito rápido. Porém, quando o contrato com a multinacional acaba, a empresa entra em dificuldades, mostrando que essa cadeia produtiva é bastante insegura para as empresas que não estão no seu topo.

Nas grandes empresas de capital de fora, instaladas na cidade, que possuem múltiplas filiais, ocorre uma redistribuição das tarefas entre as unidades, podendo esse processo implicar em: a) fechamento das fábricas mais antigas, de menor produtividade no grupo, como fizeram a Antártica, a Ceval e a Ádria, que fecharam suas unidades produtivas em Marília; b) transferência de funções entre as filiais, como na Nestlé que traz linhas de biscoitos da marca São Luiz para serem fabricados em Marília e transfere a produção de balas para outras unidades; c) reaproveitamento na Ádria de Marília, de máquinas consideradas antigas para a fábrica de São Paulo, num momento anterior ao fechamento.

A grande maioria das firmas industriais cadastradas na cidade - mais de 400 - atuam em nichos de mercados locais e regionais, que não têm interessado às grandes empresas, devido, principalmente, ao fato de serem mercados compostos por populações de baixo poder aquisitivo, que consomem produtos fora dos padrões modernos de qualidade e de embalagens. Essas empresas não são e, provavelmente, não possuem condições para se tornarem globais, mas algumas especificidades da Formação Sócio-Espacial brasileira, como as grandes distâncias e as dificuldades nos transportes estão garantindo até o estágio atual da globalização, a sua reprodução. Milton Santos já apontou essa realidade quando escreveu que: "...num país onde há grandes disparidades espaciais devidas a diferenças de densidades demográficas, econômicas e da rede de transportes, largas porções do território não sendo rentavelmente utilizáveis (para fins de distribuição) pelas maiores firmas, sua respectiva distribuição se faz por firmas menores".<sup>103</sup>

No mesmo espaço urbano existem algumas poucas empresas (por volta de 15) de capitais locais ou de fora, que durante a década de 80 consolidaram suas posições no mercado nacional e incorporaram alguns itens das novas tecnologias e métodos organizacionais e desenvolvem planos para incrementar suas exportações, principalmente para o Mercosul. A questão é saber até quando vão continuar como empresas familiares e locais, resistindo à investida dos grandes grupos transnacionais, principalmente as dedicadas à produção de alimentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZONI, Carlos R. *O novo endereço da indústria paulista*. São Paulo : IPE/USP, 1988.
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo : Hucitec, 1996.
- LIPIETZ, A; LEBORGNE, D. "O pós-fordismo e seu espaço". In: *Revista*

---

<sup>103</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo : Nobel, 1992. p. 63

- Espaço e debates*. São Paulo : NERU, 25, 1988. p.12-29.
- LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres: Problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo : Nobel, 1988.
- MAMIGONIAN, Armen. "Teorias sobre a industrialização brasileira e latino americana". In: *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo-Rio de Janeiro : Hucitec, 1995.
- RANGEL, Ignácio. *Economia, milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.
- RATTNER, Henrique. "Globalização e projeto nacional". In: *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo : Hucitec-Anpur, 1994.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo : Nobel, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método". *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo : AGB, jun/1977. n. 54.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo : Hucitec, 1994.
- STORPER, M. A. "A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo". In: VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond (org.). *Reestruturação Urbana*. São Paulo : Nobel, 1990.



SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, POLÍTICA ECONÔMICA E PRINCIPAIS  
PROPOSTAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA

*BRAZILIAN TRIBUTARY SYSTEM, ECONOMIC POLITICS AND MAIN  
TRIBUTARY REFORM PROPOSALS.*

Marisa ROSSINHOLI<sup>104</sup>

---

RESUMO: Este artigo analisa o Sistema Tributário brasileiro verificando as duas últimas Reformas Tributárias, a de 1966 e a de 1988, e a grande vinculação com o sistema econômico e suas características políticas. Verifica-se que a reforma tributária, de 1966, foi ao encontro de um momento em que o Estado passava a ter um papel mais atuante e centralizador na economia; a Reforma Tributária, de 1988, modificou o sistema tributário, também em função do quadro econômico e político, mas promovendo uma maior abertura do sistema e aumentando as receitas de estados e municípios. Sob essa ótica analisam-se as propostas do Executivo - PEC 175 (Proposta de Emenda Constitucional) e a proposta da FIESP/FIPE buscando pontos de convergência e alguns questionamentos que devem ser feitos juntamente com a elaboração de uma reforma tributária.

---

**UNITERMOS**

Reforma Tributária; Federalismo, Política tributária, PEC 175, Proposta FIESP/FIPE, Distribuição tributária vertical; Economia Política.

---

<sup>104</sup> Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Humanas da Unimar e Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP.

### **ABSTRACT**

This paper tries to analyse the Brazilian Tributary by comparing the two last 1966 and 1988's. Tributary Reformation and the big dealing with the economical system and its political characteristics. It is shown that the 1966's tribute reform was given when the government was having a major acting and centralizing role in economy; the 1988's tribute reform modified the tributary system, in function of its economical and political aspect, but promoting a major system opening and increasing of the economy of the states and municipalities. The executive – PEC 175 (Constitutional Amendment proposal) – and the FIESP/FIPE. Proposals were analysed under this optic, in order to search convergence points and some inquiries and a new tributary reformation elaboration which should be made.

### **UNITERMS**

Tributary Reformation, Federation, Tributary Politics, PEC 175, Proposition FIESP/FIPE, Tributary Partition Upright, Political Economy.

### **INTRODUÇÃO:**

O sistema tributário brasileiro tem sido constantemente alvo de debates e propostas de reformas, mas é fundamental notarmos que sua existência, suas características de divisão entre as esferas e seu ônus sobre a economia, de uma maneira, geral é resultado de um momento vivido pela economia e de objetivos perseguidos por ela.

Dessa maneira, esse artigo procura encaminhar a seguinte discussão:

na parte 1, as características das principais reformas tributárias vivenciadas até hoje pela economia brasileira (a de 1966 e 1988) e a associação de suas características com o momento político vivido e os objetivos da política econômica; na parte 2, o quadro que foi estabelecido pela constituição de 1988, discutindo sua adequação aos princípios federativos e à economia brasileira; na parte 3, análise das principais propostas de reforma tributária

existentes no momento e suas limitações, apresentando, por fim, a colocação de alguns pontos que, se pensa serem fundamentais para a discussão e para posterior reforma tributária.

## 1- UM BREVE HISTÓRICO TRIBUTÁRIO DO BRASIL:

### 1.1 A Estrutura tributária anterior a 1966: Antecedentes da Reforma

O sistema tributário constitui um importante elemento de política econômica e assim, sua estrutura tem grande vinculação com o momento político vivenciado por um país.

Até 1930 a economia brasileira apresentava-se como uma economia primário-exportadora com pouca intervenção do Estado. Dessa maneira, no quadro tributário, o principal imposto era o de importação. Como o governo não tinha um papel atuante, a administração de impostos de importação e exportação era suficiente para as necessidades de receitas do governo.

#### QUADRO Nº 1 : PARTICIPAÇÃO DE CADA TRIBUTO NA RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL - 1929-1933<sup>105</sup>

Tributos	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1933
Importação	50,3	51,9	56,0	47,8	53,5	55,2	54,8	50,2	46,0	47,3
Prod. Indust.	29,8	27,3	24,2	30,1	26,5	25,9	25,2	28,3	28,7	28,7
Rendas e Proventos	5,1	2,2	2,6	4,0	4,0	4,0	4,5	5,0	7,1	6,8
Selos e Afins	14,7	18,5	17,1	19,0	15,9	14,8	15,3	16,4	18,1	16,3
Outros tributos	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Direção Geral da Fazenda Nacional. Assessoria de Estudos, Programação e Avaliação.

É justamente quando o sistema primário-exportador baseado no complexo cafeeiro entra em crise (1929), dando lugar a um sistema cuja dinâmica passa a ser a industrialização, que se inicia a necessidade de se repensar a estrutura tributária. Com o programa de sustentação do café, o Estado se coloca, pela

primeira vez, como agente controlador da produção e de preços<sup>106</sup>.

Assim, a Constituição de 1934 passa a conter a preocupação em garantir que o sistema tributário vá ao encontro das novas “funções” do Estado.

Segundo OLIVEIRA: “A instituição do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), ampliando o campo da incidência do antigo imposto sobre vendas mercantis de 1923, a ampliação da área de incidência para outros produtos do imposto do consumo, e a maior abrangência do imposto sobre a renda, emergiam como medidas mais consentâneas à nova realidade da economia, então calcada, basicamente, na atividade interna. Assim, a ampliação e generalização do imposto sobre a produção e circulação de mercadorias e do imposto sobre a renda, ao lado do estabelecimento de um teto ao imposto de exportação, apresentavam-se como a principal tentativa ensaiada para adequar os instrumentos de política econômica à nova realidade. Com a criação de tributos de competência dos municípios, pode-se dizer que foi com esta Constituição que o sistema tributário do país, pela primeira vez, delimitou expressamente o campo de competência de tributos para a esfera federal, estadual e municipal”<sup>107</sup>

A Constituição de 1934 e, na seqüência, a de 1937 promoveram um aumento da carga tributária, mas esta logo se mostrou insuficiente para as atribuições que cada vez mais o Estado assumia na economia.

No decorrer dos anos 40 e, principalmente, nos anos 50, o Estado assumiu cada vez mais atividades; esse aumento de atividades foi consolidado no Plano de Metas com o qual o Estado se propôs a combater os “pontos de estrangulamento” que impediam um pleno desenvolvimento da economia, necessitando assim de recursos.

---

<sup>106</sup> OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Reforma Tributária de 1966 e acumulação de capital no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1991.

<sup>107</sup> Idem. p.24

Foram os problemas encontrados no financiamento inflacionário, baseado na emissão de moedas do Plano de Metas, que levaram a uma desaceleração do crescimento nos anos 60, culminando na realização de uma reforma tributária.

Sobre isso, OLIVEIRA argumenta: “O alargamento das funções do Estado durante o período do Plano de Metas e a ampliação de sua participação na economia, tanto na geração de renda como de emprego, passando a responder crescentemente por uma parcela do produto e do investimento, somados à falência do mecanismo de financiamento inflacionário e ao novo papel que passaria a exercer no processo de acumulação, eram indicadores mais que seguros da necessidade de reestruturação e recomposição dos instrumentos de política econômica, capazes de viabilizarem suas ações e dar funcionalidade ao sistema... Era preciso, pois, adequar o sistema às novas condições da estrutura sócio-econômica então vigente”<sup>108</sup>.

## **1.2 A Reforma Tributária de 1966: Centralização de recursos e poder.**

Para Bruginski, a Reforma de 1966 foi coerente com um governo que precisava de fundos, pois passa a ser o grande “gestor” da economia: “...a reforma envolveu uma profunda reformulação de todo o aparato fiscal, com a modernização, não apenas do desenho e da organicidade do sistema tributário, mas também da máquina arrecadadora. Um dos principais pontos nessa reformulação será a extensão do IR a vários segmentos não ou subtributados, ampliando o alcance das medidas fiscais. Essa extensão, bem como a maior apreensão dos fatos geradores das obrigações fiscais, corresponde de forma mais adequada, à maior complexidade da economia e à ampliação da regulação estatal”<sup>109</sup>.

A partir de 1966, tem-se um sistema tributário, que centraliza

---

<sup>108</sup> Idem. p. 39

<sup>109</sup> BRUGINSKI DE PAULA, Tomás. *Centralização Fiscal e Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1988. p. 7

os recursos e as decisões tributárias na esfera da União. O Estado desempenha papel mais atuante na economia e decisivo para a acumulação de capital. A reforma tributária tem o objetivo de: aumentar a captação de recursos e assim conter a demanda; diminuir o déficit público (dois elementos caracterizados como inflacionários, havendo, portanto, a necessidade de combatê-los); transformar o sistema tributário numa forma eficiente de acumular capital; atenuar desigualdades regionais.

A concentração, na União, da maior parte dos tributos, surgiu como um elemento fundamental para o fortalecimento do Estado e acúmulo de capital. Associado a essa concentração, buscou-se o aprimoramento da arrecadação, aumento da incidência de alguns impostos e a centralização, na União, da decisão de aplicação de capitais dos Estados e Municípios, que deveria ser compatibilizada com os objetivos de acumulação.

A estrutura tributária instalada pela reforma, visando a centralização da condução da economia na esfera da União, reduziu a autonomia política, financeira e tributária dos Estados e Municípios, retirando desses, o direito de cobrança de uma série de tributos. Para compensar estas perdas foi criado um sistema de transferências vinculadas a determinadas categorias e programas de gastos, não se permitindo sua livre aplicação. Entre essas transferências, estão o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), FPE (Fundo de Participação dos Estados) e a QP-ICM (Quota parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias).

Em 1965, o FPM e o FPE foram fixados, cada um, em 10% sobre a arrecadação do IPI e do IR, percentual que se reduziu para 5%, em 1968, passando a partir daí a sofrer constantes modificações. O critério de distribuição é um coeficiente proporcional à população e inversamente proporcional à renda per capita. Até o final da década de setenta, esteve vinculado a programas e setores específicos. Dentro desse novo sistema estabelecido pela reforma de 1966, as principais alterações que ocorreram encontram-se no Quadro 2, a seguir:

## QUADRO 2:

Distribuição dos tributos anterior e na Reforma de 1966 por unidade federativa

Anterior à Reforma Reforma 66

UNIÃO	UNIÃO
Imposto Importação	Imposto Importação
Imposto sobre Consumo	Imposto de Exportação
Imposto de Rendas e proventos	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural
Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes	Imposto de Renda e Proventos
Imposto sobre Energia Elétrica	Imposto sobre Produtos Industrializados
Imposto do Selo	Imposto sobre Operações Financeiras
Imposto sobre Transportes e Comunicações	
Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes	
Imposto sobre Energia Elétrica	
Imposto sobre Minerais	
ESTADOS	ESTADOS
Imposto sobre Vendas e Consignação	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
Imposto de Transmissão	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
Causa mortis	Imposto sobre Exportação
	Imposto do Selo
MUNICÍPIOSMUNICÍPIOS	
Imposto sobre propriedade Territorial Rural	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural
Imposto de Transmissão Inter-vivos	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
Imposto Predial e Territorial Urbano	
Imposto sobre Indústrias e Profissões	
Imposto do Selo	
Imposto sobre diversões Públicas	

Fonte: Legislações Tributárias e Constituições

Essa composição mostra a centralização na esfera da União a fim de atender os objetivos de política econômica de acumulação de capital e combate à inflação.

Com o passar dos anos, pós-Reforma de 1966, foram ocorrendo modificações no que se refere ao sistema tributário. No final da década de 70 e início da de 80, o agravamento da crise econômica

e da situação financeira do setor público, principalmente Estados e Municípios, junto com a abertura do sistema político, em que as eleições de 1982 (governadores) e 1985 (prefeitos das capitais) foram importantes peças, exerceram uma grande pressão para mudanças no sistema tributário, no sentido de aumentar as receitas dos Estados e Municípios e estabelecer um federalismo fiscal no Brasil.<sup>110</sup>

A centralização tributária era elemento fundamental para a condução de uma política econômica concentrada no âmbito da União. Sendo assim, é justamente quando esta começa a perder seu caráter de condutora absoluta dos rumos políticos e econômicos do país, e quando se inicia uma abertura política, que ocorrem modificações no sistema tributário. É importante notar essa relação, uma vez que o sistema tributário representa um importante elemento de poder político.

Dentro desse processo, foram tomadas várias medidas, no sentido de descentralização dos recursos, sobretudo no que se refere ao FPM e FPE. Observam-se constantes elevações em seus percentuais. De 1965 a 1975 tiveram seu menor valor: 5%, mas a partir daí ambos foram se elevando. Em 1976: 6%; 1977: 7%; 1978: 8%; 1979/80: 9%; 1981: 10%; de forma que, às vésperas da Constituinte, tinha-se o percentual de 14% para o FPE e 17% para o FPM, mostrando a recuperação do poder de participação de Estados e Municípios.

Nos anos 80, ocorrem as eliminações de transferências vinculadas<sup>111</sup>, mas mantém-se as transferências negociadas.<sup>112</sup>

Esse movimento de descentralização e fortalecimento da

---

<sup>110</sup> cf. Serra, 1991.

<sup>111</sup> - Na reforma de 1966, além de centralizar-se na União uma grande concentração de tributos, as transferências feitas aos Municípios e Estados apresentam-se de maneira vinculada, isto é, devem ser aplicadas em programas ou áreas pré-estabelecidas. Dessa maneira, funcionam como uma forma de o Governo Central destinar os recursos para áreas que julgue mais adequadas para receber investimentos.

<sup>112</sup> - Transferências negociadas são originárias de verbas que não pertencem às transferências estabelecidas em Constituição, sendo concedidas pela União sem que exista a obrigatoriedade de critérios como no FPM e FPE. Assim, representam um importante elemento político

autonomia tributária e financeira dos Estados e Municípios consubstancia-se na Constituição de 1988.

### 1.3 A Reforma Tributária de 1988

A Reforma Tributária de 1988 caracterizou-se por um aumento da participação dos Municípios e Estados nas receitas disponíveis. As principais modificações podem ser visualizadas no Quadro 3:

#### QUADRO 3 SISTEMA TRIBUTÁRIO (ALTERAÇÕES NAS COMPETÊNCIAS - 1988)

Anterior a Constituição de 88	Constituição de 1988
<b>UNIÃO</b>	<b>UNIÃO</b>
Imposto Importação	Imposto sobre Importação
Imposto sobre Exportação	Imposto sobre Exportação
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural
Imposto de Renda	Imposto de Renda
Imposto sobre Produtos Industrializados	Imposto sobre Produtos Industrializados
Imposto sobre Operações Financeiras	Imposto sobre Operações Financeiras
Imposto sobre Transportes e Comunicações	Imposto sobre Grandes Fortunas
Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes	
Imposto sobre Energia Elétrica	
Imposto sobre Minerais	
<b>ESTADOSESTATOS</b>	
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis	Imposto de Transmissão Causa mortis
Imposto sobre Circulação de Mercadorias	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Imposto sobre Veículos Automotores	Imposto sobre Veículos Automotores
<b>MUNICÍPIOSMUNICÍPIOS</b>	
Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
Imposto sobre Serviços	Imposto sobre Serviços
	Imposto transmissão de bens imóveis Inter Vivos
	Imposto de Venda de Combustíveis a Varejo

Fonte: Constituições Federais e Legislações Tributárias

Com a Constituição de 1988, um novo sistema tributário foi implantado, alterando não só a competência, mas também os percentuais de transferências. As principais mudanças: o aumento do percentual federal (IR - Imposto de Renda e IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados) destinado aos Municípios, que passou de 17,5% para 22,5% e a criação de partilha de 10% do IPI com os Estados exportadores de produtos industrializados. O ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis “inter vivos” e “causa mortis”, antes pertencente aos Estados foi desmembrado, ficando o “inter vivos” a cargo do Município. A arrecadação de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, sobre ouro, passou a ser partilhada em 70% com o Município onde foram feitas as extrações. Proíbe-se à União de isentar impostos de abrangência municipal. O ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias é transformado em ICMS, incorporando os impostos, antes de competência federal, sobre combustíveis e lubrificantes, energia elétrica e mineração, serviços de transporte e comunicação, aumentando a transferência para os Municípios de 20% para 25%.

## **2 - A REFORMA TRIBUTÁRIA DE 1988 E OS PRINCÍPIOS FEDERATIVOS**

Pode-se sintetizar as transferências estabelecidas pela Constituição de 1988, de acordo com o Quadro 4:

Quadro 4 - Lista de transf.

quadro 5 depois da frase

---

<sup>113</sup> BARRERA, Aglas Watson; ROARELI, Maria de Medeiros In: AFFONSO, Rui de Brito (Org.) *Federalismo no Brasil: Reforma Tributária e Federação*. São Paulo : Unesp, 1995. p.204

**QUADRO 4**  
**LISTA DE TRANSFERÊNCIAS** <sup>113</sup>

---

I- Da União para os Estados e DF:

- 1- 21,5% da arrecadação somada do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Estados (FPE)
  - 2- 10% da arrecadação do IPI para o Fundo de Ressarcimento dos Estados Exportadores (FPEX)
  - 3- 66,66% da Contribuição do Salário Educação
  - 4- 30% do IOF- Ouro
  - 5- 100% do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pelo Tesouro local
  - 6- 20% de outros tributos que sejam criados pela União.
- 

II- Da União para os Municípios:

- 1- 22,5% da arrecadação somada do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
- 2- 50% da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR)
- 3- 100% do Imposto de Renda Retido na Fonte pelo Tesouro Local (IRRF)
- 4- 70% do IOF-Ouro

III- Dos Estados para os Municípios:

- 1- 25% dos recursos de FPEX recebidos pelos estados da União (equivalentes a 2,5% do IPI).
  - 2- 25% da arrecadação do ICMS
  - 3- 50% DO IPVA
- 

IV -Outras transferências e recursos partilhados:

- 11 - Composição financeira pela extração de minerais; o produto da arrecadação deve ser distribuído: 23% a estados e DF, 65% a municípios; e 12% para o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
  - 2 - Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos; o produto da arrecadação deve ser distribuído: 45% aos estados e DF, 45% aos municípios; 8% ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE; 2% à Secretaria de Ciência e Tecnologia.
  - 3 Compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto, betuminoso e gás natural; o produto da arrecadação dever ser distribuído: 70% aos estados produtores, 20% aos municípios produtores, 10% aos municípios com instalações de desembarque.
- 

Fonte: BARRERA, Aglas Watson; ROARELI, Maria de Medeiros In: AFFONSO, Rui de Brito (Org.) *Federalismo no Brasil: Reforma Tributária e Federação*. São Paulo : Unesp, 1995

Assim, observa-se o aumento da autonomia pretendida por Estados e Municípios:

**QUADRO 5:  
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA E RECEITA TRIBUTÁRIA  
DISPONÍVEL POR NÍVEL DE GOVERNO (EM  
PORCENTAGEM DO TOTAL)**

ano	Arrecadação própria			Receita disponível			%	b/a
	União	Estados	Muni- cípios	União	Estados	Muni- cípios		
			(a)			(b)	PIB	
1960	63,9	31,3	4,7	59,4	34,0	6,51	7,4	3,7
1980	72,8	24,0	3,2	66,2	24,3	9,5	22,4	7,0
1989	65,4	31,7	2,9	57,3	29,8	12,9	20,6	7,1
1992	62,2	32,3	5,5	52,2	31,0	16,9	23,7	4,3

Fonte: AFONSO, J. R. “Divisão Nacional dos Recursos tributários pelos três níveis do governo”, mimeo., dez/1993, p. 114.

Apesar de haver um consenso no que se refere ao aumento das receitas disponíveis para Estados e Municípios, nem todos os autores concordam no aspecto das competências tributárias. Para Barrera e Roarelli:

“A Constituição Federal de 1988 nada mais fez senão introduzir alterações nas percentagens de distribuição.”<sup>114</sup>.

Os autores destacam que houve um aumento de transferências, mas que as competências não se apresentam de uma maneira favorável, pois continua a haver uma competência muito grande para a União (em 1992, de 62,2%, conforme Quadro 4).

Para a ENAP - Escola Nacional de Administração Pública (1988), essa divisão aparece como satisfatória, estabelecendo o imposto de renda sob competência da União, os impostos referentes ao consumo para os Estados e, com exceção de transferências

<sup>114</sup> BARRERA, A. W.; ROARELI, M. M. Relações Fiscais Intergovernamentais In: AFFONSO, Rui de Brito (Org.) *Federalismo no Brasil: Reforma Tributária e Federação*. São Paulo : Unesp, 1995. p. 132.

destinadas à educação, as transferências verticais feitas pela União foram aumentadas e ficaram de livre emprego para os Estados e Municípios.

As reformas tributárias ocorridas em 1967 e 1988 foram, até o momento, as mais importantes vivenciadas pelo país. Nesse sentido, estabelece-se um grande debate no Brasil acerca do federalismo fiscal, isto é, a articulação das “partes” (Estados e Municípios) com o “todo” (Nação) por intermédio de um Governo Central ou Federal<sup>115</sup>, no qual se pode identificar duas vertentes: A primeira critica a atual descentralização de recursos defendendo um reforço financeiro da União: “por um lado porque as unidades subnacionais aumentaram sua participação nas receitas nacionais, sem contudo assumirem as competências e encargos sociais que lhes cabem; por outro, em face da crise financeira da União, seria necessário elevar os recursos do governo federal, dando-lhe condições para a implementação de políticas macroeconômicas consistentes. Para agravar a situação descrita acima, Estados e Municípios não vêm pagando suas antigas dívidas com a União, além de insistirem desmesuradamente nas transferências negociadas junto ao governo federal”<sup>116</sup>

Sobre esse tipo de argumentação, Dain faz a seguinte consideração:

“... geralmente considerada entre os equívocos da reforma constitucional de 1988 (está) a perda de receita tributária da União para os Estados e Municípios sem a concomitante descentralização de encargos do governo. Os dados disponíveis, no entanto, revelam o contrário”<sup>117</sup>.

A segunda vertente vê um avanço na Constituição de 1988:

“Instaura-se, portanto, o verdadeiro federalismo no Brasil, alicerçada na autonomia política tributária dos entes federativos.

---

<sup>115</sup> AFFONSO, Rui de Brito. *A Federação em Perspectiva*. São Paulo: FUNDAP, 1995

<sup>116</sup> Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. *Descentralização e Pacto Federativo*. Brasília: mimeo, 1993. p. 2

<sup>117</sup> DAIN, S. In: AFFONSO, Rui de Brito (Org.). *Federalismo no Brasil: Reforma Tributária e Federação*. São Paulo: Unesp, 1995. p.164

O processo de descentralização teria como principal virtualidade, a democratização do Estado em razão da maior proximidade entre os cidadãos e o Poder Público, possibilitando o controle e a participação efetiva da sociedade na elaboração de políticas públicas.”<sup>118</sup>

Essas duas teorias criam oposições, para a ENAP deveriam ser de complementaridade.

Uma das questões que aparece presente na discussão tributária brasileira é a questão da representação política dos Estados no Congresso e, se de alguma maneira esta representação impõe uma posição desfavorável, para determinadas regiões do país. Assim, serão analisadas a distribuição das cadeiras de Deputados e a distribuição das transferências tributárias entre os Estados.

Para realizar-se uma análise da questão da repartição horizontal<sup>119</sup> de recursos deve-se verificar, primeiramente, como esses recursos estão efetivamente distribuídos:

---

<sup>118</sup> ENAP. p. 2.

<sup>119</sup> A repartição horizontal refere-se a esferas do mesmo nível, isto é, repartição entre Estados e Municípios, quando se fala em repartição vertical, refere-se à repartição entre os diferentes níveis: União, Estados e Municípios.

**QUADRO 6**  
**TRANSFERÊNCIAS DA FPM E FPE (1991) - EM %<sup>120</sup>**

<b>Estado</b>	<b>Transferências FPE</b>	<b>Transferências FPM</b>
AC	3,42	0,55
AM	2,79	1,31
PA	6,11	3,61
AP	3,41	0,40
RO	2,82	0,86
RR	2,48	0,29
TO	4,34	1,56
MA	7,22	4,15
PI	4,32	2,52
CE	7,34	5,23
RN	4,18	2,48
PB	4,79	3,28
PE	6,90	5,18
AL	4,16	2,22
SE	4,16	1,40
BA	9,40	8,98
MS	1,33	1,51
MT	2,31	1,85
GO	2,84	3,62
DF	0,69	0,22
MG	4,451	3,18
ES	1,50	1,80
RJ	1,53	3,02
SP	1,001	3,26
PR	2,88	6,80
SC	1,28	3,91
RS	2,35	6,82
Norte	25,37	8,57
Nordeste	52,463	5,44
Centro- Oeste Oeste	7,17	7,20
N + NE + CO	85,00	51,21
Sudeste	8,48	31,26
Sul	6,52	17,53
SE + S	15,00	48,79
Total	100,00	100,00
Milhões de US\$	4.138,00	4.449,00

Fonte: Barrera e Roarelli, op cit.

Esses dados permitem algumas argumentações:

Pode-se verificar que o total das participações recebidas por Estados e Municípios se apresenta elevado quando se analisam as regiões Norte (25,37% de FPE e 8,57% de FPM); Nordeste (52,45% de FPE e 35,44% de FPM) e Centro- Oeste (7,17% de FPE e 7,2% de FPM); totalizam assim: 85% de FPE e 51,21% de FPM.

Coomo se vê as transferências de FPM e FPE representam uma redistribuição de recursos entre as diferentes regiões do país.

Quando se analisam as transferências negociadas, também se verifica que há uma grande participação das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A participação dessas regiões apresenta-se, assim, de maneira mais elevada, mas não se pode concluir, por esses dados, que esta participação significa uma imperfeição do sistema tributário, uma vez que tais transferências visam justamente a diminuição das desigualdades regionais. Não se pode também, em princípio, afirmar que seja em função da má distribuição da representação de cada Estado na Câmara dos Deputados.

Veja-se a distribuição da representação entre as Regiões:

**QUADRO 7**  
**COMPOSIÇÃO DAS BANCADAS REGIONAIS NO**  
**CONGRESSO (1994)**

Eleitores nº	Eleitores %	(a)representação	(b)relação	(b/a)
Norte	5.809.498	6,14	65	10,58
Nordeste	25.434.565	26,85	151	5,62
Sudeste	42.174.832	44,90	169	3,76
Sul	15.199.708	16,04	77	4,80
C. Oeste	6.124.440	6,46	41	6,35
Total	94.743.043	100,0	503	

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1995

\* Excluindo eleitores no exterior

Pelos dados, verifica-se uma desproporção na representação; a região Sudeste possui a menor representação proporcional na Câmara dos Deputados, enquanto as maiores são as representações do Norte, Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente.

Para a ENAP (1988), essa desproporcionalidade é um dos problemas a ser enfrentado, pois nela está uma das falhas do sistema federativo;

Para Rezende (1995), há dois aspectos do federalismo brasileiro que devem ser destacados: as disparidades regionais e a forte tradição municipalista. No que se refere às desigualdades regionais, o autor ressalta que é a fonte do conflito entre um sistema tributário no qual ocorre pressão por autonomia dos Estados mais fortes economicamente e pressão por transferências dos Estados menos desenvolvidos.

Sobre a tradição municipalista, ressalta-se: “A força dessa tradição está hoje refletida no caráter singular assumido pela federação brasileira após a Constituição de 1988. Nela, os municípios foram reconhecidos como membros da federação, em pé de igualdade com os estados no que diz respeito a direitos e deveres ditados pelo regime federativo. As principais conseqüências desse fenômeno, do ponto de vista do federalismo fiscal, são o largo campo de competência impositiva dos municípios e instituição de transferências compensatórias federais semelhantes às que beneficiam os estados. A relativa independência dos municípios em relação ao poder público estadual, conferida pela posição singular que ocupam no sistema tributário brasileiro, é a causa de importantes distorções que acentuam os desequilíbrios verticais e horizontais na repartição da receita tributária nacional, tornando mais difícil a negociação de reformas capazes de sedimentar propostas de um novo equilíbrio federativo”<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> BARRERA, A. W.; ROARELI, M. op. cit. p 209

<sup>121</sup> REZENDE, F. Evolução da estrutura tributária: Experiências recentes e tendências futuras. In: Planejamento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IPEA, v. 13, 1996. p 7.

No que se refere à distribuição da participação dos Estados no Congresso não é essa, para o autor, a causadora das imperfeições verticais e horizontais do sistema federativo brasileiro: “Não foi o conhecido desequilíbrio da representação política no Congresso Nacional que desenhou o formato perverso hoje exposto pelo federalismo fiscal brasileiro, marcado por enormes desequilíbrios na repartição das receitas fiscais. É certo que a absoluta predominância de representantes das regiões mais pobres no Congresso Nacional, decorrente dos quocientes eleitorais previstos na Constituição e o número mínimo de representantes de cada Estado na Câmara Federal, amplia o conflito de interesses entre aqueles que defendem a descentralização de competências e os que querem a descentralização da arrecadação.”<sup>122</sup>

Sobre a reforma tributária de 1988 e disputa de competências: “Em 1988, o conflito foi solucionado à custa do esvaziamento do governo federal, que, por razões ditadas pela conjuntura política do momento, manteve-se à margem das negociações que conduziram ao desenho do novo sistema. O tardio reconhecimento pelo governo federal dos problemas criados pela omissão da época e o aumento da capacidade de resistência de Estados e Municípios a mudanças que, a seu juízo, firmam seus interesses explicam, em boa medida, as dificuldades do momento”<sup>123</sup>

### **3- AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE REFORMA TRIBUTÁRIA:**

O quadro analisado no tópico acima permite verificar quais as principais críticas atribuídas à reforma tributária de 1988. Um dos principais pontos não estabelecidos na reforma de 1988 exige um maior debate e, conseqüentemente, uma melhor definição das competências de cada esfera no fornecimento de serviços à sociedade e, mais do que isso, a própria falta de definição do papel que o Estado deve desempenhar na economia.

---

<sup>122</sup> Idem. Ibidem.

<sup>123</sup> Idem. p. 9

Desde esta última Reforma Tributária, muitas propostas têm sido elaboradas. Pretende-se, aqui, analisar brevemente as duas propostas que estão em maior evidência no momento: a proposta elaborada pelo Executivo (PEC - Proposta de Emenda Constitucional 175/95) e a proposta FIPE/FIESP que, apesar de elaborada desde 1992, voltou a ser debatida pela FIESP no “Fórum das Reformas: O Brasil tem pressa”, realizado em junho deste ano.

### **A Proposta do Executivo (PEC - Proposta de Emenda Constitucional 175/95)**

A argumentação principal da proposta do Executivo centra-se na necessidade de excluir impostos que se apresentam em duplicidade, aumentando o “Custo Brasil”.

“Essa proposta de emenda à Constituição visa melhorar a qualidade do sistema tributário brasileiro, mediante quatro objetivos fundamentais:

- a) simplificar o referido sistema, aumentando sua economicidade para o fisco e para o contribuinte;
- b) facilitar o combate à sonegação e as injustiças por ela criadas;
- c) diminuir o Custo-Brasil e ampliar a competitividade de nossa economia;
- d) permitir uma distribuição social mais justa da carga tributária”<sup>124</sup>

Para isso, propõe-se a eliminação de existência concomitante do IPI e do ICMS, extinguindo-se o IPI e criando uma alíquota federal sobre o ICMS.

As principais características desse novo tributo seriam:

**Base:** atividades primárias e secundárias, o comércio e o serviço de comunicação e de transportes interestadual e intermunicipal;

**Alíquotas:** para cada bem incidiria uma alíquota federal e uma estadual;

---

<sup>124</sup> MALAN, Pedro; SERRA, José; JOBIM, Nelson. Proposta de Emenda Constitucional n.º 175/1995. Brasília: Diário do Congresso Nacional, Seção I, 18 de agosto de 1995.

**Característica das alíquotas:** uniformes por mercadoria ou serviço em todo o território nacional, podendo ter valores diversos, mas com a soma igual; Ex:

Produto “X”:

	Alíquota Estadual	Alíquota Federal	Total
Estado “A”	12%	6%	18%
Estado “B”	14%	4%	18%

**Fiscalização:** integrada, mas com cada unidade responsável pela sua;

**Comércio exterior:** todas as importações desoneradas

**Fixação das alíquotas estaduais e federais:** de competência do Senado.

É importante destacar que não é objetivo dessa reforma alterar a carga tributária atual que (segundo a proposta) se encontra próximo a 28% do PIB; também não é objetivo alterar a repartição de receitas entre as esferas federativas. A unificação do IPI com o ICMS apresentaria uma simplificação, mas não alteração de receita para Estados ou União. Da mesma forma, os critérios de transferência de ICMS dos Estados para Municípios não serão alterados, nem os de distribuição de FPM e FPE.

Na proposta, é ressaltado que as alterações podem ser classificadas em 3 grupos: justiça fiscal, combate à sonegação e adequação do sistema à abertura externa.

### **A PROPOSTA FIPE/FIESP**

A proposta da FIPE/FIESP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) baseia-se na argumentação de que o atual sistema tributário brasileiro apresenta-se de maneira ineficiente, observada dos seguintes aspectos:

“ I - apesar da criação de um grande número de imposto e contribuições nos últimos anos, a arrecadação tem-se mostrado inelástica ao longo do tempo;

II - a complexidade do sistema leva a uma grande perda de

recursos envolvidos em fiscalização, inchaço de departamentos tributários nas empresas, ampliação de despesas com pendências jurídicas, entre outros;

III - a elevação dos custos das empresas que perdem competitividade a nível internacional, impactando negativamente o saldo comercial, tanto pelo estímulo às importações como pelo desestímulo às exportações;

IV - penalização da renda proveniente do capital, desestimulando os Investimentos;

V - encarecimento dos recursos financeiros, dificultando ainda mais os Investimentos;

VI - oneração excessiva do fator trabalho, estimulando a informalização do mercado de trabalho”<sup>125</sup>

Feitas essas argumentações, a proposta tem como objetivo eliminar todos os impostos cumulativos, eliminar impostos sobre exportações e investimentos e diminuir a incidência de impostos no processo produtivo, o que reduzirá o “Custo Brasil”.

No que tange às transferências de receitas a proposta prega a redução e posterior eliminação das transferências automáticas realizadas pela União para Estados e Municípios, sendo que cada esfera deve cobrar diferentes tipos de impostos: União- Imposto sobre renda; Estados - imposto sobre consumo, Municípios - Imposto sobre propriedade e parcela de transferência do Imposto sobre consumo (IVV) de competência dos Estados.

Acredita-se que esse sistema estabelecerá uma maior harmonização do Federalismo:

“A proposta aqui apresentada busca a pluralidade dos centros de poder soberanos, com definição clara das competências tributárias. O modelo federativo da Constituição de 1988 estimulou uma política distorcida de transferências e dotações orçamentárias, e a não exploração das bases tributárias próprias pelos estados e municípios. Um novo federalismo é estabelecido pela: Eliminação das transferências federais automáticas, num

---

<sup>125</sup> REVISTA DA INDÚSTRIA. *Reformas : O Custo do Atraso*. São Paulo : FIESP, edição especial, 1997. p.10.

prazo a ser determinado; Mecanismos de transferências de renda diretamente à população carente; Estímulo à eficiência dos Estados e Municípios para geração de seus recursos, pela otimização de suas bases tributárias próprias”.<sup>126</sup>

Para o Imposto de Renda, as modificações devem ser na elevação da alíquota média e aumento de progressividade, aumentando-se também o total de contribuintes tributados. O ICMS, IPI e ISS são unificados e formam o IVV - Imposto sobre Vendas a Varejo. O IPTU é unificado ao ITR

Nesta proposta, os impostos estariam expressos da seguinte maneira em termos de participação no PIB:

<b>TRIBUTO</b>	<b>PARTICIPAÇÃO % do PIB</b>
Imposto de Renda	10,0
Impostos Indiretos	10,5
Vendas a Varejo	9,0
Seletivos Federais	1,5
Patrimônio/Propriedade	1,5
Comércio Exterior	0,5
Total	22,5

Fonte: Revista da Indústria, 1997:27

A redução que a proposta representa na atual carga tributária (30% segundo a FIESP) seria compensada via dinamismo da economia e aumento de consumo/produção e investimentos, devido à redução dos impostos.

#### **4 - ANÁLISE:**

Analisando as propostas, fica evidente a grande preocupação que ambas contêm quanto à redução do “Custo-Brasil”, isto é, do ônus que incide sobre a produção, dadas as características do sistema tributário brasileiro, que apresenta uma grande carga de

<sup>126</sup> **FIPE** - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Proposta FIPE: Reforma Fiscal*. São Paulo : mimeo, 1997. p. 26

impostos indiretos. Dessa maneira, as propostas apresentam uma evolução da atual configuração tributária.

A proposta da FIESP/FIPE caminha na mesma direção das modificações que se têm visto em outros países, procurando diminuir Imposto de Renda sobre a atividade produtiva e aumentando o imposto sobre consumo. Essa proposição é justificável devido a grande mobilidade de capitais em uma economia em que cada vez mais os capitais buscam melhores condições de remuneração, sendo o Imposto de Renda incidente sobre Investimentos/Lucros um desincentivo ao Investimento no Brasil.

Assim, continuando na mesma linha de argumentação que já se vinha trabalhando, vê-se que a preocupação com a redução do “Custo-Brasil” vem ao encontro da questão política do momento, isto é, cada vez mais se prega um “Estado Mínimo” que não deve intervir no sistema produtivo da economia, ficando apenas com o papel de regulador. Juntamente com isso, se acompanha a defesa de uma economia mundialmente integrada, sendo que o sistema tributário é visto como um ônus sobre a produção brasileira.

A eliminação da sobreposição do IPI e ICMS está presente nas duas propostas, mas a saída apontada é diferente: Na proposta do Executivo, o IPI deve ser extinto, criando-se uma alíquota federal sobre o ICMS. Nessa proposta, não há mudança na receita proveniente desses tributos para cada esfera, mantendo-se a transferência que os Estados fazem para os Municípios. Para a FIPE/FIESP, o IPI e o ICMS, juntamente com o ISS, devem ser unificados, originando o IVV, incidindo sobre o consumo e de competência dos Estados, matendo-se as transferências para os Municípios e a União deixando de ter participação.

Outra preocupação presente nas duas propostas é a criação de mecanismos que evitem a guerra fiscal.

A proposta do Executivo busca 1 - corrigir falhas da Reforma de 1988, mas sem alterações na repartição e competência de receitas, 2- a eliminação de impostos cumulativos e 3 - a melhoria do sistema de arrecadação

Na proposta da FIESP, entretanto, a questão da repartição das receitas é alterada, não havendo mais a existência de transferências diretas. Não fica claro qual seria a nova participação de cada esfera na receita tributária. É justamente nesse ponto da proposta que se pode estabelecer maior crítica: a não contemplação de questões como políticas nacionais voltadas a regiões menos desenvolvidas, que fazem grande uso das transferências como FPM e FPE (como demonstrado no quadro 6 - 52,46% do montante total de FPE destinam-se; ao Nordeste 52,46% do FPE e 35,44% do FPM, aos Estados e Municípios, respectivamente).

É importante destacar que, para alguns Municípios, economicamente mais pobres, o percentual de transferência do FPM chega a representar mais de 90% da receita. Alguns podem argumentar que não cabe aos Municípios e Estados mais ricos “carregarem o ônus” de sustentar outros Estados e Municípios. Entretanto, é inegável a necessidade de solucionar-se esse problema, não podendo pensar-se em simplesmente romper com o sistema de transferências dentro do país.

De qualquer maneira, nenhuma das duas propostas trata a questão da repartição de receitas da maneira como se deve, rediscutindo o papel de cada esfera na economia e no fornecimento de serviços. Essa discussão é imprescindível à Reforma Tributária, pois, se no período posterior à Constituição de 1988, houve a argumentação de que ocorreu transferência de recursos sem que houvesse a mesma transferência de competências para os Municípios, hoje, acompanha-se o debate de transferência de diversos serviços e áreas para o Município, tais como, educação, segurança e outros, sem que haja o mesmo debate acerca das receitas. Desse modo, incorre-se, novamente, no mesmo risco da reforma de 1988: o estabelecimento de um sistema tributário sem a definição clara das competências e execução de políticas em cada esfera.

Acredita-se, assim, haver alguns pontos fundamentais a serem discutidos junto com a reforma tributária:

A) Qual é o papel a ser desempenhado por Estados, Municípios

e pela União na economia brasileira? De que maneira será organizado esse federalismo? Como compatibilizar descentralização administrativa e realização de políticas macroeconômicas?;

B) Como resolver o problema da descentralização na arrecadação tributária e das desigualdades regionais? Pois, se de um lado, o sistema de transferências da União para Estados e Municípios existente, atualmente, favorece regiões mais pobres, de outro lado, não se pode simplesmente pensar no corte de transferências, que teria impactos tanto econômicos como sociais agravando as desigualdades regionais.

C) Como o Brasil pretende posicionar-se, no que se refere ao sistema tributário, perante a formação de blocos econômicos e perante a globalização? A carga tributária brasileira deve ser reduzida para beneficiar um possível superávit na Balança Comercial?

D) Qual o papel a ser desempenhado pelo Governo Central? Como o Estado vai posicionar-se diante das modificações decorrentes da globalização, que as políticas macroeconômicas tendem a ser cada vez mais homogêneas?

E) Como deve ser a representação política dos Estados na Assembléia Legislativa e no Senado, de maneira que se evitem uma composição desigual e constantes disputas por receitas, sem a correspondente discussão das necessidades e obrigações dos Estados e Municípios?

Sem a discussão clara desses pontos incorre-se no risco de perder a chance de se fazer uma reforma tributária consistente e novamente atrelar a reforma a questões de favorecimento e barganhas políticas.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, J. Roberto Rodrigues. Ser ou não ser não é a questão. In: *Anais XXII Encontro Nacional de Economia*. São Paulo : Prol, 1994. v.2
- AFFONSO, J. Roberto Rodrigues, VILLELA, R. *Estimativa de carga tributária no Brasil em 1990 e sua evolução nas duas últimas décadas*. Boletim conjuntural. Rio de Janeiro, 1991. n. 13.

- AFFONSO, R. B. (Org.). *Federalismo no Brasil : Reforma Tributária e federação*. São Paulo : Unesp, 1995.
- AFFONSO, R. B., SILVA, P. L. B. *A Federação em Perspectiva*. São Paulo : FUNDAP, 1995.
- BRUGINSK DE PAULA, Tomás. *Centralização Fiscal e políticas públicas no Brasil*. São Paulo : FUNDAP/IESP, 1988.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. 17. ed. São Paulo : Saraiva, 1997.
- Escola Nacional de Administração Pública -ENAP, *Descentralização e Pacto Federativo*. Brasília, 1993. (mimeo.)
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. *Proposta FIPE : Reforma Fiscal*. São Paulo, 1997. (mimeo)
- LONGO, C.A. Distribuição dos gastos e receitas públicas entre níveis de governo : um enfoque econômico. In: *Revista de Finanças Públicas*. Brasília, n 359, jan./março 1987, p.16-29.
- MALAN, Pedro Sampaio, SERRA, José, JOBIM, Nelson. *Proposta de Emenda Constitucional nº 175/95*. Brasília : Diário do Congresso Nacional, Seção I, 18 de Agosto, 1995.
- MONTORO FILHO, André. Federalismo e Reforma fiscal. In : *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 14, n. 3, 1994, p. 20-30.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Crise, reforma e desordem do Sistema Tributário Nacional*. Campinas : Editora da Unicamp, 1995.
- \_\_\_\_\_, *Reforma Tributária de 1966 e acumulação de capital no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1991.
- REVISTA DA INDÚSTRIA. Reformas : *O Custo do Atraso*. São Paulo : FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS, 1997. (edição especial)
- REZENDE, Fernando. Evolução da estrutura tributária : Experiências recentes e tendências futuras. In : *Planejamento e Políticas públicas*. Rio de Janeiro : IPEA, 1996. v. 1. p. 7-30.
- \_\_\_\_\_, *O Processo de Reforma Tributária*. Texto para discussão. Rio de Janeiro : IPEA, v. 396. 1996.
- \_\_\_\_\_, Federalismo fiscal no Brasil. In : *Revista de Economia Política*, São Paulo, 1995. , v. 15, n. 3, p 5-17.
- SEADE. A Reforma Tributária de 1988 e os municípios do Estado de São Paulo. In: *Coleção Estudos Municipais nº 1*. São Paulo : SEADE, 1993.
- SERRA, José e AFONSO, José Roberto F. Finanças Públicas Municipais - Trajetórias e Mitos. In : *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, out./nov., 1991.
- SIMONSEN, Mário Henrique. O Princípio federativo no Brasil. In : *Estudos*

*Econômicos*, São Paulo, v. 23, n. especial, 1993. p. 7-15.

VELLOSO, Raul Wagner dos Reis. Origem e dimensões da crise fiscal brasileira, In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 23, n. especial, 1993. p. 17-24.



O PROJETO PEDAGÓGICO COMO RECURSO DE TREINAMENTO E  
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS NA I.E.S.

*THE PEDAGOGIC PROJECT AS TRAINING RESOURCE AND  
OF HUMAN RESOURCES DEVELOPMENT IN TO I.E.S.*

Lucy Daun QUEIROZ<sup>127</sup>

---

RESUMO: O artigo faz uma tentativa no sentido de apresentar as tarefas de explicitação e implementação do Projeto Pedagógico como meio de promover treinamento e desenvolvimento de Recursos Humanos, segundo Chiavenato, bem como estratégia de Desenvolvimento Organizacional conforme descrição de Davis e Newstron, nas Instituições de Educação Superior.

---

**UNITERMOS:**

Projeto Pedagógico - Treinamento E Desenvolvimento De Recursos Humanos - Desenvolvimento Organizacional - Explicitação E Implementação De Projeto Pedagógico.

**ABSTRACT**

This article deals with the presentation of the duties of explanation and implementation of a pedagogical project as means to promote human resources training and development, according to Chiaventato, as well as organizational development strategy, in the third grade institutions, according to Davis and Newstron.

---

<sup>127</sup> Chefe do Departamento do Curso de Pedagogia e Mestranda do curso de Ciências Gerenciais e Contábeis – área de concentração : Gestão Educacional, na Universidade de Marília – Unimar – SP.

## UNITERMS

Pedagogical Project, Human Resources training and development, Organizational Development, Explanation and Implementation of a Pedagogical Project.

### **I. A EXPLICITAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO FRENTE AOS PROBLEMAS E OBJETIVOS DO TREINAMENTO PREVISTOS POR CHIAVENATO.**

As pessoas constituem o recurso dinâmico de todas as organizações e esta característica é maximizada numa Instituição de Ensino Superior, quando a missão da empresa educacional é alcançada: o processo ensino-aprendizagem direcionado à formação de profissionais. Nas organizações que têm como objetivo a apropriação do conhecimento, desenvolvimento de habilidades e competências de seus clientes, produzir o conhecimento através das pesquisas, de modo em geral pode ser observada uma aptidão natural de seus profissionais para o desenvolvimento.<sup>128</sup>

O mesmo autor relata as três ordens de problemas com os quais se preocupam a Psicologia Industrial e a Psicologia Organizacional, com referência ao treinamento:

“1. Quais são os fatores que influem sobre o desempenho do indivíduo no trabalho?

2. Quais são os fatores que influem sobre a satisfação do indivíduo com o trabalho?

3. *Que métodos e procedimentos podem ser usados, a fim de maximizar o desempenho no trabalho e a satisfação com o trabalho?*”<sup>129</sup>

Nas empresas, o treinamento e desenvolvimento de pessoal preocupam-se basicamente com a terceira ordem de problemas e,

---

<sup>128</sup> O desenvolvimento é aqui entendido como “a capacidade de aprender novas habilidades, obter novos conhecimentos e modificar atitudes”.

CHIAVENATO, I. *Recursos Humanos*. São Paulo : Atlas, 1988. p.284

<sup>129</sup> Idem. p. 285.

numa Instituição de Ensino, este problema constitui-se numa preocupação primordial, tendo em vista que do desempenho e satisfação no trabalho de Chefes de Departamento e Professores dependem o sucesso da organização na consecução de seus objetivos.

Muitas estratégias têm sido colocadas em prática com o propósito de treinar e aperfeiçoar o pessoal docente, quer nas instituições públicas, quer nas particulares. A escassez ou inadequação das avaliações das práticas usuais não nos permite aquilatar os resultados efetivos dos treinamentos com conteúdos determinados “de cima para baixo”. Em geral, os chefes ou diretores fazem as opções a respeito dos conteúdos que devem ser estudados nos programas de treinamento e os docentes são **convocados** a participar dos mesmos. A **participação** permitida, na maioria dos casos, se resume aos questionamentos e colocações durante as aulas ou sessões de treinamento. Entidades de classes e instituições públicas promovem os “simpósios” e “encontros” que, sem dúvida, oferecem grande contribuição para o estudo e aprofundamento de um tema específico, mas questiona-se o seu alcance efetivo na melhoria do desempenho do docente.

Nossa opinião é que “o fazer” do professor, a sua atividade cotidiana na sala de aula, no laboratório ou na oficina, com o objetivo de fazer com que o aluno se aproprie de conhecimentos e domine competências, não chega a ser discutido nas práticas usuais de treinamento e desenvolvimento citadas. E a frustração normalmente ocorre durante e após a realização desses cursos, que nem sempre respondem aos problemas enfrentados pelos docentes e, em decorrência disto, deixam de apresentar resultados práticos de melhoria do trabalho. Além disso, é preciso considerar que o trabalho docente deve ser encarado em seu caráter de tarefa que deve resultar de reflexão, trocas e decisões coletivas, com efetivação através do trabalho individual e coletivo em que todos seguem as mesmas diretrizes programadas.

Em decorrência desta posição, a prática do planejamento educacional demonstrou a necessidade de elaboração de Propostas Educacionais ou Projetos Pedagógicos que indicassem

a direção comum do trabalho docente do curso, com vistas a um perfil desejável ao seu egresso. Com referência aos cursos profissionalizantes, que são a maioria dos cursos superiores, a tarefa de formar profissionais deve aliar competência profissional a uma consciência crítica e ética.

A explicitação do perfil implica na reflexão do grupo de professores, profissionais e coordenadores, a respeito do **cidadão** e do **profissional** que a instituição pretende formar. Implica em posicionamento filosófico e político para com a sociedade em que o profissional irá atuar.

O perfil do cidadão (geral) requer a definição dos **valores** que se pretende ressaltar através do ensino e da ação educativa. Implica, igualmente, na reflexão a respeito do **ser humano** que a sociedade necessita para o próximo milênio. Aqui poderão ser levantadas as características e requisitos pessoais, bem como os traços de personalidade considerados desejáveis, assim como as atitudes e habilidades consideradas socialmente positivas.. Questões como a ética, as atitudes frente ao sexo, à saúde, ao meio ambiente devem ser consideradas. Quanto ao perfil do profissional que atuará no terceiro milênio, há necessidade de considerar a natureza da profissão e a velocidade do progresso da ciência, do conhecimento e da tecnologia. Mais do que simplesmente “assimilar conteúdos”, o futuro profissional terá necessidade de enfrentar constantes desafios, estar preparado e motivado para desenvolver a pesquisa e buscar continuamente novos conhecimentos e adquirir novas habilidades. Ele precisará estar preparado para lidar com uma nova clientela e com uma tecnologia hoje imperscrutável.

Explicitado o perfil, a equipe de professores, profissionais e coordenadores de cada curso precisa operacionalizar a sua Proposta Educacional, ou Projeto Pedagógico, refletindo sobre a adequação das ementas e programas de cada uma das disciplinas, tendo em vista o perfil proposto. Além da contribuição individual de cada disciplina, merecem atenção os aspectos interdisciplinares e a atuação conjunta de professores e alunos ao longo do curso, de modo a assegurar, progressivamente, a apropriação de

conhecimentos, habilidades, atitudes e competências previstos no perfil. E, finalmente, refletir sobre a avaliação do processo de ensino - processo e produto - de modo a verificar se os objetivos propostos estão sendo atingidos. Os aspectos técnicos e os aspectos políticos que envolvem a avaliação precisam ser conhecidos e refletidos para que as práticas sejam eficazes.

Toda a tarefa de explicitação do projeto Pedagógico requer, da equipe de profissionais responsáveis por um curso, estudo e reflexão, num trabalho coletivo de revisão de práticas, desenvolvimento de novas habilidades e modificação de atitudes. Traz em seu bojo a mudança com uma meta comum: a melhoria da qualidade de ensino. Tais tarefas oferecem oportunidade ímpar de “treinamento” de professores em serviço, sob uma nova perspectiva.

O conteúdo do treinamento não é imposto de cima para baixo, nem decidido *a priori* por um grupo de especialistas. Ele é reclamado pelos professores durante a realização do trabalho de explicitar e implementar a proposta educacional. As sessões de estudo surgem espontaneamente e as reuniões são solicitadas pelos docentes que as encaram como necessárias para a execução das tarefas.

Buscando fundamentação em Chiavenato<sup>130</sup>, verificamos que o processo de treinamento, proposto sob um novo enfoque, busca atingir os quatro tipos de mudanças de comportamento defendidos pelo grande mestre:

### **1. TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÕES:**

Uma vez que os professores e profissionais necessitam de estudo de textos sobre educação, para servirem de subsídios ao trabalho de elaboração da proposta do curso, estes adquirem novos conhecimentos ou atualizam-se através da leitura, discussão e reflexão.

---

<sup>130</sup> Idem. p.288

## 2.DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES:

A elaboração das ementas, programas - tarefa muitas vezes executadas individualmente - por exigência do Projeto Pedagógico passa a ser uma tarefa executada em grupo e com metas comuns: o perfil de cidadão e profissional que a equipe quer formar. Os docentes desenvolvem novas habilidades com relação a tais tarefas, porque a participação de cada disciplina, em um determinado momento e ao longo do curso, será pensada conjuntamente e de forma interdisciplinar com outras, para que assegurem a qualidade de ensino ministrada e a direção dimensionada no perfil.

## 3.DESENVOLVIMENTO E MODIFICAÇÃO DE ATITUDES:

É principalmente com relação ao processo de avaliação do rendimento escolar dos alunos que tais mudanças estão previstas. Entre os problemas educacionais que precisam ser resolvidos, sem dúvida, a avaliação do processo de ensino é o que precisa ser equacionado na maioria das instituições. Há o caráter autoritário da avaliação, em que o aluno não participa do processo, não tem espaço de contestação e o percebe com medo e tensão, o que acarreta alienação e, em conseqüência, respostas conhecidas como: “cola”, “bajulação”, e “decoreba”, conforme comprovam diversos estudos, especialmente o de De Sordi<sup>131</sup>.

Outro aspecto que requer mudanças de atitude na avaliação é o da utilização de seus resultados: para o professor, eles podem indicar a necessidade de revisão de práticas em seu trabalho e, para o aluno, indicar a necessidade de estudos, para recuperação. As reflexões sobre a avaliação da aprendizagem devem conduzir a diversas mudanças de atitudes, entre as quais enumeramos algumas:

- a) não só o “quanto” os alunos aprenderam está sendo medido, mas também, a qualidade do **processo de ensino**;
- b) a apropriação do conhecimento, isto é, o “saber” e as

<sup>131</sup> DE SORDI, Mara Regina. *A prática de Avaliação no Ensino Superior: uma experiência na enfermagem*. São Paulo : Cortez; Campinas : Pontifícia Universidade

“competências” dominadas devem ser mais valorizadas que a “nota”;

c) os resultados da avaliação devem ser discutidos e utilizados para a melhoria do processo pelos interessados: professores e alunos;

d) os instrumentos de avaliação devem ser adequados aos conteúdos e ao tempo destinado à avaliação;

e) o processo de avaliação deve ser justo, coerente e ético.

#### **4. DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS:**

Todos os aspectos discutidos nos três tipos anteriores de mudanças, propostos por Chiavenato, e que se aplicam às situações educacionais, nos permitem inferir que novos conceitos e novas práticas são dominados pelos educadores num trabalho assim direcionado.

Chiavenato<sup>132</sup> trata dos objetivos a serem atingidos com o treinamento e que podem ser semelhantes aos almejados com a mudança de enfoque proposta neste trabalho:

1. preparar o pessoal para execução imediata das diversas tarefas peculiares à organização;

2. proporcionar oportunidades para o contínuo desenvolvimento pessoal, não apenas em seus cargos atuais, mas também para outras funções para as quais a pessoa pode ser considerada;

3. mudar a atitude das pessoas, com várias finalidades, entre as quais criar um clima mais satisfatório entre empregados, aumentar-lhes a motivação e torná-los mais receptivos às técnicas de supervisão e gerência.”

A descrição das tarefas desenvolvidas na explicitação do Projeto Pedagógico permite-nos acreditar que o primeiro objetivo proposto pelo autor é perseguido pela instituição educacional, em sua tarefa peculiar, porque os professores executam com os alunos as atividades previstas no projeto. Por outro lado, o ato de estudar, refletir em equipe, planejar e avaliar, leva a um

---

<sup>132</sup> CHIAVENATO, I. op. Cit. p.289

contínuo desenvolvimento do pessoal docente, demonstrando que o segundo objetivo também se coloca como alvo de um treinamento assim direcionado. As chefias e diretorias podem ser requisitadas entre os professores, quando ocorrem substituição e o treinamento pode funcionar como estágio preparatório dos mesmos para assumir funções de comando e supervisão. O terceiro objetivo proposto, isto é, garantir mudanças de atitudes e melhoria do clima entre docentes e maior receptividade às técnicas de supervisão, parece ser perseguido com maior ênfase. Isto ocorre porque, como já se registrou anteriormente, o sucesso da missão precisa ser uma aspiração compartilhada por todos e a dificuldade individual é minimizada com a concorrência do pessoal especializado, encarregado da supervisão.

## **II. EXPLICITAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E D.O. (DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL), SEGUNDO DAVIS E NEWSTON.**

O treinamento, dentro do enfoque proposto neste trabalho, parece funcionar, embora a abordagem não tenha sido intencionalmente escolhida e planejada no início das atividades, com a estratégia de intervenção de Desenvolvimento Organizacional descrita por Davis e Newstron...<sup>133</sup> Para estabelecer a analogia das características do Desenvolvimento Organizacional e as tarefas de explicitação e implementação do Projeto Pedagógico, parte-se da experiência vivenciada na Universidade de Marília, localizada em Marília, S.P.

Uma descrição inicial do processo se faz necessária para esclarecimento do leitor. A idéia de explicitar Projetos Pedagógicos nos trinta e três cursos, reunidos em nove faculdades, constou da pauta de reunião presidida pela Pró-Reitora de Graduação, no início de agosto de 1996.

Participavam da reunião todos os diretores de faculdades, a Pró-Reitora de Assuntos Comunitários, todos os chefes de

---

<sup>133</sup> DAVIS, K. ; NEWSTRON, J. W. *Comportamento humano no trabalho*. São Paulo : Pioneira. 1996. p.64.

departamento e o Secretário geral da instituição. A decisão de elaborar projetos, dentro de um roteiro não muito ambicioso, mas únicos e que brotassem de discussões internas, mereceu aprovação unânime. Das experiências de outras instituições, nossa Universidade aproveitaria os textos produzidos referentes aos assuntos que interessassem e trouxessem luz aos problemas e temas educacionais. Nessa reunião, levantou-se, inclusive, um diagnóstico da situação em que se encontrava o ensino na Universidade, quando foram apontados os seguintes problemas:

1. A idéia de um perfil de profissional estava bastante clara para cada um dos diretores e chefes de departamento, norteava o planejamento, mas não se encontrava explicitado.

2. O planejamento era executado pelos professores, em reuniões estabelecidas no Calendário Escolar, mas o trabalho se revestia de caráter individual e não de trabalho em equipe, de modo a assegurar o relacionamento, a ordenação e a seqüência das ações educacionais em uma mesma turma, ou no decorrer do curso.

3. As questões referentes à avaliação do rendimento escolar dos alunos precisavam ser objeto de reflexão e aperfeiçoamento;

4. O corpo docente é de excelente qualidade e experiente e, na maioria dos cursos, possui titulação, mas seu trabalho não tem sido avaliado através de procedimentos sistemáticos.

Todos os problemas citados poderiam ser equacionados através do esforço coletivo de explicitação e implementação de uma proposta educacional abrangente, com a efetiva participação dos agentes educacionais da instituição.

Após esse relato de uma experiência vivenciada na Universidade de Marília, estabelece-se analogias entre os procedimentos na explicitação e implementação do projeto Pedagógico, com as características do Desenvolvimento Organizacional que, segundo Davis e Newstron, devem ser: orientação sistêmica, valores humanísticos, utilização de agentes de mudanças, solução de problemas, retorno (*feedback*), orientação casual, aprendizado experimental, intervenção em diversos níveis.

A característica de **orientação sistêmica** pôde ser demonstrada na fase de elaboração do Projeto Pedagógico, porque as ações que se desencadearam provocou interação dos diversos setores da Universidade em busca da eficácia do processo ensino-aprendizagem. Por outro lado, a elaboração do Projeto Pedagógico se baseou fundamentalmente em **valores humanísticos**, que são as convicções sobre o potencial e o desejo de crescimento dos professores e outros profissionais que atuam nos cursos, aproveitando as contribuições que eles podiam oferecer para a melhoria da qualidade dos mesmos cursos. Durante o trabalho, percebeu-se crescimento, colaboração, comunicações abertas, divisão de poder e contribuições espontâneas de material, textos, relatos e um bom relacionamento entre os professores e as chefias.

Outra característica de D.O., identificada nos processos envolvendo o Projeto Pedagógico, foi a **utilização de agentes de mudanças**. Como a opção, conforme relato anterior, foi pela utilização do pessoal interno do UNIMAR, que se pode identificar agentes de mudança que emergiram das próprias tarefas. Ao lado dos chefes de departamento, alguns professores se despontaram como catalisadores, provocando discussões que levassem à mudança nos cursos. Esse exercício do papel de facilitadores, talvez porque a liderança tenha surgido naturalmente do próprio corpo docente, não foi seguido do processo de rejeição ou resistência, mas, sim, o de confrontação construtiva. Pode-se citar o que ocorreu em diversos cursos, porém, o mais característico deu-se no de Agronomia.

A característica de **solução de problemas** pode ser identificada pelas ações desenvolvidas para garantir o trabalho de equipe dos professores do mesmo curso, em substituição ao trabalho individualizado. É preciso ressaltar que esta mudança está sendo implementada gradativamente, num grande esforço de superação de uma dificuldade encontrada em nossa instituição e, talvez, comum às demais.

Na fase de implementação do projeto Pedagógico, encontra-se em testagem um processo de avaliação do trabalho docente através

de questionários e entrevista aberta. O trabalho do professor é avaliado pelos alunos, pelo chefe de departamento e através da auto-avaliação. Os alunos avaliam o trabalho dos professores semanalmente, através de uma questão aberta, cuja resposta fornecem por escrito e, bimestralmente, através de um questionário mais completo em que se avaliam também outros profissionais e outros setores da Universidade. O **retorno** é dado aos professores semanalmente, bem como ao final do bimestre, o que lhes fornece um quadro de como são vistos pelos alunos, para encorajá-los a tomarem atitudes de autocorreção, processo identificado como uma das características de D.O.A **orientação casual**, prevista no D.O. como situacional e orientado para a contingência, aplica-se à situação de implementação do Projeto Pedagógico, dadas as características de flexibilidade de que se reveste o processo. Da mesma forma, ocorre o **aprendizado experimental** e a **intervenção em diversos níveis**, tendo em vista que as equipes de professores, chefias e profissionais aprendem novas performances de trabalho, vivenciando-as e aprendendo com a própria experiência. Além disso, a busca da eficácia do processo de ensino e da melhoria da qualidade no trabalho é um processo de aprendizagem constante, que exige a atuação dos profissionais em equipes, num processo contínuo de avaliação, retorno e aperfeiçoamento, através de relações cooperativas de trabalho e integração do pessoal com a tecnologia disponível (laboratórios, oficinas etc.), estrutura e ambiente.

## CONCLUSÃO

No início do artigo colocou-se em dúvida a eficácia das práticas tradicionais de treinamento de professores ,em que se ministram “cursos” com conteúdos estabelecidos *a priori* por um grupo de especialistas. Embora não existam dados de avaliação disponíveis, é difícil acreditar que essa modalidade de treinamento assegure melhoria do trabalho docente, porque não ataca dois problemas essenciais. Primeiro, não atende às expectativas e necessidades reclamadas pelos próprios professores e, segundo, não tenta solucionar a questão referente ao caráter de trabalho individual

dos docentes para transformá-lo num trabalho de equipe. Nossa tentativa foi a de demonstrar que as tarefas de explicitação e implementação de Propostas Educacionais mais abrangentes oferecem oportunidades excelentes para o treinamento em serviço dos profissionais de ensino, na medida em que os próprios professores reclamam a necessidade de atualização em alguns temas educacionais. Tais temas passam a se constituir em “conteúdos” para o treinamento. Há uma mudança de direção, porque a necessidade do treinamento e os seus conteúdos emergem do próprio grupo de professores que são os alvos do treinamento.

A mudança citada, no entanto, conforme demonstrada, caminha na direção do equacionamento dos problemas e dos objetivos do treinamento propostos por Chiavenato<sup>6</sup> e apresenta características de Desenvolvimento Organizacional descritas por Davis e Newstron.<sup>134</sup>

## BIBLIOGRAFIA

- CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos Humanos*. São Paulo : Atlas, 1988.
- DAVIS, Keith; NEWSTRON, Jonh W. *Comportamento Humano no Trabalho*. Trad. de Eunice Lacava Kuvasnicka. São Paulo : Pioneira, 1996.
- DE SORDI, Mara Regina. *A Prática de Avaliação no Ensino Superior: uma experiência na enfermagem*. São Paulo : Cortez; Campinas (SP): Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1995.
- RAFHAEL, Hélia Sônia. *Projeto Pedagógico: Uma Construção do Futuro. O Projeto Pedagógico do Seu Curso Está Sendo Construído Por Você? III Circuito PROGRAD*. Pró-Reitoria de Graduação da UNESP. São Paulo : UNESP, 1995.

---

<sup>6</sup> CHIAVENATO, I. op. cit. p.284-89

<sup>134</sup> DAVIS, K.; NEWSTRON, J. W. op. cit. p.63-6

## MOTIVAÇÃO HUMANA NO TRABALHO

### *HUMAN MOTIVATION IN THE WORK*

Cícero Félix da SILVA<sup>135</sup>

---

**RESUMO:** A motivação constitui uma força a impulsionar as pessoas. De que forma a mesma influencia nas ações do ser humano no contexto organizacional? Teorias motivacionais tentam explicar o fenômeno da integração, envolvimento e engajamento do homem no mundo do trabalho. Tratando-se de ser humano, não se deve levar em consideração, vários fatores: aspectos pessoal, psicológico, psicossocial, realização profissional, entre tantos outros. Para Taylor a remuneração e os métodos de trabalho bem direcionados traduzem uma eficácia para as organizações. Talvez devido a seu pioneirismo, o elemento humano, ficou em segundo plano. Críticas, em decorrência dos resultados obtidos, surgiram e novas teorias ganharam ênfase na da teoria da motivação: Elton Mayo defende a idéia de que a atenção dada aos trabalhadores contribuiria para o seu comprometimento com os objetivos das empresas. Entretanto, o pioneiro nesse assunto, Maslow, conseguiu definir uma ligação entre os motivos humanos com o trabalho realizado pelo homem. Estabelece uma seqüência para as necessidades humanas; as pessoas estão mais propensas a realizarem-se plenamente, a participarem de um grupo social, de se sentirem valorizadas, como conseqüência do engajamento humano nas organizações que proporcionam recursos e condições para atenderem as necessidades de cada um. Herzberg aprofunda o assunto: trabalha a temática dos fatores e satisfatores; verifica-se que depende do momento em que as pessoas estão vivendo. Mc.Clelland define a teoria da realização: as

---

<sup>135</sup> Professor da Disciplina de Administração, na UNIMAR. Mestrando do Curso de Pós-Graduação da UNIMAR.

pessoas devem ser orientadas para atingirem sua realização. O assunto motivação ganha novas abordagens e reflexões com a teoria da expectativa de Victor Vroom: com a premissa de que o esforço gera recompensa; e a teoria do condicionamento de Skinner que trata do assunto sob o prisma estímulo-resposta, estabelece que a influência do meio sobre as pessoas é fator determinante do estímulo ou não-estímulo, obtendo-se resposta dada positiva ou negativa. Archer desenvolve nova visão: descarta a hierarquia de Maslow, traduz motivação como força interior, resultante de uma necessidade; e para ele a satisfação a extingue naturalmente; surgindo a necessidade de se criar um satisfator, que influencie, de alguma maneira, na motivação das pessoas, que destaque a necessidade e a satisfação são elementos pessoais e intransferíveis.

---

### UNITERMOS

Motivação, Teoria da Expectativa, Teoria do Condicionamento, Motivação como força interior, Integração, Envolvimento, Engajamento.

### SUMMARY

Motivation constitutes a strength which impels people how does it influence human being's action in the organizational context? Motivational theories try to explain man's integration, wrapping and engagement phenomena in the world pf working: taking into consideration the human being, it should be thought of many factors such as: personal, psychological, psychosocial, professional accomplishment aspects. For Taylor remuneration and the methods of well directed work mean organization efficeincy. May be for his pionerism. Its human side was in second plan. Because of its results, criticisms sprang up and new theories arose. In the starting theory of motivation, Mayo Defends the idea that attention given to workers contributed to their compromise with the aims of the enterprises. Under this aspect the pioneer Maslow stated a linking with the human reasons to the work done by man. He states a sequence for human needs. He observed people are most prone to fully accomplish themselves, to participate with a social group, to feel themselves valuable as a consequence of human engagement to the organization

which supply resources and conditions in order to attend each one needs. Hartzberg fathoms the subject matter: he works with the theme of factors and satisfactors. He prove that it depends on the moment in which persons are living McClelland defines the theory of accomplishment. It was analysed the theories of Victor. Vroom's expectation theory, Skinner's conditioning theory under the optic of stimulus-answer, archer's theory about motivation as an inner force.

### **UNITERMS**

Motivation, Expectation Theory , Conditioning Theory, Motivation as inner force

### **INTRODUÇÃO**

Desenvolver qualquer programa dentro de uma organização envolvendo os Recursos Humanos é muito complexo. A pessoa humana, por natureza, é complexa, basta olhar para nós mesmos, para nosso interior, nossas angústias, medos, impulsos e insatisfações. Promover o equilíbrio e a satisfação das pessoas inseridas no contexto organizacional transformou-se em uma questão vital, primordial e básica para a manutenção e o crescimento de qualquer negócio. Convém ressaltar que o fator humano dentro de uma organização representa, antes de mais nada, o componente central de todo o processo, quer seja a organização responsável pela produção ou de serviços.

Pretende esse trabalho contribuir para a reflexão e questionamentos sobre o tema MOTIVAÇÃO HUMANA NO TRABALHO. É notório que teorias motivacionais têm-se sucedido, na tentativa de explicar o fenômeno da integração, envolvimento e engajamento do homem no mundo do trabalho. Percebemos, todavia, que se tratando de ser humano, há de se levar em consideração, vários fatores: aspectos pessoal, psicológico, psicossocial, realização profissional, entre tantos outros.

De que adianta estruturar tecnicamente uma organização, se isso não for seguido de uma política capaz de satisfazer as pessoas que compõem a estrutura organizacional?

Quantos empreendimentos são centrados na obtenção de

resultados? Muitos, e sabemos que, em um processo de avaliação, evidencia-se a necessidade de uma visão de conjunto, bem como a valorização de todas as partes do processo organizacional, fazendo com que recursos materiais, financeiros e humanos estejam integrados, buscando um objetivo comum.

“Se o trabalho vem de “*tripaliare*” que significa martirizar com o “*tripalium*” (instrumento de tortura), como mudar essa história, tornando-o fonte de prazer?”<sup>136</sup> Compete à organização criar condições e descobrir o que pode ou não motivar as pessoas que fazem parte do seu contexto.

Torna-se propósito deste texto promover uma reflexão sobre fatores motivacionais dentro e fora das organizações, numa tentativa de contribuir para a reflexão, no tocante à forma com que estes fatores contribuem para o processo de crescente expansão e desenvolvimento das organizações. A motivação e os fatores motivacionais são atenuantes de uma estrutura organizacional, que quer acima de tudo, a realização dos objetivos pessoais e organizacionais, e representam um dos aspectos centrais da relação entre empregado e empregador.

## QUESTÕES FUNDAMENTAIS

### A MOTIVAÇÃO ATRAVÉS DA REMUNERAÇÃO

É certo que, “isoladamente, o salário não se constitui como fator de motivação”<sup>137</sup>. Para que este funcione como fator motivacional, é necessário que o sistema de remuneração tenha outros benefícios e utilidades, visando melhorar sempre a qualidade de vida dos empregados e de seus familiares, possibilitando, assim, uma melhor integração do funcionário à estrutura organizacional da empresa.

O funcionário precisa ter suas necessidades elementares atendidas e, através de um processo gradativo, vislumbrar

---

<sup>136</sup> BUENO, José Hamilton. *Manual do Agente de Mudanças: A era da qualidade*. 2. ed. São Paulo : LTR, 1995. p.279.

<sup>137</sup> PONTES, B. R. *Administração de Cargos e Salários*. São Paulo. LTr.1993. p.15

expectativas de crescimento profissional, dessa forma, atendendo outras necessidades que sucessivamente surgirão, uma vez que houve um crescimento.

Grandes transformações estão acontecendo em nossa sociedade, refletindo de forma direta nos recursos humanos. A velocidade com que ocorrem as mudanças faz com que todo o processo administrativo necessite de adequação constante, porém, o salário, independente das circunstâncias e do momento da história, sempre se posicionou como um reflexo claro e objetivo da valorização que a empresa tem pelo seu funcionário. Associado a uma política estrutural, em que um plano de carreira seja bem administrado, “o salário se tornará, sem dúvida, no carro chefe dos demais fatores que compõem a política de recursos humanos”<sup>138</sup> (sic), traçada pela organização. Neste contexto, a motivação torna-se essencial, pois é através dela que os planos e planejamentos traçados podem ou não atingir resultados satisfatórios.

Dentro de um plano de carreira, o funcionário vislumbra um desenvolvimento profissional, uma vez que há uma projeção positiva em relação ao seu futuro, porém, o aspecto mais importante de uma política adequada de cargos e salários, seguida de um planejamento de carreira é o fato de os empregados integrarem-se, com mais compromisso, nos objetivos organizacionais.

Constata-se, em princípio, que o salário é o elemento essencial para que as pessoas possam satisfazer suas necessidades elementares. Um emprego, um salário, uma determinada renda mensal proporciona certas segurança, pois um indivíduo com emprego, com carteira assinada, com comprovante de residência é melhor aceito na sociedade, o contrário ocorre àquele que se encontra desempregado, ou sobrevive com um subemprego. Por isso, é através do trabalho que se obtém a remuneração e é esta remuneração que proporciona a satisfação de diversas necessidades, quer sejam elas primárias (fisiológicas, segurança e sociais) ou secundárias (auto-estima e auto-realização).

---

<sup>138</sup> Idem. p.17

As pessoas desenvolvem um processo de satisfação de necessidades. A partir do momento em que uma necessidade é satisfeita, conseqüentemente, ela deixa de existir e, desta forma, uma outra toma o seu lugar. É assim que ocorre com as necessidades sociais, as de auto-estima e as de auto-realização. É claro que isso depende do momento e das circunstâncias em que as pessoas estão envolvidas. Sob esse prisma e levando-se em conta a realidade de cada um, é possível traçar um perfil dessas necessidades: “As diversas abordagens sobre a motivação humana destacam o conceito de necessidade e expectativa. Não basta considerar as necessidades como determinantes do comportamento do trabalhador; é preciso considerar também em que grau o mesmo percebe as condições existentes no ambiente organizacional, como facilitadoras ou não, para o alcance de seus objetivos e de suas necessidades”<sup>139</sup>.

É fato que, num mesmo grupo social, encontramos indivíduos com necessidades diferentes, e uma mesma pessoa pode estar vivendo simultaneamente realidades diferentes no campo das necessidades básicas e secundárias. Num grupo de trabalho, há aqueles que procuram satisfazer necessidades básicas: fisiológicas, segurança e social. E de outro lado há aqueles que estão vivendo uma situação diferente, procurando a auto-estima e a auto-realização, ou em determinado momento uma pessoa pode estar voltada para suas necessidades elementares, enquanto que, em outro, ela busca satisfazer seu ego e realizar-se plenamente. Esta diversidade de necessidades torna a aplicação de uma política de recursos humanos bastante ampla e complexa.

A valorização do serviço prestado por um indivíduo é medida pela remuneração que o mesmo recebe. Assim, um plano de carreira, ao ser criado deve funcionar como uma política de recursos humanos que procure adequar pessoas aos cargos, motivá-las e criar expectativas de evolução dentro da estrutura organizacional da empresa e, não apenas, condicionar as pessoas

---

<sup>139</sup> KANAANE, Roberto. *Comportamento Humano nas Organizações. O homem rumo ao século XXI*. São Paulo : Atlas, 1995. p. 16.

a uma realidade forjada no superficialismo e nas aparências, não satisfazendo as pessoas nos seus anseios elementares.

A partir da implantação de uma política de cargos e salários “é possível desenvolver outros planos como o de carreira, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho e potencial e planejamento de recursos humanos”<sup>140</sup>, promovendo assim, um clima de motivação e incentivo.

Os incentivos dados pelas organizações aos seus funcionários refletem-se no aumento da produtividade e numa melhor qualidade dos produtos ou serviços oferecidos, bem como na satisfação das pessoas. Um sistema mútuo de cooperação e trabalho em equipe surge desse contexto. Entre as técnicas de incentivos mais utilizadas, podem-se destacar as competições, os oferecimentos de prêmios, benefícios, as melhorias nas condições de trabalho, os empregos de novas formas administrativas e desenvolvimento da participação dos funcionários nas decisões, nos lucros e resultados.

### ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A diversidade e a complexibilidade das organizações, bem como a constante busca pela excelência, dentro de um mercado cada vez mais competitivo, culminou na necessidade de se estudarem e compreenderem-se as múltiplas e complexas questões que envolvem o processo administrativo formado por pessoas e máquinas.

Desde o princípio da Administração, quando Frederick W. Taylor desenvolveu uma pesquisa científica para o ato de administrar, enfocando as tarefas, a partir do ponto de vista da produção, prevaleceu a concepção de que o ser humano é componente fundamental em qualquer processo de produção de bens ou de serviços. Taylor detectou ainda nesta pesquisa, que “o homem era preguiçoso e vadio”<sup>141</sup>, verificou também “a inexistência de uniformidade de procedimentos e ausência de

---

<sup>140</sup> PONTES, B. R. op. cit., 1993.

<sup>141</sup> BUENO, José Hamilton. Op. cit., 1995. P. 47.

métodos e de critérios”<sup>142</sup>. Em sua concepção, ficou claro que o homem só é motivado por recompensas salariais ou só produz quando é coagido.

A teoria de Taylor baseou-se em tarefas e surgiu com o “intuito de racionalizar e especializar o trabalho, de reduzir a ociosidade e a fadiga, visando a melhoria da produtividade. Em sua concepção, o homem nada mais é do que objeto da economia”<sup>143</sup>.

Henry Fayol, outro pesquisador no campo da administração, contemporâneo de Taylor, definiu as funções administrativas: prever, planejar, coordenar, comandar e controlar. Desenvolveu a teoria com base na estrutura militar, deu especial atenção para a departamentalização, definindo o conceito de autoridade, de unidade de comando e de centralização, dando ênfase às estruturas organizacionais.

Tendo um aspecto de caráter sobretudo administrativo, Fayol propôs alguns princípios que podem ser assim resumidos: - divisão do trabalho, das tarefas e das responsabilidades, tendo em vista o aumento do desempenho humano; o equilíbrio da autoridade; a clareza da disciplina; o estilo definido de comando, direção e subordinação e concluiu que a remuneração deve refletir condições econômicas satisfatórias, a fim de recompensar os esforços bem dirigidos. Assim como Taylor, Fayol em sua pesquisa, deu pouca importância ao aspecto humano dentro da organização; mesmo assim, estava embutido em seus princípios, a questão motivação; talvez as ferramentas utilizadas não tenham sido de relevância nessa época, mesmo porque não era esse o enfoque.

George Elton Mayo, um dos maiores pensadores da Escola Humanística, começou sua pesquisa estudando as condições de trabalho em que os funcionários desenvolviam suas atividades. Sua teoria se constituiu em uma crítica a administração científica de Taylor e a teoria clássica de Fayol. Discutiu com os empregados os objetivos, métodos e linhas gerais de trabalho. Fez com que

---

<sup>142</sup> Idem. Ibidem.

<sup>143</sup> Idem. Ibidem.

todos participassem das decisões, tornando se desta forma um avanço em todo o processo administrativo, a partir do ponto de vista das pessoas.

Um novo enfoque foi obtido com Hawthorne, conforme consta em sua experiência: a atenção dada ao grupo, numa experiência em que participou durante quatro fases, foi responsável pelo aumento da produtividade no campo pesquisado, isso ocorreu em uma montadora de relês de telefone<sup>144</sup>. Concluiu-se nessa experiência que “o trabalho é uma atividade grupal e que as pessoas se motivam pela necessidade de serem reconhecidas e participarem de um grupo, dando especial importância às necessidades sociais do ser humano”<sup>145</sup>.

Na concepção de Douglas Mc.Gregor, que definiu a teoria X e Y, a partir da teoria das relações humanas, existem dois tipos de pessoas que podem ser assim definidas: TEORIA X - “o ser humano não gosta de trabalhar, precisa ser pressionado, coagido, dirigido”<sup>146</sup>, não tem ambição e procura sobretudo segurança e TEORIA Y - “o ser humano encara o trabalho como algo tão natural quanto o lazer”<sup>147</sup>, as pessoas podem se auto-dirigir e controlar, desde que tenham um determinado objetivo e que estejam comprometidas e valorizadas naquilo que fazem .

Desde o começo da década de 30, quando se iniciaram estudos das Relações Humanas, as pesquisas comprovam que o relacionamento dentro de uma organização é de fundamental importância para o processo de motivação dos funcionários.

Para Abraham Maslow, as necessidades humanas podem ser divididas em cinco etapas, assim, a partir do momento em que conseguimos satisfazer uma etapa, conseqüentemente, a etapa seguinte passa a ser o fator de motivação de nossas atitudes, até atingir a satisfação de todas elas. As etapas das necessidades humanas, segundo Abraham Maslow podem ser assim

---

<sup>144</sup> Idem. p. 50.

<sup>145</sup> Idem. Ibidem.

<sup>146</sup> Idem. Ibidem

<sup>147</sup> Idem. Ibidem.

hierarquicamente definidas: necessidades primárias = fisiológicas, de segurança e sociais e necessidades secundárias = auto-estima e de auto-realização.

### **FATORES MOTIVACIONAIS DIVERSOS**

Segundo Frederick Herzberg, as necessidades humanas se resumem em dois fatores: higiênicos ou de manutenção e fatores motivacionais. O primeiro abrange a política empresarial, ou seja, a maneira como a organização está estruturada, dando ênfase ao aspecto técnico da supervisão, sendo esta de fundamental importância para uma contribuição positiva ao clima organizacional.

Questões como salário, benefícios, segurança de emprego e posição na empresa, representam a segunda etapa em suas considerações, funcionam como conseqüências da estrutura empresarial e da supervisão bem sucedida. De acordo com sua ótica, esses aspectos equivalem às necessidades fisiológicas e de segurança, apresentada por Maslow.

Os fatores motivacionais, definidos por Herzberg, do ponto de vista da realização pessoal, conotam os aspectos mais complexos do ser humano, “que caminha para a realização plena”<sup>148</sup>, em todo o seu potencial, buscando o reconhecimento pelas suas ações no campo pessoal e profissional, o progresso na sua escalada profissional, tendo presente a sociabilidade, equiparando assim a hierarquia das necessidades apresentadas por Maslow, no plano secundário, como sociais, de auto-estima e auto-realização.

Ainda do ponto de vista dos estudos realizados sobre motivação humana, David Mc Clelland, em sua teoria da realização, relata que os indivíduos necessitam “de orientação para a realização”<sup>149</sup>. Devem ser orientados no sentido de assumirem determinados tipos de riscos, num aprendizado constante de saber tomar a decisão na hora certa, enfrentar os

---

<sup>148</sup> APUD. HERZBERG. In: BUENO, José Hamilton. Op. cit.,1995. p.281.

<sup>149</sup> BUENO, José Hamiltono. Op. cit. 1995. p.281.

desafios oriundos da própria existência e busca pelo novo. As pessoas têm conquistado um alto grau de responsabilidade, por aquilo que se propuseram ser, tendo claro que tudo é consequência de nossos atos ou omissões.

Outro aspecto levantado por Mc Clelland foi estabelecer metas para a realização de nossos objetivos, analisando nosso potencial e desempenho na busca dos mesmos, definindo as prioridades do tempo presente em que estamos vivendo, num processo gradativo ao alcance das metas estabelecidas.

Sob esse conceito de aprendizagem, conclui que vamos desenvolvendo nossa cultura, adquirindo, assim, necessidades no campo da realização humana, da afiliação com as outras pessoas, buscando uma interação social, e através dela a realização.

Victor Vroom desenvolveu a teoria da expectativa como fator de motivação, baseando seus conceitos na dedução de que “as pessoas esperam que um esforço maior as conduzam à recompensa”<sup>150</sup> valorizando assim os frutos alcançados pelo seu próprio esforço. A expectativa é oriunda das experiências vividas anteriormente e impulsionam as pessoas em seu processo de busca da constante realização.

A Teoria do Condicionamento, abordada por B. F. Skinner, seguidor da escola behaviorista, traduz, como pesquisa no campo da motivação, “a concepção de que prevalece a lei do efeito, onde a reação humana se vincula ao contraposto estímulo-resposta, deduzindo que o ser humano é motivado a partir daquilo que recebe de fora, provocando assim uma ação, quando esse reage de forma positiva e, uma não-ação, quando esse reage de forma negativa ao estímulo recebido”<sup>151</sup>.

No que diz respeito a essa teoria, existem críticas relacionadas ao seu ponto de vista, pois a mesma condiciona a possibilidade de manipulação das pessoas, embora figure evidente que pessoas inteligentes nem sempre se deixam manipular, nem estão

---

<sup>150</sup> APUD. VICTOR VROOM. In: BUENO, José Hamilton. Op. cit. 1995. p.282.

<sup>151</sup> BUENO, José Hamilton. op. cit.. LTr. 1995. p.282.

condicionadas a responder a estímulos previamente estruturados.

Não se pode negar que o meio onde as pessoas estão inseridas pode influenciá-las e que satisfatores colocados nesse ambiente direcionam seu comportamento e seu aspecto motivacional.

As teorias modernas sobre motivação, tais como a de Bergamini e Goda, cujo livro *Psicodinâmica da Vida Organizacional*, baseando nos estudos de Ernest R. Archer, relata que este tem uma nova visão a respeito do fenômeno da motivação. Archer discorda da hierarquia defendida por Maslow, estabelecendo que a Motivação se traduz como algo inerente à pessoa, uma força interior, uma inclinação para a ação provocada por uma necessidade anterior.

Como definir o grau de importância de uma determinada necessidade humana? Segundo Archer, isso é detectado pela quantidade de energia que o ser humano utiliza para a sua satisfação, bem como a prioridade estabelecida para o seu atendimento. Cada pessoa define para si, através do intelecto, sua própria hierarquia.

A diferença é que nem todos percebem a distinção que há entre Motivação e Satisfação: a primeira é decorrente de uma necessidade pessoal e a segunda se exclui, quando a primeira é atingida.

Do ponto de vista organizacional, Archer, salienta que “as empresas podem criar satisfatores para seus empregados, mas não podem motivá-los. Podem dar a água, mas não podem criar a sede”<sup>152</sup>. Embora se tenha influência sobre as pessoas, como já foi relatado, jamais se pode criar-lhes uma necessidade. Os satisfatores são mutáveis, dão certo para um determinado grupo, durante algum tempo, logo depois surgem necessidades de outros satisfatores.

Archer agrupou fatores externos de satisfação das pessoas, que podem ser utilizados pelas organizações como forma de motivar seus funcionários e, assim, atingir objetivos pessoais e organizacionais, especificados a seguir :

---

<sup>152</sup> APUD. ARCHER. In: BUENO, José Hamilton. Op. cit. 1995. p.283.

1 - Fortalecimento Fisiológico - Revigoração: Traduzido pela própria rotina do trabalho, pelo trabalho desenvolvido pelas pessoas e pelas condições existentes no ambiente de trabalho, bem como pelas atividades de lazer promovidas pelas empresas.

2 - Interação das Pessoas - Intercâmbio: Onde o ambiente de trabalho possibilite a participação de todos, o desenvolvimento da responsabilidade, e a troca de experiências através de desabafos, queixas e aconselhamentos, promovendo a cumplicidade.

3 - Recompensa e Incentivo: As organizações dispõem de uma política de salários composta de equidade e progressão salarial, que funciona com satisfator em relação aos empregados. Tal política pode e deve ser acompanhada de um programa de participação nos lucros e resultados, ou ainda, se for o caso, na compra gradativa de ações da empresa. Isso provoca um ambiente de realização e comprometimento com os objetivos organizacionais.

4 - Regras, Leis, Costumes e Impulsão: As empresas devem estabelecer sua filosofia e torná-la conhecida por todas as pessoas envolvidas em seu processo organizacional. A missão a ser seguida pelas empresas traduz suas metas e objetivos a serem alcançados e, para tanto, é preciso definir claramente as normas e regulamentos que serão seguidos por todos dentro da empresa, independente do nível hierárquico que ocupa dentro da organização. Através dessas regulamentações, deve ser perceptível a concepção de poder e autoridade, para ambos não se confundirem, provocando dificuldades na busca em atingir os objetivos estabelecidos.

5 - Ingestão: o consumo Interno do organismo - Outro satisfator utilizado pelas organizações está correlacionado com as necessidades básicas dos funcionários. As empresas podem estabelecer programas de alimentação do trabalhador, oferecer assistência médico-hospitalar, bem como fornecer os medicamentos necessários. Isso faz com que os funcionários se sintam mais seguros em relação a essas necessidades elementares a sua sobrevivência e de sua família.

6 - Influenciação: perícia e autoridade - Influencia de forma positiva em relação aos objetivos traçados pela organização, a competência gerencial predominante na empresa, através de seu estilo de liderança, seus princípios de autoridade, lógica e razão, desde que prevaleça a filosofia de co-participação na tomada de decisões nos níveis táticos e operacionais.

7 - Inspiração: aprendizagem e treinamento - A inspiração funciona como fator motivacional, uma vez que a instrução que ocorre no processo de aprendizagem, faz com que as pessoas dentro das organizações desenvolvam sua criatividade. Para tanto, é necessário que esquemas de trabalho promovam esse potencial criativo, utilizando como ferramentas a diversificação das rotinas no ambiente de trabalho, desafiando os padrões estabelecidos, bem como as pessoas com suas idéias pré-estabelecidas .

Tratando-se de fatores exógenos ou externos de satisfação, devem-se ter definido que, ao promoverem-se a existência desses satisfatores em um determinado ambiente, torna-se favorável um clima motivacional satisfatório, o motivo deve ser interpretado como uma “necessidade com atuação sobre o intelecto”<sup>153</sup> das pessoas e que essa necessidade é variável e infinita . O fato de fazermos dela instrumento motivacional vai depender da maneira como interpretamos os desejos individuais de cada um.

A partir dessa concepção de motivo, precisamos estabelecer a direção que vamos dar ao mesmo. Ter presente o comportamento das pessoas é de fundamental importância para que se possam atingir os objetivos. As empresas, na maioria das vezes, estabelecem regras gerais visando a motivação, sendo que de nada valerá esses esforços, se o empregado não for valorizado como pessoa humana, bem como suas expectativas, desejos e sonhos pessoais.

A avaliação de desempenho, dentro de uma organização, procura estabelecer formas lógicas, tendo em vista a estrutura da empresa, bem como seu planejamento e objetivo. Qualquer ato de avaliação deve estar vinculado com o propósito de

---

<sup>153</sup> BUENO, José Hamilton. Op. cit. 1995. p.285.

colaborar com o processo construtivo, quer sejam eles das pessoas ou da organização. As tensões oriundas do ato de avaliar geralmente trazem destruição, muitas vezes de algo que demorou tempo para ser edificado, portanto é preciso, sobretudo, maturidade, responsabilidade e sensibilidade ao desenvolver qualquer tipo de avaliação.

### **IMPORTÂNCIA DO ESTUDO POR QUE ESTUDAR MOTIVAÇÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO?**

Uma pesquisa tende sempre a tornar-se um ponto referencial, quando se quer modificar uma determinada realidade. Quando se percebe uma necessidade de pesquisa, o pesquisador geralmente toma por base algo já existente e a partir daí, procura reformular a finalidade de estudo com o objetivo de promover uma mudança necessária, que satisfaça à necessidade atual.

### **O QUE FOI PESQUISADO NESSE TRABALHO?**

Conhecendo várias estruturas organizacionais, bem como a ineficiência em se obter métodos capazes de solucionar seus problemas relacionados aos recursos humanos, foi possível verificar alguns aspectos que carecem de transformação. A proposta desse estudo é contribuir para a reflexão de como a motivação influencia nossos atos, quer sejam eles pessoais ou coletivos, em se tratando de Recursos Humanos.

Percebe-se, também, que, para desenvolver satisfatores dentro de uma empresa, é preciso uma mudança na estrutura e isso geralmente traz uma expectativa e, por consequência, um crescimento tanto para a empresa quanto para aqueles que dela fazem parte.

Neste tempo em que a velocidade dita as regras do jogo, em que os conceitos se tornam ultrapassados constantemente, as políticas administrativas e as estruturas organizacionais começam a envelhecer e a perder-se no tempo, talvez tudo isso seja consequência da nossa pouca experiência perante o mundo administrativo, onde tudo é muito recente.

Com o advento da busca pela excelência da qualidade, é preciso repensar nas políticas administrativas sob o ponto de vista motivacional; a mesma não está de toda correta, pois ofusca perspectivas, não atende às necessidades básicas da maioria das pessoas, não as mantêm motivadas e depõem, na maioria das vezes, contra a imagem das empresas, salvo raras exceções.

Percebe-se que diante de tantas mudanças, não foi possível uma adequação satisfatória de todas as variáveis que envolvem a relação capital e trabalho, principalmente no que diz respeito à remuneração recebida pelos funcionários, mediante o exercício de suas funções, pois este é o principal fator de satisfação nas organizações.

Não se pode negar que grandes avanços estão acontecendo, nos quais várias empresas estão optando por políticas administrativas mais flexíveis, em que os empregados não participam apenas como agentes passivos nas decisões. Nota-se o surgimento de uma nova cultura de participação, em que os empregados passam a sentir-se parte integrante de todo o processo decisório. Isso contribui consideravelmente para um clima motivacional.

Fomenta-se uma nova linguagem nos bastidores empresariais de participação em resultados, em lucros, num complexo de gestão participativa, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos, aumentar a produtividade e reduzir os custos operacionais. Hoje, o pensamento administrativo está substituindo a idéia de “levar vantagem em tudo” pela idéia de “humanizar as relações de trabalho” e promover a qualidade. Não fossem as variáveis externas que atingem diretamente as empresas, sem dúvida, todo esse processo de mudança já estaria implantado em nosso mercado de trabalho. E nessa busca pela constante satisfação e motivação tem-se dado passos bastante produtivos e grandes têm sido os avanços no estudo do comportamento humano.

### **CONCLUSÃO**

Através desse estudo, comprova-se que existem divergências

entre os vários autores e pesquisadores do assunto motivação humana para o trabalho. Trata-se de um assunto complexo, totalmente voltado para a pessoa humana, que, por sua vez, é única e que reage de formas diversas, a partir daquilo que interfere em seu cotidiano, quer seja interna ou externamente falando. As variáveis são muitas e as mesmas precisam ser minuciosamente estudadas, levando-se em conta todos os fatores que envolvem o ser humano: seus desejos, suas necessidades, suas aspirações, sua cultura, o meio onde vive, estuda e trabalha e tantos outros. Tudo isso contribui para a complexibilidade do assunto abordado neste trabalho.

Vive-se em busca do prazer e, para senti-lo, as pessoas se deparam com situações diversas. Essa realidade torna-se constante e confunde-se com o dia-a-dia de cada um. A motivação surge como uma força a impulsionar as pessoas, porém precisa-se entender e avaliar de que forma tudo isso influencia nas ações do ser humano.

Taylor defendeu a premissa de que a remuneração e os métodos de trabalho bem direcionados traduziriam numa eficácia para as organizações. Em seus estudos, talvez pelo seu pioneirismo, foi deixado de lado o elemento humano, ou melhor, ficou em segundo plano. Mais tarde as críticas em decorrência dos resultados obtidos surgiram e novas teorias ganharam ênfase.

O embrionário da teoria da motivação surge com Elton Mayo que defende a idéia de que a atenção dada aos trabalhadores contribuiriam para o seu comprometimento com os objetivos das empresas. O pioneiro nesse assunto com certeza, foi Maslow que conseguiu definir uma ligação entre os motivos humanos com o trabalho realizado pelo mesmo. Ao estabelecer-se uma seqüência para as necessidades humanas, começou-se a perceber que as pessoas estão mais propensas a realizarem-se plenamente, a participarem de um grupo social, de se sentirem valorizadas, pois isso é conseqüência do engajamento humano nas organizações, que proporciona recursos e condições para atender as necessidades de cada um.

Herzberg define com mais profundidade o assunto, trabalhando

a temática dos fatores e satisfatores, que podem ou não motivar as pessoas; verifica-se que depende do momento em que as pessoas estão vivendo enquanto que Mc.Clelland define a teoria da realização, sugerindo que as pessoas devem ser orientadas para atingirem sua realização.

O assunto motivação foi ganhando novas abordagens e reflexões com a teoria da expectativa de Victor Vroom, que conotou a premissa de que o esforço gera recompensa e a teoria do condicionamento de Skinner, tratando do assunto sob o prisma estímulo-resposta, estabeleceu que a influência do meio sobre as pessoas é fator determinante que pode ou não estimular, daí a resposta ser dada positiva ou negativamente.

Archer desenvolve uma nova visão, descarta a de hierarquia, de Maslow; traduz motivação como força interior, resultante de uma necessidade e que a satisfação a extingue naturalmente, surgindo, assim, a necessidade de se criar um satisfator que influencia de alguma maneira na motivação das pessoas, destaca que a necessidade e a satisfação é algo pessoal e intransferível.

A partir das diversas teorias a respeito do assunto, chega-se à conclusão que: O ser humano diferencia-se um do outro, não só pela sua capacidade, como também pela sua vontade. O que incentiva as pessoas é a intensidade de seus motivos e esse é um aspecto muito particular, por isso a complexidade em se estabelecer satisfatores para as empresas.

Os objetivos traçados pelas pessoas e pelas organizações visam dar direção às ações. Por serem externos, funcionam como recompensas, quando alcançados e criam um clima ou uma situação que propiciam o surgimento de outras necessidades, outros motivos que, para supri-los, é preciso desenvolver nas pessoas e organizações, novos objetivos, desencadeando fases simultâneas de um mesmo processo de motivação e objetivos, quer sejam eles tangíveis ou intangíveis.

É preciso entender que a motivação se difere da satisfação, uma vez que um é conseqüência do outro. O motivo e a necessidade fazem com que as pessoas iniciem uma ação a fim de que satisfaçam a necessidade que, uma vez satisfeita, deixa

de existir, confirmando a premissa de que pessoa motivada é pessoa insatisfeita, fato este que sugere um campo vasto de pesquisa e descobertas. Cabe às organizações promover a amplitude dessas temáticas e contribuir para resultados satisfatórios, quer sejam eles no campo pessoal ou organizacional. O importante é ter claro e definido que objetivos individuais e organizacionais devem ser analisados com seriedade por aqueles que trabalham diretamente com recursos humanos. Um não extingue o outro, tão pouco um não é antagônico ao outro. Um e outro se completam, um dá razão para a existência do outro e a motivação é o sentimento que impulsiona as pessoas para a sua plena realização.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAMINI, Cecília Whithaker. *Motivação* – 3. ed. São Paulo : Atlas, 1990.
- BUENO, José Hamilton. *Manual do Agente de Mudanças: A era da qualidade*. 2. ed. São Paulo : LTr, 1995.
- BUENO, José Hamilton. *Manual do Seleccionador de Pessoal: do Planejamento à Ação*. 2. ed. São Paulo : LTr, 1995.
- CARVALHO, Antonio Vieira de. *Administração de Recursos Humanos*. São Paulo : Pioneira, 1995. II v.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Administração de Empresa. Uma abordagem contingencial*. 3. ed. São Paulo : Makron Books, 1994.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 4. ed. São Paulo : Makron Books, 1993.
- DAMBERG, Carlos Fernando. *Diagnóstico: Qualidade nas relações do trabalho*. São Paulo : LTr, 1993.
- FERREIRA, Paulo Pinto. *Administração de Pessoal - Relações Industriais*. São Paulo : Atlas, 1974.
- KANAANE, Roberto. *Comportamento Humano nas Organizações. O homem rumo ao século XXI*. São Paulo : Atlas, 1995.
- LIKERT, Rensis. *Administração de Conflitos*. São Paulo : Mc Graw-Hill do Brasil, 1979.
- MITRAUD, Alysso Darowish. *Avaliação de Cargos - Instrumentos Básicos para Equilíbrio Interno dos Salários*. São Paulo : Brasiliense, 1973.
- PONTES, B. R. *Administração de Cargos e Salários*. São Paulo : LTr, 1993.
- PONTES, B.R. *Avaliação de Desempenho*. São Paulo : LTr, 1993.

PONTES, B.R. *A Competitividade e a Remuneração Flexível*. São Paulo : LTr, 1995.

PRADO JUNIOR, Antonio Carlos. *Planejando, Implantando e Mantendo um Sistema de Avaliação de Cargos*. São Paulo : LTr, 1985.

SERSON, José. *Curso Básico de Administração de Pessoal*. São Paulo : LTr, 1985.

SIMCSIK, Tibor. *OIMS - Organização, Métodos, Informações e Sistemas*. São Paulo : Makron Books, 1992. I e II v.

WERTHER, Willian B. *Administração de Pessoal e Recursos Humanos*. São Paulo : Mc Graw-Hill do Brasil, 1983.

## CIÊNCIAS COGNITIVAS X CIBERNÉTICA: UMA GENEALOGIA CONTURBADA

### COGNITIVE SCIENCES X CYBERNETIC: A PROBLEMATIC GENEALOGY

Cirene PEREZ<sup>154</sup>

RESENHA: “NAS ORIGENS DAS CIÊNCIAS COGNITIVAS, de JEAN-PIERRE DUPUY ; Trad de Roberto Leal Ferreira. SÃO PAULO : UNESP, 1996. 228 pp.

---

RESUMO: O livro nasceu de um programa de pesquisa genealógica sobre as teoria da *auto - organização*, com início em 1983 e conclusão em 1985, sob a responsabilidade de DUPUY. Este esquema inicial se modifica com a dinâmica da pesquisa coletiva, quando o Autor encontra HEINZ von FORSTER em 1983, que o encoraja a sistematizar as famosas CONFERÊNCIAS MACY (1946 a 1953). Jean-Pierre DUPUY narra essa história desde os seus primeiros passos, ainda vacilantes. Os confrontos interdisciplinares da nova Ciência, são destacados pelo autor, mostrando-nos a coragem e a riqueza extraordinária dos diálogos desses cientistas de áreas tão diferentes. Estava aí o início da Ciência da Mente, a partir da Cibernética, que realiza uma verdadeira desconstrução da tradicional metafísica da subjetividade. Trata-se da genealogia da atual Ciência Cognitiva (*Cognitive Science*), que continua em busca da interdisciplinaridade ou de um novo paradigma para a Ciência.

---

#### UNITERMOS

Cibernética; Ciência Cognitiva; interdisciplinaridade; filosofia da mente; modelo; inteligência artificial; máquina.

---

<sup>154</sup> Professora do Departamento de Estudos Sociais da UNIMAR, Mestranda em Educação na UNESP- Marília.

### ABSTRACT

The book arose from a genealogical research on auto organization theories wich started in 1983 and ended by 1985, under Dupuy's responsibility this initial scheme modifies with the colective research dynamics, as the author meets HEINZ von FORSTER in 1983 who encourages him to put into system language the famous MACY'S CONFERENCE (1946 up to 1953). JEAN-PIERRE DUPUY tells this history since its stills hesitating first steps, the interdisciplinary confrontation of the new science are detached by the author showing the courage and extraordinary richness of these scientists dialogues from so diferent areas. This was the very beginning of the Science of the Mind, starting from the Cybernetics, that accomplishes a true unconstruction of the traditional metaphysics of the subjectiviness. It delas with the genealogy of the current Cognitive Science, which keeps the search of the interdisciplinarity or of a new paradigm for the Science.

### UNITERMS

Cybernetics, cognitive science, interdisciplinarity, philosophy of mind, pattern, artificial intelligence, machine.

No início dos anos 40, segundo DUPUY, encontramos a origem das CIÊNCIAS COGNITIVAS, localizada no movimento cibernético<sup>155</sup>, com um pequeno grupo de matemáticos, engenheiros e neurobiólogos. A ambição desses cientistas era construir uma Ciência geral do funcionamento da mente. O objeto do livro é mostrar a intenção desse grupo de pioneiros da cognição, o que eles pensavam e os resultados dos dados históricos originados desse esforço coletivo na história das idéias. Assim, a partir desses dados históricos surgidos nas Conferências Macy, o Autor analisa as principais tendências das CIÊNCIAS COGNITIVAS.

A presente edição brasileira, do original francês (Aux Origines

---

<sup>155</sup> O nome CIBERNÉTICA, do grego Kybernete: “piloto”, “governo”, “controle”, foi escolhido como síntese por Norbert WIENER para batizar as nascentes teorias da INFORMAÇÃO, na máquina ou nos seres vivos.

des Sciences Cognitives, 1994), foi publicada em setembro de 1996, pela Editora UNESP (FUNDUNESP). Apresenta-se dividida em seis capítulos, que aqui sintetizamos.

Os dois primeiros capítulos: “O Fascínio pelo Modelo” e “Uma Parenta Mal-Amada”, respectivamente, apresentam pinceladas históricas sobre a criação e a relevância de modelos da CIÊNCIA COGNITIVA e a origem de suas raízes na Cibernética.

A origem da SCIENZA NUOVA ou CIBERNÉTICA é situada em 1943 pelo autor, com a publicação de artigos de cientistas cibernéticos como: ROSEN-BLUETH, WIENER e BIGELOW. Este último se tornará o engenheiro-chefe de NEUMANN, construindo o computador JOHNNIAC — precursor da Bomba H. Na opinião de DUPUY, a CIBERNÉTICA deixa uma falsa imagem de conquistadora e rival da Física, substituindo a matéria pela forma, na leitura de alguns de seus críticos. Para o autor, esta imagem é um exagero, pois: *Os fundadores da Cibernética não tinham consciência de construir uma SCIENZA NUOVA*<sup>156</sup> (2).

A intenção dos cibernéticos não era romper com a Física, nem ultrapassá-la, mas criar novas teorias, particularmente no que se refere à compreensão do cérebro e da mente.

Na leitura das Atas das Conferências Macy, DUPUY lembra que os cientistas, autores dos artigos de 1943, eram fundamentalmente não mentalistas. Isso foi muito mal compreendido, principalmente pelos cibernéticos franceses. Como observa o Autor, “não é a máquina que os primeiros cibernéticos dotam de humanidade — é o humano que, deliberadamente, eles assimilam à máquina.”<sup>157</sup> Nesse sentido, o Autor entende que não há uma redução do Homem que é assimilado pela máquina, pois a máquina é *modelo*. Os cibernéticos, ao contrário do que se pensa não eram principalmente técnicos e engenheiros. Eles se interessavam muito pelas máquinas, não tanto **como aplicações**

---

<sup>156</sup> DUPUY, Jean-Pierre. *Nas Origens das Ciências Cognitivas*. S. Paulo : UNESP / FUNDUNESP, 1996. p. 49.

<sup>157</sup> Idem. p. 52.

**úteis de um saber científico já constituído**, mas, principalmente, porque as máquinas significavam a encarnação na matéria, de hipóteses ou de teorias de um certo tipo mental ou lógico-matemático.

No Capítulo três, “Os Limites da Interdisciplinaridade”, DUPUY mostra que, apesar da aparente unidade nos seus interesses, os cientistas cognitivos enfrentaram confrontos inevitáveis. Estes cientistas apresentavam formações diferentes, atuando também em diferentes áreas do conhecimento. O Autor nos lembra os célebres confrontos, em particular o de 1948, entre McCULLOCH e John von NEUMANN no Symposium de Hixon. Este último apresentou a Teoria Lógica e Geral dos Autômatos, tentando demarcar bem as diferenças entre o autômato natural e o artificial. McCULLOCH busca apoio entre os biólogos e psicólogos, deixando o colega relegado à área da Matemática aplicada e da Engenharia. O que está por trás dessa atitude, segundo DUPUY, é o *modelo* de Ciência de cada um. Para McCULLOCH, o modelo não é simplesmente pragmático, mas tem uma realidade ontológica.

Desde o início das Conferências Macy, segundo DUPUY, havia grande mal-entendido entre os cibernéticos e os psicólogos, causando enormes discussões. Os promotores do Movimento tinham por temas principais “Personalidade e Cultura”. Objetivavam criar laços recíprocos entre as ciências matemáticas e físicas e as ciências psicológicas. Mas o desejo dos cibernéticos era bem diferente: lutar contra a Psicologia. Houve, com isso, situações cômicas e surrealistas, como por exemplo, o “diálogo” do matemático e engenheiro WIENER com o médico Harold ABRAMSON, na 6ª Conferência Macy. WIENER enfatizava os valores de uma análise dimensional para unificar as Ciências. ABRAMSON, mostrava seu entusiasmo com a idéia de que físicos e psicólogos deveriam se unir para a construção da paz mundial — sem desconfiar que os cibernéticos estavam preparando a guerra contra os psicólogos. Essa é apenas uma amostra dos constantes mal-entendidos presentes nesses encontros.

Os atores e causa de todas essas discussões e situações sérias ou cômicas, não eram dois : organismo x máquina , como poderíamos imaginar. Mas três: o organismo em sua estrutura (o cérebro); o organismo em sua função (a mente) e a máquina — que se desdobra em máquina lógica (Máquina de Turing ou Máquina de McCulloch e Pitts) e máquina artificial material (o computador). O terceiro ator (o computador), tem a função de modelo e está no centro da ação. Esses três atores da CIBERNÉTICA irão dar origem a três momentos da história da cognição. O primeiro momento assimila a mente a uma máquina lógica; o segundo identifica a mente ao cérebro (cérebro e mente são uma e mesma coisa); no terceiro momento, entra em cena o computador.

Ao falar do surgimento do computador, DUPUY comenta: “ Diz-se às vezes, jocosamente, que se Turing foi o pai do computador, von Neumann foi o médico obstetra ou a parteira. Falta, evidentemente, a esse par um elemento indispensável: a matriz. Digamos que foi a Máquina de McCulloch.<sup>158</sup>

Fica claro, na obra, que, em todos esses momentos históricos, houve um grande esforço dos cibernéticos para estabelecer a interdisciplinaridade das Ciências — o que hoje continua sendo a busca das CIÊNCIAS COGNITIVAS para uma melhor compreensão da mente.

Conforme ressalta DUPUY, o esforço da época cibernética para um novo paradigma, nas Ciências, teve os maiores momentos na Física. Esse esforço recebe um rápido e irônico comentário: “...uma Física pelo menos estranha, pois, num salto perigoso, passara por cima do vivente para chegar diretamente à Lógica e à mente.”<sup>159</sup>

Essa crítica é ilustrada por um acontecimento importante. O Autor apresenta as idéias de SHRÖDINGER (1944), segundo as quais os mecanismos da hereditariedade seriam um dia reduzidos às leis da Física. Surgiram fortes reações contra essas idéias, como

---

<sup>158</sup> Idem. p. 77

<sup>159</sup> Idem. p. 96.

por exemplo, de DELBRÜCK, que as julgava *puro charlatanismo*. A ironia é que, alguns anos depois, o grupo de DELBRÜCK iria inventar a Biologia molecular, descobrindo o código genético (que usa os princípios da Física). Diante desse evento, DUPUY conclui irônico: “A Cibernética parece ter sido condenada a só desforrar postumamente.”<sup>160</sup>

Sobre as atividades dos cientistas cibernéticos, os grandes semanários da época (TIMES, LIFE e NEWSWEEK) publicaram uma série de artigos sensacionalistas: se o cérebro é uma máquina, então podemos construir máquinas inteligentes!

O ideal de construção destas máquinas ainda norteia as atuais pesquisas das Ciências Cognitivas, particularmente numa de suas vertentes: a AI (Artificial Intelligence) ou IA (Inteligência Artificial).

No Capítulo quatro “Filosofia e Cognição”, o Autor mostra a importância da Filosofia que mantém unidos os múltiplos programas que recebem o nome de CIÊNCIAS COGNITIVAS. A Filosofia realiza a reflexão e a sistematização das áreas cognitivas e constitui o único laço social no interior dessas áreas. Mas isso não significa que haja um paradigma único. Na verdade, há pelo menos dois paradigmas: o paradigma cognitivista clássico ou ortodoxo e o Conexionismo. Os desacordos entre os membros adversários não os separam, mas ao contrário, servem para animar a grande família cognitivista, segundo DUPUY.

#### MAS QUE FILOSOFIA É ESTA ?

Ela se apresenta com o nome de FILOSOFIA DA MENTE (Phylosophy of Mind). É uma Filosofia analítica e compartilha o conceito de *linguagem* da Fenomenologia.

Num relato histórico bastante rico, DUPUY procura mostrar que a Filosofia Cognitiva descende do formalismo de HILBERT ou do logicismo de FREGE, de RUSSEL e CARNAP. Descende também do positivismo lógico do Círculo de Viena. Tem ainda influência de WITTGENSTEIN e da Filosofia da Linguagem da Escola de Oxford. Ele faz uma crítica à incapacidade da

---

<sup>160</sup> Idem, Ibidem.

CIBERNÉTICA de obter os meios para a naturalização da Filosofia ocidental, ficando, paradoxalmente, com um problema maior: a naturalização de uma filosofia psicolingüística da mente.

Um dos grandes *insights* de DUPUY é o de que temos, até agora uma MENTE SEM SUJEITO, simulada pelos modelos computacionais - ou uma FILOSOFIA DA MENTE SEM SUJEITO. Mas esta foi, paradoxalmente, a contribuição da CIBERNÉTICA à Filosofia: a destruição da metafísica da subjetividade, conforme o Autor nos lembra. O aparente paradoxo decorreria da necessidade de destruir a subjetividade, para só então resgatá-la. Nesse sentido, HEIDEGGER é lembrado por DUPUY quando o filósofo escrevia em 1949: “A Cibernética é a metafísica da era atômica.”<sup>161</sup>

Devemos então, conforme HEIDEGGER sugere, buscar a Técnica *fora* da Técnica — onde se encontra a revelação e o desvelamento do Ser. Temos que ir além da Técnica como instrumento — do contrário permanecemos presos ao desejo de controlá-la. Ao mesmo tempo, para a revelação da verdade do Ser, devemos desconstruir a concepção metafísica de sujeito — essa é a ambigüidade da essência da Técnica.

DUPUY, citando Philippe BRETON, ressalta a ambigüidade do perigo de um projeto com ganância de potência e de controle: “A Cibernética foi um dos principais instrumentos da concepção antropocêntrica do Homem... A Cibernética assume, pois, um terrível paradoxo, o de afirmar a humanidade ao mesmo tempo que desapossa o Homem. Neste sentido, talvez ponha ela a descoberto um traço fundamental do conhecimento científico e técnico contemporâneo, que faz que os benefícios do progresso pareçam irremediavelmente associados à encenação racional da morte do Homem.”<sup>162</sup>

No Capítulo cinco, “Os Temas Cibernéticos: Informação, Totalização, Complexidade”, o autor chama a atenção logo de início, sobre a idéia preconceituosa dos que não entenderam

---

<sup>161</sup> Idem. p. 139.

<sup>162</sup> Idem. pp. 141-2.

esses esforços científicos : “... a Física seria a Ciência da matéria e da energia; a Cibernética, a Ciência das formas.”<sup>163</sup> . Trata-se de uma posição inaceitável, como escreve DUPUY: “pois se baseia no desconhecimento do papel essencial que desempenha a modelização matemática na Ciência moderna.”<sup>164</sup> Também a confusão quanto ao objeto de análise da Cibernética pode estar, como admite DUPUY, na importância concedida pelos cibernéticos à questão da *Informação* — que não se reduz à matéria, nem à energia . Pelo contrário, a Cibernética se encarregou de áreas, antes refratárias, como o sistema nervoso e a mente.

No sexto e último Capítulo, “Aspectos de uma Decepção”, DUPUY faz um balanço de toda essa aventura científica cognitivista, deixando transparecer por vezes, sua simpatia e admiração pelos cibernéticos, pioneiros na busca científica da compreensão da mente humana. Mas ele também confessa sua grande decepção pelos resultados finais: o problema de uma Filosofia inadequada e o distanciamento da contribuição das Ciências Humanas e Sociais.

Para finalizar, o Autor deixa aos leitores uma amostra dessa conturbada genealogia sobre a hipótese **mecanicista** da mente expressa pelos cibernéticos.

O livro de DUPUY vem trazer ainda, um quadro realista e crítico das atuais CIÊNCIAS COGNITIVAS, a todos àqueles que se preocupam com a construção de um paradigma de união<sup>165</sup> das várias Ciências. A obra conduz o leitor na complexa aventura do conhecimento humano, que sabemos ter iniciado com os antigos gregos, chegando à “destruição da metafísica”, segundo o Autor<sup>166</sup> .

---

<sup>163</sup> Idem. p. 150.

<sup>164</sup> Idem, Ibidem.

<sup>165</sup> Para o filósofo BARBOSA DE OLIVEIRA (1997), a Ciência Cognitiva, devido ao seu **naturalismo**, se propõe a estudar aspectos do comportamento humano, como algo semelhante ao das Ciências Naturais. Na opinião desse autor, o **método naturalista**, se adotado, implica em riscos para o próprio conteúdo das Ciências Humanas (*Natureza e Cultura*, pp. 51 ss., in: *Memorial*, 1997) [ Tese de Livre - Docência ,USP, S. Paulo].

<sup>166</sup> DUPUY, op. cit. pp. 210-20.

Ao longo dos seis Capítulos, o leitor é envolvido em uma fascinante aventura científica, com detalhes curiosos, muita crítica pertinente, abundante ironia e fino senso de humor — além de informações relevantes ao estudo da cognição.

Hoje, temos as CIÊNCIAS COGNITIVAS<sup>167</sup> e uma grande esperança de encontrar o paradigma de união das Ciências, a partir de uma nova elaboração da subjetividade. A Cibernética não conseguiu dialogar com as Ciências Humanas do pós-guerra que renunciavam a “desantropologização” da figura do Homem (da metafísica tradicional cartesiana e leibniziana). Cabe agora esse papel, à Ciência Cognitiva (no singular, como é usado na corrente anglo-saxônica e no Brasil): investigar a vida da mente além de dualismos e monismos<sup>168</sup>, o que não é tarefa fácil.

A obra de DUPUY mostra a trajetória daqueles três atores (o cérebro, a mente e o computador) e dos cibernéticos, que falamos ao comentar o Capítulo três. A descrição dessa aventura é feita em linguagem clara e acessível tanto aos estudiosos, como também a todos os interessados numa maior compreensão do cérebro e da mente. Possivelmente, esta tem sido a maior aventura humana na área das Ciências. E também a mais ousada.

---

<sup>167</sup> DUPUY usa o termo CIÊNCIAS COGNITIVAS (corrente francesa), muitas vezes como sinônimo de CIÊNCIA COGNITIVA (Cognitive Science) — que tem o **computador** como instrumento fundamental para seus estudos empíricos. A maioria dos outros autores, como GARDNER (*A Nova Ciência da Mente*. S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 1995), usa o nome dessa nova ciência no singular: **Ciência Cognitiva**. Para as Ciências Cognitivas (no plural), o computador desempenha um papel menor para suas pesquisas, podendo até mesmo ser dispensado.

<sup>168</sup> A **Teoria da Complexidade** começa a ser investigada por cientistas como ATLAN, *Entre o Cristal e a Fumaça*, Rio de Janeiro: Zahar, 1995. Também MORIN, particularmente na obra: *Ciência com Consciência*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. Esses autores, entre outros, buscam uma alternativa para uma interdisciplinaridade nas Ciências, procurando resgatar o papel das Ciências Humanas ou Sociais junto às chamadas Ciências da Natureza (Física, Química, Biologia). Na verdade, trata-se da busca de um novo paradigma para a Ciência, gerando uma verdadeira revolução na forma de pensar tradicional.

**BIBLIOGRAFIA:**

DVPVY, Jean-Pierre. Nas origens das ciências cognitivas. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo : UNESP, 1996. 228 pp.

AS INTERFACES EPISTEMOLÓGICAS DO HIPERTEXTO: PIERRE LÉVY E  
O PENSAMENTO DE ESTRUTURA CIBERNÉTICA

*THE EPISTEMOLOGICAL INTERFACES OF THE HIPERTEXT: PIERRE LÉVY  
AND THE THOUGHTS OF THE CYBERNETICAL STRUCTURE.*

*Maria das Graças Tavares RODRIGUES<sup>169</sup>*

---

RESUMO: Reflexão sobre aspectos da evolução cognitiva de qualidade epistemológica a partir de *As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática* de Pierre Lévy, 1993.

---

**UNITERMOS**

cibernética, hipertexto, cognição, representação, pensamento, linguagem, aprendizagem.

**ABSTRACT**

Reflexion on the cognitive evolution aspects of epistmological quality starting from the Tecnology of Intelligence – the future of thinking, at the time of informatics of Pierre Lévy, 1993.

**UNITERMS**

cuybernetics, hipertext, cognition, representation, thinking, language, learning.

“As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática” de Pierre Lévy, constitui-se em uma obra de

---

<sup>169</sup> É professora da disciplina Português, do Curso de Administração de empresas da UNIMAR, Marília (SP) BR., e Doutoranda em Educação, UNESP, Marília - 1997

reflexão e delineamento sobre aspectos fundamentais da atual relação humana com o cosmos. Considerando como caracterizadores, no plano não só filosófico, mas político do próprio conhecimento, os referenciais teóricos e experimentais, construídos e conservados intelectualmente pelo homem nas inscrições técnicas, interessam em seus aspectos de estruturação de um modo de pensar o real.

Pierre Lévy, incisivamente, expressa sua inquietação e deslumbramento por uma época em que a concepção da criatividade e da aprendizagem tem seu sentido ligado aos aspectos evolutivos do conhecimento. Constata que um amplo sistema educativo emerge com os *processos sociotécnicos*. Propõe, então, o inventário teórico das dimensões prospectivas a partir de hábitos antropológicos milenares e formas metamórficas de conhecimentos constituídos como tecnologias intelectuais, ou seja, importa-se com *a metamorfose técnica do coletivo humano*.<sup>170</sup>

A dimensão cibernética do ver o mundo a partir do computador estrutura-se cada vez mais como modelo cultural e cognitivo de percepção ampla e compartilhada das relações com todos os seres do ambiente natural. Uma espécie de ecologia evolutiva torna-se possível a partir do *conhecimento por simulação*, da informática. Considerando-se o aspecto técnico de seleção e *complexificação e deslocamento de centros de gravidade*, ao longo da história do psiquismo e da atividade humana, tem-se o exercício dos esquemas mentais estabilizadores do conhecimento. Importa, neste final de século, repensar os fundamentos das ecologias evolutivas como modos de processamento e representação do real. Em sua vinculação com a tessitura do hoje, os valores podem ser resgatados para a prática da tecnodemocracia, “escutando as coisas, os sonhos que a precedem, os delicados mecanismos que as animam, as utopias que elas trazem atrás de si.”<sup>171</sup>

<sup>170</sup> LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro : Coleção TRANS : Ed.34, 1993.

<sup>171</sup> Idem. p 11.

A reflexão de Lévy sobre as tecnologias intelectuais de base na cultura informática perpassa o processo de desenvolvimento das infinitas interfaces interpostas ao sujeito do pensamento segundo as categorias de espaço e de tempo, enquanto condição de conhecimento .

Os planos descritivos e reflexivos das relações implicadas no *fenômeno técnico* são considerados por Lévy, tendo em vista as imagens do sentido a ser contextualizado, entendendo-se a informática como conceito na dimensão hipertextual.

A primeira parte do livro discute a informática de comunicação a partir do que se possa entender como hipertexto. Considerando a concepção de informática de Theodore Nelson, atenta para a possibilidade de transposição cognitiva de base material para o processo ativo da leitura e da escrita. A dimensão multi-interpretativa, que tem por suporte a configuração topológica favorecida pela interconectividade em rede, resulta no hipertexto. Hipertextos nessa condição virtual, em subconjuntos, estão sob o caráter especializado do percurso.

O hipertexto caracteriza-se, naquela dimensão de conhecimento, por constituir-se de um conjunto informativo, cuja metáfora idealiza-se no plano das complexas construções cognitivas e metacognitivas dos processos humanos de aquisição e tradução dos conhecimentos, ou seja, de aprendizagem e ordenação dos princípios inteligentes.

A questão da interatividade do sujeito com os objetos do conhecimento, acessados através de fontes de simulação, realiza-se em tempo real. Nessas condições há continuidade do fluxo cognitivo dos processos de pensamento, que impõe um quadro de reflexões e questionamentos sobre aspectos paradoxais do conhecimento nos planos de sua construção e em suas retrospectivas.

Considerando a rede hipertextual como universo interpretativo, abrem-se as possibilidades do desenvolvimento conceitual do sentido implicado nas interfaces, nas *dobraduras reticuladas* do espaço e tempo, podendo ser acessadas através das tecnologias intelectuais inscritas, como possibilidades humanas.

Seis princípios abstratos conduzem a tais abstrações ou análises conceituais: metamorfose, heterogeneidade, multiplicidade fractal, exterioridade, topologia e mobilidade dos centros.

A contextualização das associações - possíveis tecnologias- pode proporcionar as perspectivas para a invenção ou construção de uma cosmologia para as contingências da contemporaneidade.

Ao aprofundar-se na análise e planos de definição da importância da técnica sob os hipertextos como atividade genética, os questionamentos levam Lévy à revisão do papel que as antigas tecnologias intelectuais sob a escrita e a oralidade podem ainda representar para o presente. A concepção cultural e existencial do sentido humano no espaço e tempo, assim como os seus referenciais cibernéticos, constituem-se no grande objeto interpretativo inscrito como hipertexto informatizado. Desdobrar a estrutura desse *novelo de conexões* pode ser metaforizada por Lévy como “uma manta discursiva condensada ou redobrada e a interface informática, por outro lado, nos coloca diante de um pacote terrivelmente redobrado, com pouquíssima superfície que seja diretamente acessível em um mesmo instante.”<sup>172</sup>

Na dimensão comunicativa a universalidade hipertextual envolve a complexidade dos princípios semióticos. Considerado o princípio de naturalização nas ocorrências representativas das percepções do real, o diálogo pode situar-se como a grande metáfora interativa, o *horizonte ideal ou absoluto do hipertexto*, da visão de Nelson.<sup>173</sup>

A imagem do sentido da interação ampla e transversal, associada aos processos de microtransformações do conhecimento, sob as infinitudes de formas miniaturizadas, compactadas, emerge como objeto conceitual em nível de *micropolítica de atos* na dimensão informática universal.

Na retrospectiva das dimensões perceptivas e teóricas

---

<sup>172</sup> Idem. p. 36, 39

<sup>173</sup> Apud. Idem. p. 27

experimentais, investidas nos processos sociotécnicos, são importantes as estratégias utilizadas nos planos da comunicação e da crença. As operações cognitivas e afetivas, sendo já constituídas por outras operações atributivas, são também distributivas de valores positivos, negativos em termos de existência e eficácia. O hipertexto teoricamente abrange esse conjunto de nós de conexões, constantemente passível de transformações de rede, insinuando-se sempre uma nova metáfora icônica para modelo dos processos de pensamento.

Lévy deslumbra o próprio espaço e tempo da atividade inteligente nos hipertextos como mundos de significação. Concebe conceitualmente espaço e tempo no plano do transcendental histórico. De Kant, toma os domínios de existência empírica (percepção e experiência), acrescentando a aceção de historicidade ao transcendental: “aquilo que estrutura as experiências dos membros de uma determinada coletividade.”<sup>174</sup>

A materialidade e o valor incorporado aos objetos constituem a dimensão inteligente das atividades mentais logísticas. Abstração e crença estruturam o conhecimento *em uma fronteira separando as próprias coisas*. Dois planos mediatizam as ordenações de mutiplicidade. Verificam-se períodos de reificação dos objetos de conhecimento, estabilizadores no processo de progressão e sucessão em dado momento e contexto.

Polemizando o conceito de reificação que lembra Marx, Lévy explora também a dimensão das *estratégias que passam por atores não humanos* compondo a ecologia evolutiva do conhecimento.<sup>175</sup>

Sob o efeito das mutações ao longo do processo progressivo das inscrições tecnológicas, as classificações, representações do conhecimento, são estruturadas as relações do sujeito com o próprio pensar. O espaço cosmogônico do pensamento e a temporalidade redistributiva dos módulos da inteligência, inscritos como tecnologias, constituem-se em referenciais para a

---

<sup>174</sup> Idem. p. 14

<sup>175</sup> Idem, Ibidem

compreensão universal da orientação da vida. Nos interfaceamentos retroativos da relação humana com o cosmos, através da abstração e percepção das condições biofísicas da sobrevivência, estruturase o novo modo de pensar o sentido humano.

Os aspectos emergentes dessas *dimensões de análise* ou *abstrações* vinculando os conceitos de espaço e tempo, na consideração da perspectiva histórico transcendental, são considerados na segunda parte deste livro. A Lévy importam hoje, e muito, todos os planos referenciais instituídos pelos indivíduos humanos, privilegiando-se o das intersubjetividades no âmbito cósmico: *irei defender a idéia de um coletivo pensante homens-coisas*.<sup>176</sup>

Repensando o conceito de cidadania e democracia, preconiza-se um retorno à grande tradição antiga do cosmopolitismo. A inclusão humana total no universo dá-se pela *plena integração das dimensões técnicas e ecológicas na reflexão e ação políticas*. Perpassa pela relação do *sujeito do pensamento* com o inconsciente das tecnologias intelectuais na eleição de um tempo pontual. Na concepção do *sujeito misto* perscrutando a espacialidade no mundo, passado e futuro são repensados na sua contradição com o presente intelectual. Re-situa-se e analisa-se as fundações do real na continuidade evolutiva.

O tempo pontual caracteriza a interação numa cultura informática. As redes operacionais abrem-se para uma leitura potencial do usuário em tempo real. É possível, deste modo, inserir-se por simulação na evolução do conhecimento com a memória cognitiva e a memória cultural virtualizada, construir e reconstruir, interpretativamente, o que estaria implicado como inteligência ativa. Uma nova visão conceitual do mundo, segundo Lévy, estaria por definir-se através de uma ecologia cognitiva.

A interação conceitual torna-se, também, cada vez mais abstrativa com o gênero declarativo implicado na linguagem dos informatas. Os esquemas lógico-dedutivos do pensamento são

---

<sup>176</sup> Idem. p.11-13

instantaneamente mediatizados e possibilitam, por acesso retroativo, dimensões mais complexas dos estados anteriores do conhecimento. Insinua-se uma nova relação cognitiva: *Ele estaria oposto, quanto a isto, aos estilos hermenêuticos e teóricos.*<sup>177</sup>

Importa, portanto, compreender aspectos desse *agenciamento técnico* como processo cognitivo em função de um amplo sistema pensante, vinculando, dinamicamente, outras inteligências instituídas como técnicas, com efeitos em todas as relações com a natureza.

Os tempos imemoriais da história da escrita, da oralidade, podem ser agora perscrutados. Os estados ontogenéticos da inscrição dos signos pela inteligência podem ser materializados e referencialmente instalados no novo ritmo espaço-temporal vinculado à velocidade: *O devir da oralidade parecia ser imóvel, o da informática deixa crer que vai muito depressa, ainda que não queira saber de onde vem e para onde vai. Ele é a velocidade.*<sup>178</sup>

Instaura-se, nas sociedades informáticas, um âmbito de saber em nível caleidoscópico. Considerando como três tempos do espírito, o da oralidade, o da escrita e o da informática, Lévy introduz-nos numa área de investigação jamais conotada antes, epistemologicamente.

O que significaria, para o homem contemporâneo ativar em tempo real as redes conceituais e motivacionais estruturadoras de sua própria vocação numa ecologia evolutiva universal? Quais seriam os contextos históricos consolidadores de informações essenciais da sobrevivência humana nas redistribuições da vida? Quais as orientações fundamentais das relações ambientais, nas intersubjetividades, consideradas sob as complexas e amplas orientações semióticas constituidoras da inteligência?

O livro de Lévy, *As tecnologias da inteligência – futuro do pensamento na era da informática*, alimenta-se dos paradoxos clássicos do pensamento humano no campo do pensamento e da linguagem. Impedem estes que uma apreciação teórica de aspectos de percurso possa manifestar ou controlar, mesmo que parcialmente, a densidade conceitual constituinte desta obra.

Novos horizontes interpretativos da experiência humana com o saber instauram sempre uma nova relação com o cosmos. Importa é que uma cosmologia para o século XXI, *um novo estilo de humanidade é inventado*.<sup>179</sup>

#### **BIBLIOGRAFIA:**

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro : Coleção TRANS : Ed. 43, 1993. 208p.

## ÍNDICE DE AUTORES

### *AUTHOR INDEX*

CASTILHO, Myrian Lucia Ruiz .....	17
GÉLAMO, Adalberto Pablo dos Santos .....	25
GHIRALDELLI JR., Paulo .....	11
MELLO, Antônio dos Reis Lopes .....	43
MÓRE, Sônia Maria Coelho .....	69
MOURÃO, Paulo Fernando Cirino .....	105
NEVES JR., Leonardo Ferreira .....	89
OLIVEIRA, Ademir de .....	25
OLIVEIRA, Jurandyr Alves de .....	25
PEREZ, Cirene .....	181
QUEIROZ, Lucy Daun .....	149
REIS, José Augusto Meirelles .....	25
RODRIGUES, Maria das Graças Tavares .....	191
ROSSINHOLI, Marisa .....	121
SILVA, Cícero Félix da .....	161
VIANA, Edmir Barbosa .....	25

